



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE

DANIELE PEREIRA CANEDO

CULTURA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
UM ESTUDO DA II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

SALVADOR

2008

DANIELE PEREIRA CANEDO

**CULTURA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
UM ESTUDO DA II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Gisele Marchiori Nussbaumer

SALVADOR

2008

Sistema de Bibliotecas - UFBA

- C221 Canedo, Daniele Pereira..
Cultura, democracia e participação social : um estudo da II Conferência Estadual da
Cultura da Bahia / Daniele Pereira Canedo. - 2008.
190 f. :il.
- Inclui anexos e apêndice.
- Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Marchiori Nussbaumer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação,
Salvador, 2008.
1. Democracia. 2. Cultura. 3. Participação social. 4. Administração pública. 3. Política
cultural - Bahia. 5. Conferência Estadual de Cultura da Bahia (2. : 2007 : Salvador, BA)
I. Nussbaumer, Gisele Marchiori. II. Universidade Federal da Bahia Faculdade de
Comunicação. III. Título.
- CDD - 321.8
CDU - 321.7

A Daniel, Auzeni, Marcelle, Gleisyelle, Albert e Ricardo,
minha família, eixo em torno do qual meu mundo gira.

A todas as pessoas que conheci durante a II Conferência Estadual de Cultura:
companheiros na luta por uma outra política cultural para a nossa Bahia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Daniel e Auzeni, pelo colo de sempre; a minhas irmãs Marcelle e Gleisyelle.

A Ricardo Khouri, que cumpre tão bem os papéis de namorado e melhor amigo. Obrigada por ter acompanhado desde a ansiedade em relação às aulas do mestrado por começar, a agonia com o cumprimento dos prazos, as mudanças no objeto de pesquisa até a realização desta dissertação. Obrigada por ser sempre tão presente, mesmo quando distante fisicamente. Você é meu baluarte de proteção.

As minhas avós Antonia e Creuza e a todos os parentes pelo carinho e encorajamento de sempre.

A minha orientadora, Gisele Nussbaumer, pela paciência, pelo cuidado com que sempre tratou este trabalho e por acreditar em mim.

A Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, FAPESB, por investir na pesquisa em cultura.

A toda equipe da Secretaria Estadual de Cultura, pelas oportunidades de aprendizado constantes e pela troca de experiências. Em especial, a Márcio Meirelles, Ângela Menezes de Andrade, Lúcia Carvalho, Neuza Britto e Vanda Machado.

A toda a equipe da “Caravana do Camarão”, pelos momentos que passamos juntos durante os Encontros Territoriais, em especial à minha pequena Thayná Lima, por estar sempre disposta a ouvir, compreender e relevar.

A todos os participantes da pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura. Obrigada por acreditarem no valor da pesquisa acadêmica e se disponibilizarem a cooperar.

Aos mobilizadores culturais, pelo excelente trabalho que realizaram.

Aos professores do Pós-Cultura e da Faculdade de Comunicação. Ao professor Albino Rubim, que será sempre um exemplo para os “pesquisadores em formação”.

A Delmira, funcionária do Pós-Cultura, nossa psicóloga de plantão, pelo sorriso de sempre.

A todos os meus colegas de mestrado, pessoas incríveis com as quais passei momentos inesquecíveis, ri muito, dividi angústias e aprendi tantas coisas, inclusive a preparar *la classica pasta italiana*. Em especial, a Taiane Fernandes e Paula Félix, pelos muitos momentos de consultorias mútuas.

A todos os meus amigos, por entenderem a ausência e me apoiarem em tudo que faço. Em especial, a Rassana, por me dizer o que preciso ouvir.

Ao brilho da lua e a brisa da madrugada, que me acompanharam em cada noite em claro que passei estudando e trabalhando para realizar esta investigação.

“A II Conferência Estadual de Cultura inaugura um diálogo necessário entre os poderes públicos, municipais, estadual e federal, e a sociedade baiana, visando ao desenvolvimento cultural da Bahia.

A ampla participação implicou no respeito aos conhecimentos e papéis de cada sujeito social, bem como em compartilhamento e divisão de responsabilidades. Governo e sociedade aprendendo a formular propostas, debater projetos e negociar sem perder a autonomia e a capacidade de crítica.

Só é possível formular e executar políticas públicas à altura da riqueza cultural da Bahia e de suas enormes necessidades através de uma relação cooperativa, transparente e sincera entre os poderes públicos e a sociedade”.

Carta de Feira de Santana, II Conferência Estadual de Cultura da Bahia.

RESUMO

A presente dissertação analisa a participação social na elaboração de políticas públicas de cultura, tendo como objeto de estudo a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, realizada entre agosto e outubro de 2007. Buscando compreender a importância da deliberação popular para as políticas culturais, foi realizada uma pesquisa com participantes da II Conferência Estadual de Cultura. Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa, analisando-os a partir de reflexões sobre a democracia, nos aspectos da representação e da participação; sobre o papel central que a cultura ocupa na sociedade contemporânea; e sobre o contexto histórico das políticas públicas de cultura nos âmbitos nacional e estadual. Nesta investigação foi possível constatar que a gestão pública da cultura deve ter por objetivo a cidadania cultural, de modo a incentivar o envolvimento popular na esfera de decisão para que as ações possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: democracia; cultura; participação social; gestão pública; políticas culturais.

ABSTRACT

This present study analyzed the social participation in the development of cultural policies. The thesis has as main objective the analyses of the II Conference of Culture in the State of Bahia, realized between August and October of 2007. Seeking to understand the importance of deliberation to popular cultural policies, a survey was conducted with participants of the II Conference of Culture. This paper presents the results of the research, analyzing them from thinking about democracy in terms of the representation and participation, on the central role that culture plays in contemporary society and the historical context of public policies for culture in national and state. As conclusion, the culture public management should focus in the cultural citizenship to motivate the popular participation in the issues of decision policies and thus that actions could effectively contribute for the human development.

Key words: democracy; culture; social participation; public management; cultural policy

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Municípios que realizaram Encontros Municipais de Cultura - 2007	100
FIGURA 2	Nº de municípios participantes nos Encontros Territoriais por Território de Identidade em relação ao nº total	103
FIGURA 3	Perfil dos participantes: Gênero	113
FIGURA 4	Perfil dos participantes: Cor/raça	113
FIGURA 5	Perfil dos participantes: Escolaridade	114
FIGURA 6	Perfil dos participantes: Renda média individual	114
FIGURA 7	Grupos de representantes da II Conferência Estadual de Cultura	115
FIGURA 8	Grupos de trabalho: Políticas Setoriais	117
FIGURA 9	Grupos de trabalho: Políticas Transversais	117
FIGURA 10	Divulgação: Como você ficou sabendo da realização do EMC?	119
FIGURA 11	Divulgação: Avaliação da divulgação dos encontros	120
FIGURA 12	Atuação do mobilizador cultural	121
FIGURA 13	Metodologia do Encontro Municipal de Cultura	130
FIGURA 14	Metodologia do Encontro Territorial de Cultura	130
FIGURA 15	Metodologia da Conferência Estadual de Cultura	131
FIGURA 16	Mobilização e participação da população local	132
FIGURA 17	Importância da participação da população na elaboração de políticas culturais	133
FIGURA 18	Participação dos poderes públicos municipais na II CEC-BA	134
FIGURA 19	Custeio financeiro para o Encontro Territorial de Cultura	135
FIGURA 20	Custeio financeiro para a Conferência Estadual	135
FIGURA 21	Possibilidade de parceria entre os municípios do território	136
FIGURA 22	A II CEC-BA foi um processo democrático?	137
FIGURA 23	Avaliação da iniciativa do Estado	137
FIGURA 24	Mobilização resultante da II CEC-BA	138

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Índice de Percepção da Corrupção na América Latina	23
TABELA 2	Confiança nos partidos políticos na América Latina	24
TABELA 3	Aplicações em cultura, Bahia, 2007	78
TABELA 4	Composição das câmaras e comissões do Conselho Estadual de Cultura	85
TABELA 5	Distribuição de vagas e mobilizadores selecionados	96
TABELA 6	Temas setoriais e sub-temas da II Conferência Estadual de Cultura	98
TABELA 7	Relação proporcional número de habitantes e de representantes de cada município	100
TABELA 8	Relação das cidades onde foram realizados os Encontros Territoriais	101
TABELA 9	Prioridades temáticas por Território de Identidade	104
TABELA 10	Painéis para reflexão sobre as Políticas Transversais de Cultura	107
TABELA 11	Distribuição dos participantes da Conferência Estadual de Cultura	108
TABELA 12	Participação nas etapas municipal, territorial e estadual da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia	109
TABELA 13	Escopo da pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia	111
TABELA 14	Participação na pesquisa	111
TABELA 15	Distribuição dos respondentes da pesquisa por território de origem	116
TABELA 16	Perfil dos participantes da pesquisa	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II CEC-BA	II Conferência Estadual de Cultura da Bahia
CE	Conferência Estadual
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
EMC	Encontro Municipal de Cultura
ETC	Encontro Territorial de Cultura
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
GT's	Grupos de trabalho
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IRDEB	Instituto de Radiodifusão da Bahia
OP	Orçamento Participativo
PÓS-CULTURA	Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia
PT	Partido dos Trabalhadores
SEC-BA	Sistema Estadual de Cultura da Bahia
SECTUR	Secretaria Estadual de Cultura e Turismo
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SFC	Sistema Federal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SUDECULT	Superintendência de Cultura
SUPROCULT	Superintendência de Promoção Cultural
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DEMOCRACIA E CULTURA.....	17
1.1 Democracia, representação e participação.....	17
1.2 Democracia no Brasil – breve relato.....	29
1.3 Mecanismos de escuta pública.....	31
1.3.1 Conselhos gestores.....	33
1.3.2 Orçamento participativo.....	34
1.3.3 Ouvidorias públicas.....	35
1.3.4 Conferências.....	36
1.4 A transversalidade da cultura.....	37
1.5 Democracia cultural.....	43
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL....	50
2.1 Políticas culturais no Brasil.....	51
2.2 A Conferência Nacional de Cultura.....	56
2.3 Políticas Culturais na Bahia.....	61
2.4 O governo Jacques Wagner e os mecanismos de escuta pública.....	72
2.5 A (re) criação da Secretaria Estadual de Cultura.....	74
2.5.1 Linhas de ação – Um lugar para a cultura.....	76
2.6 Instâncias de Diálogo e Participação Social.....	83
2.6.1 O Conselho Estadual de Cultura – novos papéis.....	83
2.6.2 O Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura.....	86
3. A II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA: CULTURA É O QUÊ?.....	89
3.1 A 1ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia.....	90
3.2 Uma II Conferência Estadual de Cultura para quê?.....	92
3.2.1 As motivações.....	92
3.2.2 A mobilização.....	95
3.3 A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia.....	98

3.3.1 Os Encontros Municipais de Cultura.....	99
3.3.2 Os Encontros Territoriais de Cultura.....	101
3.3.3 A Conferência Estadual.....	105
3.4 A Pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura.....	110
3.4.1 Perfil dos participantes	113
3.4.2 Divulgação.....	118
3.4.3 Atuação dos mobilizadores.....	120
3.4.4 Motivações para a participação.....	123
3.4.5 Metodologia.....	129
3.4.6 Participação popular.....	132
3.4.7 Participação dos poderes públicos.....	134
3.4.8 Democratização da esfera de decisão	136
3.4.9. Resultados dos encontros.....	138
3.4.10 Cultura é o quê? A resposta de quem faz cultura.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
ANEXOS.....	166
APÊNDICE.....	173

INTRODUÇÃO

*“Finalmente temos voz e podemos decidir o rumo da cultura. Lá no quilombo temos muita cultura que vocês precisam conhecer e temos que preservar para nossos filhos, nossos netos, pois é só alegria que alimenta a vida”*¹. Quem participou da etapa estadual da II Conferência de Cultura da Bahia, realizada em Feira de Santana, de 25 a 28 de outubro de 2007, provavelmente se lembrará de dona Maria das Dores de Jesus Correia, rezadeira do Quilombo do Boqueirão, localizado na cidade de Cachoeira. Com entusiasmo, ela subiu ao palco da Conferência várias vezes para expressar sua opinião sobre os assuntos que estavam sendo discutidos. Segundo ela mesmo afirmou, naquele momento estava realizando um desejo reprimido de falar e de ser ouvida na esfera de decisão pública.

Diversos outros casos como este podem ser citados pelas pessoas que acompanharam as três etapas da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Os participantes aproveitavam as oportunidades para falar, para expressar em público suas opiniões a respeito da cultura de suas cidades, de suas regiões e do Estado. Nos trabalhos em grupo para a discussão de propostas para as políticas setoriais e transversais, as discussões eram, muitas vezes, calorosas.

Este entusiasmo para a participação na elaboração de políticas públicas de cultura motivou a realização desta investigação. Afinal, sabemos que boa parte da população brasileira não costuma ter uma participação política ativa para além das eleições. O sistema representativo transformou a política em assunto para políticos profissionais. A população cumpre com o rito, obrigatório, de ir às urnas e entende que este é o momento máximo da atuação cidadã. Poucos participam de movimentos sociais e políticos; poucos se informam sobre as decisões importantes tomadas pelos poderes públicos; poucos acompanham a atuação

¹ Trecho extraído da matéria “Participantes da Conferência de Cultura aprovam moção de apoio à política de descentralização”, <http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura>, 31/10/2007.

de seus candidatos durante o mandato, com exceção dos escândalos de corrupção, espetacularizados pela mídia, como novelas a serem acompanhadas diariamente nos telejornais. Os constantes casos de corrupção administrativa e a ineficiência da justiça brasileira em punir exemplarmente estes casos contribuíram para que as estruturas partidárias fossem desacreditadas, com o conseqüente afastamento entre representantes e representados.

Além disso, na história das políticas públicas de cultura, nos âmbitos federal e estadual, são recentes as iniciativas de incentivo à participação social. Durante longos anos, uma visão restrita do conceito de cultura fez com que as políticas fossem elaboradas nos gabinetes dos órgãos oficiais de cultura, tendo como foco os artistas e o público consumidor da indústria cultural. Nestes casos, privilegiou-se apenas o potencial das atividades culturais para o desenvolvimento econômico. Esta visão deixa de lado que todo sujeito é também produtor da cultura e deve ser incentivado a exercer a sua criatividade. Para entender a importância do envolvimento da população na deliberação política, é preciso que os administradores públicos da cultura trabalhem visando à democracia cultural, uma concepção de gestão das ações para o setor que entende que a população é o alvo das políticas públicas e a maior conhecedora de suas reais necessidades. Sendo assim, deve compartilhar responsabilidades com o Estado em relação à elaboração e a execução das políticas públicas. Incentiva-se a participação de todos nas arenas públicas buscando a efetividade e a eficácia das ações a serem implantadas.

Entretanto, a também chamada democracia sociocultural sensibiliza uma parcela pequena de gestores públicos. O tema cultura aparece pouco nas plataformas de governo dos partidos políticos e, quando aparece, está, muitas vezes, relacionado com uma visão que associa cultura às necessidades de lazer da população. Esta situação é alarmante quando levamos em consideração os poderes locais. Ainda são poucas as prefeituras que possuem órgãos específicos para a gestão cultural e, ainda assim, as secretarias existentes enfrentam problemas como recursos insuficientes, estruturas inadequadas, poucos funcionários e despreparo técnico dos gestores.

Diante deste quadro, o Governo da Bahia convocou a população para discutir propostas para o desenvolvimento cultural do Estado, em consonância com o processo de escuta deflagrado pelo Ministério da Cultura durante a Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005. O convite foi aceito por 42.429 baianos que participaram de 390 Encontros Municipais de Cultura, 26 Encontros Territoriais e da Conferência Estadual. Quem são as pessoas que responderam à convocação governamental e se dedicaram durante alguns

dias à discussão da temática cultural? Como ficaram sabendo da II Conferência Estadual de Cultura? O que as motivou a participar do processo? O que acharam da metodologia de trabalho nos grupos de discussão? Os encontros atenderam às expectativas iniciais? O que esperam que o Estado realize com os resultados? Elas acreditam na possibilidade de uma gestão cultural compartilhada entre as esferas do poder público e a sociedade civil? O foco desta análise está na opinião dos participantes da conferência, com o objetivo de provocar reflexões sobre os resultados subjetivos de um processo amplo de escuta para a elaboração de políticas culturais. Este processo pode contribuir para o empoderamento dos participantes, de modo que possam atuar como sujeitos autônomos, com atitude crítica diante dos poderes públicos? É capaz de colaborar para o fortalecimento da democracia? Essas são algumas das questões que esta dissertação de mestrado procura responder.

O primeiro capítulo, “Cultura e Democracia” tem como objetivo delimitar o recorte sobre o qual a investigação se debruça. São apresentados os conceitos que servem como horizonte teórico deste trabalho: democracia, participação, cultura e políticas culturais. O capítulo está subdividido em cinco tópicos. No primeiro, refletimos sobre a democracia, levando em consideração os aspectos da representação e da participação. Em seguida, revisitamos a história da democracia brasileira através de um breve relato. No terceiro tópico abordamos alguns mecanismos de escuta pública que são comumente utilizados pela administração pública no país. O quarto tópico discute os conceitos de cultura e a centralidade que esta ocupa na sociedade contemporânea. Por fim, discutimos os conceitos e as práticas da política cultural e defendemos a necessidade de uma efetiva democracia cultural.

O segundo capítulo tem como propósito traçar um panorama do contexto político que precede à realização da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, nos âmbitos nacional e estadual. Esta contextualização histórica faz-se necessária para que possamos compreender as vicissitudes da relação entre política cultural e participação social no Brasil e na Bahia, bem como as alterações ocorridas no quadro político do país a partir da eleição do governo Lula, em 2002. Intitulado “Políticas Públicas de Cultura e Participação Social”, este capítulo está dividido em seis tópicos. No primeiro, realizamos uma breve incursão pelas políticas públicas de cultura do governo federal a partir da década de 30. Dando seqüência, destacamos a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, como marco da participação social na elaboração de políticas para a cultura no Brasil. No terceiro tópico, apresentamos um panorama histórico das políticas culturais baianas. Os três seguintes relatam: os processos de escuta implantados no primeiro ano do governo Jaques Wagner; a (re)criação da Secretaria

Estadual de Cultura; e a atuação do Conselho Estadual de Cultura e do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura como instâncias permanentes de diálogo social.

Por fim, no terceiro capítulo, “A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia: Cultura é o quê?” faz-se uma análise da participação social na elaboração de políticas públicas através da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Iniciamos apresentando informações sobre a I Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2005, para, em seguida, adentrar no objeto desta investigação. Apresentamos as motivações da Secretaria Estadual de Cultura para a realização da Conferência e a mobilização realizada pelo interior do Estado. No tópico seguinte, descrevemos os processos de organização dos Encontros Municipais, Encontros Territoriais e da Conferência Estadual e apresentamos os resultados das três etapas.

A pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia foi realizada através de *survey online* com participantes de 89 cidades dos 26 Territórios de Identidade. Os questionários foram respondidos entre os dias 04 de janeiro e 17 de fevereiro de 2008 por 153 pessoas, o que representa 10% do total de inscritos na Conferência Estadual. Com base nas respostas concedidas pelos entrevistados, analisamos as três etapas do processo. Optamos por organizar os resultados da pesquisa nos seguintes tópicos: perfil dos participantes, divulgação, atuação dos mobilizadores, motivações para a participação, metodologia, participação popular, participação dos poderes públicos, resultados dos encontros, democratização da esfera de decisão e a campanha “Cultura é o quê?”, refletindo sobre a compreensão de cultura dos participantes.

1. DEMOCRACIA E CULTURA

*Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu*

*A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá*

Roda Viva, Chico Buarque de Holanda

Este primeiro capítulo tem como objetivo delimitar o recorte sobre o qual a investigação se debruça. São apresentados os conceitos que servem como horizonte teórico deste trabalho: democracia, participação, cultura e políticas culturais. O capítulo está subdividido em cinco tópicos. No primeiro, refletimos sobre a democracia, levando em consideração os aspectos da representação e da participação. Em seguida, revisitamos a história da democracia brasileira através de um breve relato. No terceiro tópico abordamos alguns mecanismos de escuta pública que são comumente utilizados pela administração pública no país. O quarto tópico discute os conceitos de cultura e a centralidade que esta ocupa na sociedade contemporânea. Por fim, discutimos os conceitos e as práticas da política cultural e defendemos a necessidade de uma efetiva democracia cultural.

1.1 Democracia, representação e participação

Quando ouvimos a palavra democracia, em geral, a primeira referência que nos vem à mente está ligada ao significado original do termo, que vem da tradução da palavra grega *demokratia*, onde *demo* significa povo e *kratos* significa governo. Sendo assim, a democracia

é comumente definida através de uma expressão muito conhecida: “é o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Embora não seja intenção deste trabalho realizar um estudo minucioso do significado epistemológico de democracia, é preciso ter cautela, pois a palavra possuiu diferentes conotações na história da humanidade. “*Democracy* é uma palavra muito antiga e seus significados sempre foram complexos”, adverte Raymonds Williams, ao iniciar o verbete Democracia, em seu livro *Palavras-chaves: um vocabulário de cultura e sociedade* (2007, p. 125-130).

Segundo Williams, os primeiros usos do termo na teoria clássica eram desfavoráveis e ressaltavam a desorganização como aspecto preponderante do governo das classes populares, que eram maioria. Para exemplificar, o autor elenca uma série de afirmações negativas sobre a democracia, cunhadas por pensadores famosos como Sócrates, Aristóteles e São Tomás de Aquino. Sócrates teria afirmado, no livro VIII da *República*², que a “democracia nasce quando, depois de vencerem os pobres seus adversários, matam alguns, a outros desterram e aos restantes conferem um quinhão igual de liberdade e poder” (*apud* Williams, 2007, p.126). Norberto Bobbio inicia sua definição de democracia pela tipologia aristotélica, que distingue três formas de governo a partir do detentor do poder: democracia, tirania e oligarquia. Segundo anota o autor, Aristóteles diferenciava a democracia, entendida como o “governo da maioria e da multidão” ou “governo de vantagem para o pobre”, de tirania, como sendo o “governo de vantagem para o monarca”, e de oligarquia, como sendo o “governo de vantagem para os ricos” (1998, p.320).

Todavia, conforme assinalado por Williams, estes usos estão à certa distância de qualquer definição “ocidental, moderna e ortodoxa de democracia” (2007, p.126), que com o tempo passou a ser entendida como o “governo do povo ou de todos os cidadãos”. Bobbio (1998) elenca esta evolução a partir de três grandes tradições do pensamento político que precederam a teoria contemporânea de democracia. A primeira, a teoria clássica, está contida na teoria aristotélica das três formas de governo citadas acima: democracia (governo do

² A República, um dos livros clássicos da filosofia grega, trata da justiça a partir da organização social e política de uma cidade imaginária. O livro é narrado em primeira pessoa por Sócrates, mas foi escrito por Platão, discípulo deste, que é considerado a mais importante fonte de informações sobre Sócrates, já que ele não teria deixado nada escrito de sua própria autoria. Alguns chegam a questionar se Sócrates não seria um personagem criado por Platão. Esta deve ser a possível causa de Raymonds Williams ter afirmado que “Platão fez Sócrates dizer” (2007, p. 126) ao se referir ao excerto acima citado.

povo), monarquia (tirania – governo de um só) e aristocracia (oligarquia – governo de poucos).

Na teoria medieval, segunda tradição do pensamento político, existem dois poderes fundamentais do Estado – o legislativo e o executivo. Nessa teoria, o legislativo é o poder que deriva do povo. O executivo é delegado pelo povo a outros em um mandato revogável. Para Bobbio, esta distinção esteve na base das teorias políticas dos séculos XVII e XVIII, cujos representantes podem ser considerados os pais da democracia moderna, ressaltando, porém, diferenças na maneira de conceber o poder legislativo, defendidas pelos pensadores John Lock e Jean-Jacques Rousseau. O primeiro atribuía o exercício do poder legislativo a representantes do povo, numa previsão do que se tornaria depois a democracia representativa ou parlamentar, enquanto que para o segundo este poder deveria ser assumido diretamente pelos cidadãos (Bobbio, 1998, p.322). Boaventura Sousa Santos assinala que o princípio da “comunidade rousseuneana”, que defende uma obrigação política horizontal entre os indivíduos, conforma as primeiras bases teóricas da democracia participativa (2005, p.241). No ideal de Rousseau, a vontade geral tem que ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência da relação entre “soberania”, que advém do povo, e “governo” (Santos, 2005, p.239).

A terceira tradição do pensamento político descrita por Bobbio é a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel. Nesta, as formas de governo possíveis são: a monarquia, que estaria relacionada também com a aristocracia; e a república que, por ser um regime livre e antiautocrático, encerra um elemento fundamental da democracia moderna “na medida em que por democracia se entende toda a forma de Governo oposta a toda a forma de despotismo” (1998, p.323).

A evolução dessas três tradições do pensamento político contribuiu para a compreensão contemporânea de democracia. Segundo o autor, salvo as diferenças entre as várias espécies de regimes, é possível elencar um conjunto de regras ou procedimentos universais que caracterizam um Estado democrático:

- 1) O órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros, direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;
- 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas);
- 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores;
- 4) todos os eleitores devem ter voto igual;
- 5) todos os eleitores

devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes, como para as decisões do órgão político supremo, vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo (Bobbio, 1998, p.327).

Os regimes políticos democráticos aplicados pelas nações possuem diferenças sistemáticas. Por exemplo, o critério jurídico-institucional que diferencia o regime parlamentar do presidencial. No parlamentarismo o executivo está ligado e subordinado ao legislativo, que se baseia no voto popular. Já no presidencialismo o executivo é eleito diretamente pelo povo. Outra mudança é em relação ao número e posicionamento dos partidos políticos. Em relação ao número, os sistemas se distinguem como bipartidários ou multipartidários. Já em relação à forma de atuação, estes partidos podem caracterizar regimes bipolares, onde os vários partidos se agregam ou como oposição ou como governo; e multipolares, em que os partidos tomam posição ao centro, apoiando o governo, ou em duas oposições, uma de direita e outra de esquerda que, em geral, possuem ideais opostos.

Voltemos à questão da representatividade e da participação, presentes nas discussões sobre teoria política desde os séculos XVII e XVIII, que resultaram nos ideais liberais e socialistas. Os chamados regimes liberais-democráticos surgem como forma de governo compatível com o capitalismo e o Estado Liberal, que reconhece e garante direitos fundamentais da cidadania, como os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa e de reunião. Os direitos políticos dos cidadãos liberais estão contidos no direito de eleger um grupo de representantes para a elaboração e cumprimento das leis e de se candidatar a cargos políticos, como salienta ainda Bobbio:

A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que, indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito (1998, p.324).

O desenvolvimento dos governos liberais, conforme Bobbio, se deu em duas direções. Primeiro, através do alargamento gradual do direito de votos, que antes era restrito a parcelas da população e que, historicamente, foi se tornando direito de todos os cidadãos que atingiram um determinado limite de idade. Segundo, através da multiplicação, também histórica, das instâncias representativas, como câmaras e senados, que hoje, na maioria dos países democráticos, existem em diferentes esferas do poder público. No Brasil, existe a Câmara de Vereadores, na esfera municipal, a Câmara de Deputados, na esfera estadual e, na esfera federal, o Congresso Nacional e o Senado.

Dissertando sobre subjetividade e cidadania na teoria política liberal, Santos afirma que no capitalismo liberal há uma “hipertrofia do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e com o ‘esquecimento’ total do princípio da comunidade” (2005, p.241). Como consequência, o princípio da cidadania abrange exclusivamente a cidadania civil e política e o seu exercício reside no poder de voto. “Quaisquer outras formas de participação política são excluídas ou, pelo menos, desencorajadas”. Para o autor, a redução da participação política ao voto levanta a questão da representação. “A representação democrática assenta na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado” (2005, p.238).

Entretanto, ao passo que na teoria liberal o sufrágio universal foi o ponto de chegada do processo de democratização do Estado, na doutrina socialista, chamada também de “teoria marxista-engelsiana” (Bobbio, 1998, p.324), o direito ao voto é o ponto de partida. Nos regimes sociais-democráticos, a evolução desta forma de governo acontece também:

Através da crítica da Democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da Democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até a empresa, da sociedade política até a sociedade civil pelo que se vem falando de Democracia econômica, industrial ou da forma efetiva de funcionamento dos novos órgãos de controle (chamados "conselhos operários"), colegial, e da passagem do autogoverno para a autogestão (Bobbio, 1998, p.324).

Esta distinção entre a representação e a participação está no cerne da discussão contemporânea sobre a democracia. Muitos profetizam a falência do sistema representativo e a necessidade de implantação de processos que deverão culminar na democracia direta, onde os próprios cidadãos serão responsáveis pela administração pública, sem delegação. Outros

entendem a importância da manutenção dos canais de representação política, contudo aliada à implantação de mecanismos de participação da sociedade nas decisões públicas.

O jurista brasileiro Paulo Bonavides é um dos severos críticos do sistema representativo que advogam a necessidade de mudança do sistema político vigente e a implantação da democracia participativa. Ele acredita que esta última não possui a “malignidade autocrática do presidencialismo” e a “instabilidade anárquica do parlamentarismo” (2003, p.290), e caracteriza as formas representativas como “oligarquizadas, desagregadas, corrompidas e degradadas” (2003, p.2). O autor defende a implantação do que chama de Estado Neo-Social da Periferia, e de Estado Democrático-Participativo, onde há uma maior intervenção, presença e participação direta do elemento popular, o qual imprime, assim, um grau superior de legitimidade às decisões fundamentais do governo.

Na clássica democracia representativa, o povo simplesmente adjetiva a soberania, sendo soberano apenas na exterioridade e na aparência, na forma e na designação; já com a democracia participativa, aqui evangelizada, tudo muda de figura: o povo passa a ser substantivo, e o é por significar a encarnação da soberania mesma em sua essência e eficácia, em sua titularidade e exercício, em sua materialidade e conteúdo, e, acima de tudo, em sua intangibilidade e inalienabilidade; soberania da qual o povo, agora, não conhece senão o nome, a falsa representatividade, o falso testemunho, a falsa valorização (Bonavides, 2003, p.44).

As principais críticas à representação política assentam no fato de que esta cria uma classe de políticos profissionais, responsáveis por gerir a coisa pública, enquanto que o restante da população se mantém afastada das questões políticas. “De um lado, estão os tecnocratas, burocratas que planejam, decidem e executam. Do outro lado, uma enorme massa de pessoas somente dedicadas aos seus próprios interesses e negócios” (Bordenave, 2002, p.53). Através do voto, cada pessoa delega a outros a representatividade de seus anseios e necessidades. Esses representantes deveriam prestar contas às suas bases eleitorais. Entretanto, na prática, o sistema não tem funcionado de forma eficiente. Fora do período eleitoral, quase não existe comunicação entre os políticos e a população. O atendimento às necessidades do povo é usado como barganha política para garantir a próxima eleição de muitos políticos. Antigos costumes como “o autoritarismo hierárquico e vertical, as relações de compadrio e tutela, o populismo, o clientelismo, as relações fisiológicas entre o público e o privado” (Albuquerque, 1998, p.8), além dos constantes casos de corrupção administrativa fazem com que cada vez mais a população confie menos nos políticos e nas estruturas partidárias.

Neste sentido, vale à pena ressaltar os resultados de duas importantes pesquisas sobre a questão política realizadas na América Latina. O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) classifica 180 países do mundo de acordo com o grau de corrupção que se percebe como existente entre os funcionários públicos e políticos³. O grau vai de zero (altamente corrupto) a dez (altamente limpo). Na América Latina, com exceção do Chile e do Uruguai, todos os outros países têm pontuação inferior a cinco. Segundo a pesquisa, o grau de corrupção no Brasil é de 3,5 (TABELA 01). Tais resultados coincidem com os índices revelados pela pesquisa *Latinobarómetro 2007* sobre o que pensa a população de 18 países latinos a respeito da democracia⁴. A pesquisa revelou que nesses países, a média de confiança nos partidos políticos varia entre 36% da população no Uruguai e Venezuela e 8% no Equador. No Brasil, apenas 16% da população confia nos partidos políticos (TABELA 02). A pesquisa concluiu que a representação partidária

Es el talón de Aquiles de la democracia, mientras se fortalecen los presidentes, que actúan como sustitutos de representación, y se validan las elecciones como el método que simboliza la democracia por excelencia, se debilitan los mecanismos de representación a través de los partidos (Latinobarómetro, 2007, p. 94).

Tabela 1 – Índice de percepção da corrupção na América Latina - 2007

Pontuação: 0 – altamente corrupto a 10 – altamente limpo		
Países	Pontuação	Ranking
Chile	7,0	22
Uruguai	6,7	25
Costa Rica	5,0	46
Cuba	4,2	61
El Salvador	4,0	67
Colômbia	3,8	68
México	3,5	72
Peru	3,5	72
Brasil	3,5	72
Panamá	3,2	94
República Dominicana	3,0	99
Argentina	2,9	105
Bolívia	2,9	105
Guatemala	2,8	111
Nicarágua	2,6	123
Honduras	2,5	131
Paraguai	2,4	138

³ A pesquisa é desenvolvida pela ONG Transparency International. Os resultados estão disponíveis em: http://www.transparency.org/regional_pages/americas/

⁴ Em 2007, a Pesquisa Latinobarómetro, desenvolvida pela Corporación Latinobarómetro, de Santiago, Chile, entrevistou 20.212 pessoas em 18 países da América Latina, entre os dias sete de setembro e nove de novembro de 2007. Os resultados estão disponíveis em <http://www.latinobarometro.org>.

Países	Pontuação	Ranking
Equador	2.1	150
Venezuela	2.0	162
Haiti	1.6	177

FONTE: Índice de Percepción de la Corrupción, 2007, Transparency International.

Tabela 2 – Confiança nos partidos políticos na América Latina - 2007

Países	Percentual (%)
Venezuela	36
Uruguai	34
Rep. Dominicana	30
El Salvador	25
México	24
Guatemala	24
Honduras	23
Nicarágua	23
Chile	20
Brasil	16
Costa Rica	15
Argentina	14
Peru	14
Bolívia	14
Panamá	13
Paraguai	12
Equador	8
Latino América	20

FONTE: Latinobarómetro 2007

Decerto, os recorrentes casos de corrupção administrativa e a dificuldade do sistema judicial brasileiro em punir exemplarmente estes casos são alguns dos fatores para o descrédito da organização partidária e dos políticos profissionais. Como consequência desta realidade, a população se distancia da política, que passa a ser vista como “coisa suja”. Ao analisar o caso brasileiro, na publicação *Diálogo Social en América Latina: un camino hacia la democracia ciudadana*⁵, o sociólogo costarricense Carlos Sojo concluiu que vivemos “el proceso más agudo de desconfianza ciudadana sobre la capacidad de los agentes políticos (personas y partidos) para conducir los destinos de las naciones hacia horizontes de progreso con equidad. Este es el límite de la democracia representativa” (2005, p.118). Diante da real falta de representatividade popular dos políticos, o Relatório 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta para a necessidade urgente de mudanças na relação entre políticos, partidos e sociedade em prol do desenvolvimento. “Os sistemas de partido tendem a ser instrumentais ou operativos. No entanto, eles precisam é de se fortalecer

⁵ A publicação, desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desarrollo, apresenta estudos sobre a democracia em diversos países da América Latina, realizados por pesquisadores latinos das ciências sociais.

para ampliarem a eficácia, a transparência e a responsabilidade” (Relatório PNUD, 2004, p.30).

Fortalecer a representação política e implantar mecanismos de participação é a solução encontrada pelos defensores da democracia participativa. Jürgen Habermas defende a consolidação da “esfera política da opinião pública” como um dos lócus de deliberação política funcionando ao lado da esfera parlamentar para “a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma administração sujeitos ao direito e à lei” (*apud* Sojo, 2005, p.119). A democracia participativa, também chamada por Habermas de “política deliberativa” e por Santos de “teoria democrática pós-moderna”, (2005, p.276), defende o fortalecimento do diálogo entre governos e sociedade através da articulação das instâncias de representação com os mecanismos de participação social em arenas públicas. Para Santos, a renovação democrática assenta, sobretudo, na formulação dos critérios dessa participação política que não a confinem ao ato de votar.

Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-o ao Estado. Do mesmo passo, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso, mantidas imunes ao exercício da cidadania (2005, p. 271).

Santos também defende que, diferente do modelo liberal que pressupõe uma relação vertical cidadão-Estado, este “contrato social” esteja baseado “numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão, na base da qual é possível fundar uma associação política participativa” (2005, p.239). Faz-se necessário a implantação de processos de discussão que, “orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum” possam proporcionar o “reordenamento na lógica de poder tradicional” (Luchmann, 2007, p.143).

Entretanto, a implantação de uma política deliberativa deverá enfrentar pelo menos três grandes desafios, principalmente no que diz respeito aos países da América Latina e, em especial, ao Brasil. O primeiro desses desafios está relacionado com a forma como a população pensa a democracia. A pesquisa *Latinobarómetro 2007* também questionou aos cidadãos sobre o significado da democracia. Em resposta, 42% dos entrevistados afirmaram que o significado mais importante da democracia é a liberdade e para 27% as eleições. A primeira opção corresponde aos direitos civis e a segunda aos direitos políticos, mas apenas

restritos ao ato de votar. Outra questão dizia respeito ao conceito de cidadania. A questão era: “Quais das seguintes coisas você acredita que uma pessoa não pode deixar de fazer se quer ser considerado cidadão?”. O respondente deveria escolher, entre oito características, as que lhe parecessem indispensáveis⁶. A característica que aparece como consenso de obrigação cidadã para os latino-americanos é votar. Os maiores índices foram atingidos na Costa Rica e República Dominicana, ambas com 80%, e no Brasil 60%. Apenas 15% dos brasileiros indicaram a participação política como fator para a cidadania e 24% consideraram a participação social. Outro indicador apresentado pelo *Latinobarómetro* revela que 31% dos cidadãos latino-americanos e 40% dos brasileiros nunca participaram de nenhum tipo de organização política ou social.

Os dados da pesquisa demonstram como a visão liberal a respeito dos direitos políticos está presente em boa parte das democracias latino-americanas e, inclusive, na democracia brasileira. A população cumpre com o rito, obrigatório, de ir às urnas e entende que este é o momento máximo da atuação cidadã. Poucos participam de movimentos sociais e políticos; poucos se informam sobre as decisões importantes tomadas pelos poderes públicos; poucos acompanham a atuação de seus candidatos durante o mandato, com exceção dos escândalos de corrupção, espetacularizados pela mídia, como novelas a serem acompanhadas diariamente nos telejornais.

A pobreza e as desigualdades sociais também são barreiras para a efetiva instauração da democracia, que pressupõe que todos os indivíduos são cidadãos com plenos direitos cívicos, sociais e políticos. Estudo realizado pelo PNUD na América Latina⁷ revelou que 42,8% da população é pobre. Em 15 dos 18 países estudados, incluindo o Brasil, mais de 25% da população vive abaixo da linha de pobreza e, em sete deles, mais da metade da população vive nessas condições (Relatório PNUD, 2004, p.28). Não é, portanto, de se admirar que o mesmo estudo tenha revelado que do total de entrevistados que disse apoiar a democracia, quase metade (48,1%) prefere o desenvolvimento econômico à democracia, e um percentual semelhante (44,9%) estava disposto a apoiar um governo autoritário, desde que resolvesse os problemas econômicos do seu país (Relatório PNUD, 2004, p.140). Saúde, educação,

⁶ As oito características listadas foram: votar; pagar impostos; obedecer a todas as leis, sempre; participar de organizações sociais; participar de organizações políticas; eleger produtos meioambientalmente responsáveis; ajudar a outros cidadãos que estão em situação pior que a minha; cumprir com o serviço militar. Pesquisa *Latinobarómetro*, 2007.

⁷ Os 18 países abrangidos pelo relatório do PNUD foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

emprego, moradia e cultura são alguns dos elementos fundamentais para que o indivíduo se sinta cidadão e considere a importância de atuar politicamente. Conforme conclui o cientista político norte-americano Allen Schick, “en otras palabras, la capacidad se debe basar no solamente en la habilitación formal de las instituciones sino también en las condiciones sociales que hacen que la democracia sea viable” (2003, p.22).

O terceiro desafio ao desenvolvimento dos canais de participação que gostaríamos de ressaltar diz respeito à dificuldade de aceitação, por parte de representantes das classes dominantes, à “intromissão” de populares nas decisões públicas, que quase sempre foram controladas pelas organizações partidárias.

Numa sociedade regida mais pelos sistemas de interesses que pelos de solidariedade, com uma marcada estratificação sócio-econômica, na qual umas classes extrapolam outras, a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios (Bordenave, 2002, p. 42).

Maria do Carmo Albuquerque também chama a atenção para a “dificuldade das lideranças dos movimentos tradicionais em superar seus critérios corporativos e ideologizados”, face à necessidade de pensar a cidade como um todo, de governar para todos, sem privilegiar a “minha rua”, o “meu movimento”, ou mesmo privilegiar os movimentos mais conscientes, lutadores ou “combativos”, freqüente reivindicação das lideranças populares (1998, p.10).

Além dos desafios sociais, econômicos e políticos a serem enfrentados para a implantação de uma política deliberativa, existe também o risco de que a mera execução de instrumentos de participação social não resulte na ampliação do acesso popular à esfera de decisão pública. Em primeiro lugar, teme-se que apenas os membros de grupos que já se organizam politicamente, como no caso dos movimentos sindicais ou rurais, tenham a pré-disposição de se envolverem em iniciativas de participação. Ou seja, a realização de mecanismos como conferências, audiências públicas e referendos não seria capaz de alterar a forma e o grau de participação da parcela da população que se mantém historicamente afastada das questões políticas. Em segundo lugar, questiona-se a preparação dos indivíduos para contribuir na elaboração de políticas públicas. Tendo em vista fatores como o baixo grau de escolaridade da maior parte da população brasileira, o desinteresse pelas questões políticas e a falta de informações sobre o funcionamento do aparato estatal, a realização de consultas públicas sem um devido preparo dos participantes pode ter resultados infelizes. Em

terceiro lugar, a eficácia destes mecanismos também dependerá do real interesse dos governantes. É possível que as consultas públicas sejam realizadas apenas para darem ares de democracia a determinados governos sem, contudo, existir uma real vontade política de colocar as contribuições dos participantes em prática.

Todavia, os defensores da democracia participativa parecem estar cientes das dificuldades a serem enfrentadas para a eficácia da deliberação popular na esfera de decisão das políticas públicas. Para Juan Bordenave, a participação popular e a descentralização das decisões são “caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento” (2002, p.14). A participação dos cidadãos contribui para que os serviços prestados à população sejam mais eficazes na medida em que correspondem à percepção que estes têm de suas próprias necessidades. Ou seja, ao invés de aguardar passivamente por benefícios, a comunidade intervém ativamente, buscando o atendimento de suas demandas. Os setores marginalizados se incorporam à vida social por “direito próprio e não como convidados de pedra” (Bordenave, 2002, p.20). Ao perceberem os resultados efetivos, as pessoas passam a entender a importância de participar nas discussões que provocam modificações diretas no meio em que vivem.

A participação é vista como um processo de aprendizagem, um mecanismo que contribui para o empoderamento da população, promovendo “o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (Bordenave, 2002, p.12), tanto no nível micros social, aquele em que o cidadão intervém na família, no grupo de amigos, na vizinhança ou em associações e cooperativas; quanto no nível da macroparticipação, quando o cidadão toma parte nas lutas sociais, políticas e econômicas da sociedade. O desafio é, justamente, que esta passagem para a democracia participativa aconteça através do fortalecimento de “sujeitos autônomos, capazes de enfrentar e contraporem-se a um governo quer de esquerda, quer de direita, garantindo a continuidade do processo” (Albuquerque, 1998, p.20).

Esta visão da participação como processo e não como finalidade é compartilhada pelo Fórum Nacional de Participação Popular, uma iniciativa que agrega entidades sociais brasileiras em prol da promoção da participação.

A participação não é um fim em si mesmo. A participação é estratégica para construir a possibilidade de uma democracia efetiva, que represente os interesses do conjunto da sociedade e que seja um espaço de tolerância e de reconhecimento. A participação também é estratégica para a universalização

de direitos (humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), assim como para a promoção do desenvolvimento (Relatório FNPP, 2006, p.4).

1.2 A Democracia no Brasil – breve relato

As dificuldades da população brasileira em lidar com a democracia podem ser reflexos da histórica formação colonial e escravocrata do país e da imbricada construção política do regime democrático. Vale lembrar que, por muitos anos, os negros, os indígenas e as mulheres, eram mantidos totalmente afastados dos assuntos políticos. Entretanto, Albuquerque (1998) ressalta que sempre existiram movimentos de participação popular, principalmente fomentados por grupos sociais excluídos que se manifestavam e demandavam ações ou políticas governamentais, e que eram, muitas vezes, reprimidos como “caso de polícia”.

Deste ponto de vista, podemos analisar a “participação” conquistada e possível nas diversas fases e tipos de movimentos sociais que percorrem a história do Brasil, desde as primeiras resistências indígenas e negras como a Confederação dos Tamoios, no litoral paulista e os Quilombos, passando pelos chamados movimentos camponeses “messiânicos”, como Canudos, pelas lutas abolicionistas, pela Independência, pelas revoltas urbanas contra a carestia, as mobilizações de inquilinos, e tantas outras. O movimento operário, de inspiração anarquista e socialista, o movimento camponês e os movimentos urbanos vêm caracterizar, mais propriamente, o que neste século chamamos “movimentos sociais”. Estes movimentos sofrem, principalmente nos anos 30 a 60, fortes pressões cooptadoras por parte de partidos políticos, de parlamentares e governos que buscam instrumentalizá-los e submetê-los a seus interesses e diretrizes (Albuquerque, 1998, p.1).

Neste sentido, a democracia brasileira é, também, consequência das lutas contra o autoritarismo do regime militar que eclodiram no final dos anos 60 e que tiveram seu ápice em 1984, no movimento pelas eleições diretas. Esses movimentos envolveram forças políticas e sociais contraditórias, desde partidos conservadores, elite e Igreja aos movimentos sindicais, populares e estudantis. As reivindicações da época valorizavam a cidadania e a democracia, lutando por melhorias na qualidade de vida da população e pela criação de espaços de participação, para que a sociedade civil organizada pudesse influir nos processos políticos decisórios.

Para Rubens Pinto Lyra, as lutas corporativas do “novo sindicalismo da década de 70” e os movimentos pela redemocratização foram “a fonte geradora das práticas participativas que hoje integram a institucionalidade jurídico-política brasileira” (2002, p.3),

através de um processo que culminou com a promulgação, em 1988, da sétima Constituição Brasileira. Essa ficou conhecida como a “Constituição cidadã” porque, entre outros avanços sociais, reconheceu no artigo 1º, que “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. O texto constitucional inclui mecanismos de democracia direta, como referendo, plebiscito e iniciativa popular, e de democracia participativa, prevendo a implantação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal com representação paritária do Estado e da sociedade civil.

A lua-de-mel com a reinstauração da democracia durou pouco tempo. Fernando Collor de Mello (1989-1992), primeiro Presidente eleito após a redemocratização do país, foi acusado de corrupção, sofreu processo de *impeachment* e renunciou em 1992. O vice-presidente Itamar Franco assumiu e durante o seu mandato iniciou uma política econômica neoliberal que se consolidou no governo seguinte. A política do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que estava baseada na teoria liberal do Estado Mínimo, priorizou o desenvolvimento econômico e a desregulamentação das funções do Estado, através da privatização das empresas estatais e da redução dos investimentos sociais. Nesta década, surge o discurso da responsabilidade social das empresas e o incentivo ao voluntariado que convoca a população a participar de atividades sociais, dando a sua “parcela de contribuição”. Ora, ao que parece, o Estado, preocupado com o mercado, transfere a responsabilidade pelo desenvolvimento social para as organizações da sociedade civil e para os empresários, sempre visando lucros sobre a égide da “empresa cidadã”.

Nesse período ficou patente que, embora a lei garantisse os direitos cívicos, políticos e sociais que conformam a cidadania (Santos, 2005, p.244), não foi capaz de mudar a ordem excludente do sistema econômico e muito pouco foi revertido em benefícios sociais diretos para a população brasileira. Para Albuquerque, este momento é caracterizado por “um significado neoliberal de cidadania”, que a entende como a inclusão das pessoas ao conjunto dos consumidores, e pelo esvaziamento dos canais de participação e de lutas por melhorias sociais.

Assistimos a uma progressiva destituição de direitos, principalmente dos direitos trabalhistas, do direito ao trabalho e dos direitos sociais, a uma deslegitimação das formas de organização e participação social, acusadas de “corporativas”, de representantes do atraso” e promotoras de “baderna”, ao esvaziamento dos conselhos, câmaras setoriais e outros canais de gestão participativa construídos com a forte participação democrática da sociedade. Assistimos ao alastrar, como se fosse uma unanimidade avassaladora, de

uma outra concepção de “modernidade” que pretende reduzir o Estado, desqualificando-o enquanto promotor de políticas sociais redistribuidoras de renda, reduzindo drasticamente os orçamentos dessas políticas e eximindo-o destas responsabilidades (Albuquerque, 1998, p.12).

Uma nova esperança para a democracia brasileira parece ter surgido com a eleição de Luís Inácio da Silva para presidente, em 2002. A posse do primeiro governo de esquerda, liderado por um dos principais militantes das lutas sociais das décadas de 70 e 80, fez com que se reavivassem as expectativas quanto ao desenvolvimento de uma democracia plena, onde os cidadãos poderiam ver cumpridos os seus direitos cívicos, políticos e sociais. A perspectiva da implantação de mecanismos da democracia participativa estava presente no Plano de Gestão do Governo Lula, lançado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2003:

Transparência e participação são princípios basilares da gestão democrática que permitem aos cidadãos se informarem sobre a agenda proposta pelo governo e, por meio dos canais adequados, participarem das decisões sobre assuntos relacionados ao interesse público e a seus legítimos interesses particulares (Ministério do Planejamento, 2003, p.11).

Na área social, alguns avanços foram conseguidos pelo Governo Lula, embora ele também não tenha conseguido satisfazer plenamente os anseios da população. Entretanto, pode-se registrar avanços significativos em relação à participação social na elaboração de políticas públicas. No capítulo seguinte desta dissertação, falaremos mais sobre a instauração de espaços de participação no país, a partir de 2003.

1.3 Mecanismos de Escuta Pública

Os mecanismos de escuta podem ser ofertados pelo Estado ou serem conquistados através das lutas e pressões sociais da população. Como exemplos de mecanismos disponibilizados pelo Estado, podemos citar os previstos na própria Constituição de 1988 (Implantação de Conselhos Gestores, realização de Referendos, Plebiscitos, etc), e modelos inovadores de gestão pública, como o Orçamento Participativo. Em relação à atuação da sociedade civil organizada, vale citar os diversos fóruns e entidades criados com o intuito de

mobilizar a população, como o Fórum Nacional pela Participação Popular⁸ e a Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia⁹.

Para Bordenave, esses movimentos refletem a “aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino” devido ao descontentamento com a histórica “marginalização do povo, dos assuntos que interessam a todos e são discutidos por poucos” (2002, p.12). A participação social nas esferas de decisão pública pode se dar em diferentes escalas, de acordo com o tipo e o grau de decisão.

Os mecanismos de participação ofertados pelos poderes públicos podem ser simbólicos, quando “os membros de um grupo têm influência mínima nas decisões e operações, mas são mantidos na ilusão de que exercem o poder” (Bordenave, 2002, p.63); podem ter intenção integradora, visando o melhoramento de uma situação específica; ou uma intenção transformadora, quando buscam a modificação das estruturas econômicas e sociais vigentes. Já de acordo com o grau, Bordenave elenca seis diferentes níveis de oferta. A participação pode ser: 1) apenas informacional, quando os dirigentes informam sobre decisões tomadas; 2) uma consulta facultativa, onde a administração pode fazer consultas solicitando críticas, sugestões ou dados que auxiliem na resolução de problemas; 3) de elaboração ou recomendação, quando os participantes elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição; 4) co-gestão, com administração compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade, através de comitês e conselhos; 5) delegação, grau de participação onde os administrados têm autonomia em certos campos ou jurisdições; e 6) autogestão, onde o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa (2002, p.31). A abertura dos governos brasileiros à participação alcançou o terceiro grau. Os últimos estágios certamente se aproximam do ideal da efetivação de uma democracia direta.

O objetivo deste tópico é apresentar sinteticamente alguns dos principais mecanismos de escuta pública praticados no Brasil, sem, contudo, ter a pretensão de avaliá-

⁸ O Fórum Nacional foi criado em 1990 por organizações da sociedade civil organizada, com o objetivo de afirmar a participação popular como um instrumento para a consolidação e o aprofundamento da democracia. Para mais informações, favor consultar a página do Fórum na internet: <http://www.participacaopopular.org.br>

⁹ A Campanha foi idealizada pelo jurista Fábio Konder Comparato e é liderada pela OAB, com a adesão da CNBB e de outras organizações. Através do Projeto de Lei nº 4.718/2004, visa pressionar pela regulação, detalhamento e efetividade dos mecanismos de democracia direta, previstos no art. 14 da Constituição Federal (plebiscito, referendo, iniciativa popular).

los em profundidade. Focamos nossas observações nos seguintes mecanismos de escuta pública, mais comuns no Brasil: conselhos gestores, orçamento participativo, ouvidoria pública e conferência.

1.3.1 Conselhos Gestores

O Conselho Gestor é uma instância de articulação entre o poder público e a sociedade, responsável pela formulação de estratégias e fiscalização de políticas públicas em diversos setores governamentais. O funcionamento e as atribuições dos conselhos estão previstos na legislação nacional, com atuação nas esferas municipal, estadual e federal. O número de assentos no Conselho varia de acordo com a legislação específica que rege cada instância, mas, em geral, a composição é paritária, com representantes dos poderes públicos e da sociedade civil, que normalmente são pessoas com atuação profissional reconhecida ou com militância social e política na área do conselho.

Os mecanismos de escolha dos conselheiros também são diversos. Alguns estados adotaram eleições diretas para formação dos conselhos; outros trabalham com consulta e indicações de instituições, categorias profissionais e organizações sociais; e, na grande maioria dos casos, os conselheiros são indicados pelo Poder Executivo. De todos os modos, muitas críticas têm sido feitas em relação à legitimidade dos conselheiros em representar e prestar contas à sociedade. Embora seja este um mecanismo favorável à implantação de políticas de acordo com o interesse da sociedade, a depender de como se manipula a sua composição, pode ser mantido apenas como fachada de democracia. Ou então, através de acordos políticos, pode-se esvaziar o poder de decisão do Conselho, mantendo-o responsável por assuntos periféricos. Segundo Albuquerque, o costume de apaziguar a necessidade de “participação cidadã”, com a criação de Conselhos “que incorporam personalidades ou entidades ‘notáveis’ ou convenientes aos grandes interesses”, está presente no Brasil há muito tempo, com exemplos como o Conselho de Saúde, criado em 1937. Ressalta a autora que “mesmo a ditadura de 64 foi conhecida como ‘conselhistas’, constituindo conselhos que expressavam vínculos entre o Estado e uma tecnocracia representante do grande capital que esse modelo desenvolvimentista privilegiou” (1998, p.8).

Este provavelmente é o caso do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, do qual falaremos com mais detalhes no próximo capítulo. Criado em 1967, a instituição deveria

cuidar especificamente da política estadual de cultura. Entretanto, no decorrer dos anos, boa parte das atividades executadas podem ser comparadas a de muitas empresas de produção cultural: organização de palestras, exposições artísticas, lançamento de livros, entre outras produções. Tais exercícios minimizaram a importância do Conselho como mecanismo de articulação entre a sociedade e o poder público.

1.3.2 Orçamento Participativo

Após o processo de redemocratização do país, do qual falamos anteriormente, havia uma grande preocupação dos partidos políticos na implantação de novas formas democráticas de administração pública. Uma das ferramentas de escuta pública criadas foi o Orçamento Participativo (OP), que visa promover a participação dos cidadãos na discussão pública sobre o orçamento financeiro do governo, com o intuito de melhorar a alocação dos recursos. Segundo Glauco Peres da Silva e Carlos Eduardo Carvalho, o princípio era que essa participação criasse ambiente propício para o crescimento e o desenvolvimento da democracia, com maior transparência do Estado e com a formação de nova concepção de cidadania. O cidadão aprenderia a “enxergar o governo como representante de sua vontade e passaria a reivindicar novos espaços de manifestação, a cobrar a divulgação dos resultados, a acompanhar as decisões e a exigir boa conduta dos governantes” (2006, p.424).

O OP foi implementado pela primeira vez em 1989, no município de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). O município foi dividido em regiões, nas quais ocorriam rodadas de discussão entre cidadãos e representantes da Prefeitura, para debater propostas de investimento público para o ano seguinte. De Porto Alegre, o modelo foi exportado para Santo André, Belo Horizonte, Recife e hoje é aplicado em diversas cidades brasileiras, sendo reconhecido, internacionalmente, como modelo de gestão pública.

Em geral, o OP é implantado por instâncias municipais e acompanha o ciclo anual de elaboração da peça orçamentária para a aprovação do Poder Legislativo e a posterior execução do orçamento. O modelo pode variar em cada município ou estado de acordo com suas atribuições (deliberativo ou consultivo), sua abrangência (envolvimento ou não dos conselhos setoriais do município no seu processo deliberativo) e até mesmo em relação ao montante de recursos que administra (Lyra, 2004, p.8). Na primeira etapa, acontecem as

reuniões plenárias locais, abertas a participação de qualquer cidadão. Nestas reuniões, é feito o levantamento de prioridades de cada localidade e os participantes elegem representantes, que geralmente são lideranças comunitárias, as quais farão parte do Conselho do OP, que organiza as demandas e lhes dá a forma final a ser encaminhada ao Executivo. O Conselho também é responsável por acompanhar a execução do orçamento durante o ano. O mandato de conselheiro é revogável, sendo possível destituí-lo do cargo, caso não esteja cumprindo com a tarefa de comunicar a seus representados o andamento das ações.

Em todos os casos, o Poder Legislativo fica à margem do processo. Para Albuquerque, os vereadores são os principais críticos do processo na medida em que, com a participação direta da população, eles estariam perdendo o poder de negociar “emendas à proposta de orçamento”, apresentadas com base em “vínculos e compromissos clientelistas” feitos com as bases eleitorais.

Os Orçamentos Participativos tendem a corrigir esses desvios clientelistas do legislativo. Tencionam a compreensão tradicional do papel do vereador, que o vê como “intermediário” nas barganhas entre a população e o executivo, ao invés de exercer seu poder legislador e fiscalizador (Albuquerque, 1998, p.19).

1.3.3 Ouvidorias Públicas

As ouvidorias são espaços abertos em instituições públicas, também comuns em empresas privadas, para que os cidadãos possam realizar denúncias, críticas e sugestões que contribuam para o aprimoramento e a correção de atos de governo. Em cada ouvidoria existe um profissional chamado ouvidor que tem como atribuição recolher as denúncias e sugestões feitas pelos cidadãos e interpelar as instituições citadas para uma solução da questão mencionada, atuando como mediador de conflitos e buscando a melhoria do relacionamento da instituição com a comunidade. O ouvidor também deve emitir pareceres e possui autoridade para realizar investigações que se façam necessárias para fiscalizar o órgão público.

Lyra afirma que, para que haja lisura na atuação do ouvidor, o ideal é que o profissional seja escolhido em um processo eletivo. Entretanto, a prática vigente no Brasil é que o próprio dirigente máximo da instituição indique um ouvidor. Para o autor, o paradoxo do que chama de “ouvidorias biônicas”, levanta uma questão conclusiva: “Poderia representar

a sociedade, como instrumento de efetivo controle, alguém nomeado pelo titular do órgão que fiscaliza?” (Lyra, 2004, p.9).

1.3.4 Conferências

As conferências são consideradas espaços mais amplos de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e nacional (Ministério do Planejamento, 2005, p.9). Uma conferência pública nunca é um fato isolado. Ela acontece com periodicidade regular que, em geral, varia entre dois e quatro anos, com o objetivo de avaliar o cumprimento das deliberações anteriores e estabelecer novas metas a serem cumpridas no período seguinte.

A convocação para a participação da sociedade geralmente é feita pelo chefe do executivo em cada instância (prefeitos, governadores e presidente). Caso uma das instâncias não faça adesão à conferência, a sociedade civil pode realizar o evento. Quase sempre, a organização de uma conferência segue os mesmos procedimentos: convocar a realização, nomear uma comissão de organização e estabelecer o cronograma de ação. A comissão deverá elaborar o regimento e o regulamento da conferência. O primeiro é composto pelas normas que vão nortear a realização do evento, como o tema, quem pode participar e quais serão os encaminhamentos e documentos produzidos. No regulamento constam os princípios que vão orientar os debates e a sistematização das informações, que devem ser divulgados e pactuados por todos os participantes.

Durante a conferência, os participantes são divididos em grupos de trabalhos (GT's) por tema e, durante um tempo pré-determinado, discutem e aprovam sugestões para as políticas públicas. As sugestões de todos os grupos são apresentadas na plenária final, que é a reunião de todos os participantes inscritos com direito a voz e voto, para que todos os grupos tomem conhecimento do que foi discutido nos outros GT's. As propostas podem ser aprovadas, rejeitadas, ou modificadas durante a votação na plenária final. Além das proposições, também podem ser apresentadas moções, que são opiniões consensuadas pelos participantes que podem vir aprovadas pelos grupos ou serem submetidas direto à plenária final. Geralmente, as moções dizem respeito a outros assuntos que não foram especificamente tratados durante as discussões.

O objetivo desta dissertação é investigar a participação popular na elaboração de políticas públicas através da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Ao delimitarmos o recorte da pesquisa, escolhemos uma conferência levando em consideração a ampla participação que este mecanismo de consulta pública possibilita através da realização de encontros em âmbitos local, estadual e nacional. Como trataremos das políticas culturais, os próximos tópicos deste capítulo serão dedicados à discussão sobre a cultura e a importância dos mecanismos de escuta para as políticas públicas de cultura.

1.4 A Transversalidade da Cultura

Cultura é um dos conceitos chaves no horizonte das preocupações teóricas e metodológicas deste trabalho. E, novamente, não estamos falando de uma definição simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, a cultura é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, a palavra “cultura” também tem sido utilizada em diferentes campos semânticos em substituição a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (Cucho, 2002, p.203). Comumente, ouvimos falar em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”. Ao que se conclui que, ao nos referirmos ao termo, cabe ponderar que existem distintos conceitos de cultura, no plural, em voga na contemporaneidade. Portanto, se faz necessário uma incursão nesta seara de estudos para que possamos delimitar qual compreensão de cultura norteia esta investigação.

Parte desta complexa distinção semântica se deve ao próprio desenvolvimento histórico do termo. A palavra cultura vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim *cultura*, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (Williams, 2007, p.117). Até o século XVI, o termo era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada. A partir do final do século passado ganha destaque um sentido mais figurado de cultura e, numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das

faculdades humanas. Em consequência, as obras artísticas e as práticas que sustentam este desenvolvimento passam a representar a própria cultura.

Tanto Denys Cuche, na obra *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais* (2002), quanto Raymond Williams, em *Palavras Chaves: um vocabulário de cultura e sociedade* (2007), apontam os séculos XVIII e XIX como o período de consolidação do uso figurado de cultura nos meios intelectuais e artísticos. Expressões como “cultura das artes”, “cultura das letras” e “cultura das ciências” demonstram que o termo era, então, utilizado seguido de um complemento, no sentido de explicitar o assunto que estava sendo cultivado. A partir deste período, a cultura passa a conformar sentidos distintos em países como a França e a Alemanha, de modo que Cuche alerta que “sob as divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais” (2002, p.12).

No pensamento iluminista francês, a cultura caracteriza o estado do espírito cultivado pela instrução. “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (Cuche, 2002, p.21). No vocabulário francês da época, a palavra também estava associada às idéias de progresso, de evolução, de educação e de razão. Cultura e civilização andavam de mãos dadas, sendo que a primeira evocava os progressos individuais e a segunda, os progressos coletivos. Neste sentido, há uma diferenciação entre o estado natural do homem, irracional ou selvagem, posto que sem cultura; e a cultura que ele adquire através dos canais de conhecimento e instrução intelectual. Decorre daí a idéia de que as comunidades primitivas poderiam evoluir culturalmente e alcançar o estágio de progresso das nações civilizadas. Este pensamento também deu origem a um dos sentidos mais utilizados em nossos dias, que caracteriza como possuidores de cultura os indivíduos detentores do saber formal. No século XIX, a noção francesa de cultura se ampliaria para uma dimensão coletiva, se aproximando do significado de civilização e, até mesmo, o substituindo.

Na Alemanha, os primeiros usos do sentido figurado de *Kultur* no século XVIII guardavam similaridade com o pensamento francês. A idéia de cultura como civilização era comumente utilizada pelos príncipes da aristocracia alemã, que estavam “preocupados demais em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa” (Cuche, 2002, p.25). Acontece uma inversão de sentido no momento em que a intelectualidade burguesa, que não compartilhava o poder com os nobres, passa a criticar a superficialidade dos hábitos cerimoniais dos príncipes alemães, relacionados com a civilização, em contraposição com a cultura, que caracteriza, neste pensamento, o que é autêntico, profundo e que contribui para o enriquecimento

intelectual e espiritual. Segundo Cuche, a civilização, relacionada à nação francesa, passa a ser colocada em oposição à cultura que, entendida como uma marca distintiva da originalidade e da superioridade do povo alemão, adquire um importante papel nas discussões nacionalistas que se conformariam nos períodos históricos posteriores e que culminariam na Primeira Guerra Mundial.

Estendida à “nação” alemã, ela [a cultura] participa da mesma incerteza; ela é expressão de uma consciência nacional que se questiona sobre o caráter específico do povo alemão que não conseguiu ainda a sua unificação política. Diante do poder dos Estados vizinhos, a França e a Inglaterra em particular, a ‘nação alemã’, enfraquecida pelas divisões políticas, esfacelada em múltiplos principados, procura afirmar sua existência glorificando sua cultura (Cuche, 2002, p.27).

A evolução do significado de cultura no debate entre estes dois países marcou a formação das duas concepções de cultura que estão na base dos estudos das Ciências Sociais. O entendimento francês de cultura como característica do gênero humano deu origem ao conceito universalista. Já a concepção alemã de que a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (Cuche, 2002, p.28) origina o conceito particularista da cultura.

A concepção universalista da cultura foi sintetizada por Edward Burnett Tylor (1832-1917) que, segundo Cuche (2002, p.39), é considerado o fundador da antropologia britânica. Ele escreveu a primeira definição etnológica da cultura, em 1817, onde marca o caráter de aprendizado cultural em oposição à idéia de transmissão biológica:

Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (*apud* Laraia, 2006, p.25).

Todavia, Tylor defendia o princípio do evolucionismo, que acreditava haver uma escala evolutiva de progresso cultural que as sociedades primitivas deveriam percorrer para chegar ao nível das sociedades civilizadas.

Contrário à concepção evolucionista, Franz Boas (1858-1942) foi um dos pesquisadores que mais influenciaram o conceito contemporâneo de cultura na antropologia

americana. Cuche aponta-o como o inventor da etnografia por ter sido o primeiro antropólogo a fazer pesquisas com observação direta das sociedades primitivas. Em seus estudos, Boas concluiu que a diferença fundamental entre os grupos humanos era de ordem cultural e não racial ou determinada pelo ambiente físico. Sendo assim, defendia que, ao estudar os costumes particulares de uma determinada comunidade, o pesquisador deveria buscar explicações no contexto cultural e na reconstrução da origem e da história daquela comunidade. Decorre dessa constatação o reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma cultura universal.

A partir desses estudos iniciais, outras abordagens do conceito de cultura se desenvolveram nas ciências sociais e em diversas áreas do pensamento humano como conseqüência do fenômeno que Albino Rubim chama de “automização da cultura como campo singular”, que mobiliza mercados consumidores e permite atuações profissionais, acadêmicas e políticas. Para o autor, “cabe propor mesmo uma centralidade para a cultura” no mundo contemporâneo (2006, p.2).

Diante da multiplicidade de interpretações e usos do termo cultura, adotamos como referência neste trabalho três concepções fundamentais de entendimento da cultura, como: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano.

Na primeira concepção, a cultura é definida como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais. Ela se produz “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, como ressalta Isaura Botelho (2001, p.2). Marilena Chauí também chama a atenção para a necessidade de alargar o conceito de cultura, tomando-o no sentido de invenção coletiva de símbolos, valores, idéias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais” (1995, p.81). Valoriza-se o patrimônio cultural imaterial - os modos de fazer, a tradição oral, a organização social de cada comunidade, os costumes, as crenças e as manifestações da cultura popular que remontam ao mito formador de cada grupo. Como salienta Botelho:

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada às últimas conseqüências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo

tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco (2007, p.110).

A segunda concepção é dotada de uma visão mais restrita da cultura, referindo-se às obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento, vistas sobretudo como atividade econômica. Esta dimensão não se dá no plano da vida cotidiana do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, no circuito organizado. “É uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (Botelho, 2001, p.2). A produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema de produção cultural se tornou estratégica para o desenvolvimento das nações, na medida em que estas atividades movimentam uma cadeia produtiva em expansão, contribuindo para a geração de emprego e renda. Conforme salientado por Rubim,

A profusão das ‘indústrias’, dos mercados e dos produtos culturais na atualidade; o acelerado desenvolvimento das sócio-tecnologias de criação e produção simbólicas; o aumento inusitado dos criadores; o surgimento de novas modalidades e habilidades culturais; a concentração de recursos nunca vista neste campo sugerem não só a importância do campo cultural na contemporaneidade, mas abrem, sem garantir, perspectivas de uma rica diversidade (multi)cultural e possibilidades de reorganizações da cultura (1997, p.114).

A Economia da Cultura estuda a influência dos valores, das crenças e dos hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas. “Vista sob esse ângulo, a cultura é tida como fator de propulsão ou de resistência ao desenvolvimento econômico” (Reis, 2007, p.1). Além das tradicionais atividades culturais, como literatura, artes visuais, teatro, música, dança, audiovisual, arquitetura e artesanato, as indústrias criativas também abarcam outros setores como moda, designer, marketing e propaganda, decoração, esportes, turismo, aparelhos eletrônicos, tecnologia, telefonia, internet, brinquedos e jogos eletrônicos. Na relação entre cultura e mercado, acontecem dois processos distintos: a mercantilização da cultura, quando as atividades culturais passam a ser concebidas visando à distribuição em massa e, conseqüentemente, a geração de lucro comercial; e a culturalização da mercadoria, que ocorre através da atribuição de valor simbólico a objetos do uso cotidiano. Até mesmo as características culturais de um determinado local ou povo podem ser transformadas em bens vendáveis para o turismo ou como *locus* para a produção audiovisual.

A terceira concepção da cultura ressalta o papel que ela pode assumir como um fator de desenvolvimento social. Sob esta ótica, as atividades culturais são realizadas com intuítos sócio-educativos diversos: para estimular atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; no apoio ao desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais ou em atividades terapêuticas para pessoas com problemas de saúde; como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, a ressocialização de presos ou de jovens infratores. Embora muitos pesquisadores e artistas critiquem esta visão como sendo utilitária, pois acreditam no valor da arte em si mesma, é fato que a cultura pode e deve exercer um papel na formação política e social dos indivíduos. Segundo Néstor Garcia Canclini, é possível ver a cultura “como parte de la socialización de las clases y los grupos en la formación de las concepciones políticas y en el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo” (1987, p.25).

Portanto, é possível compreender a cultura através de três concepções fundamentais. Primeiro, em um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Segundo, como as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural. Terceiro, como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social.

Ao iniciarmos este tópico, ponderamos que os diferentes conceitos de cultura tornavam necessário uma incursão nesta seara de estudos para que pudéssemos delimitar qual compreensão norteia esta investigação. Tendo em vista que o nosso interesse reside nas políticas públicas, surge a pergunta: é possível escolher qual das concepções é a mais correta ou a mais adequada para a atuação governamental no setor? Tendo em vista a formação da sociedade contemporânea, afirmamos que isto não é possível. Caso estas concepções sejam tratadas de forma excludente, a política pública poderá deixar de lado fatores importantes como a preservação e o respeito às tradições culturais; o potencial econômico das indústrias criativas; ou o papel da cultura como fator de desenvolvimento humano. Portanto, acreditamos que estes três aspectos devem ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas de cultura, porém ressaltando que a população deve ser o foco das ações, conforme veremos no tópico seguinte. É preciso que os investimentos no setor cultural sejam revertidos para o conjunto da sociedade.

1.5 Democracia Cultural

A democracia cultural, também chamada de cidadania cultural, é uma concepção de gestão das ações para o setor que entende que a população é o alvo das políticas públicas e a maior conhecedora de suas reais necessidades. Sendo assim, deve compartilhar responsabilidades com o Estado em relação à elaboração e a execução das políticas públicas. Incentiva-se a participação de todos nas esferas de decisões políticas buscando a efetividade e a eficácia das ações a serem implantadas. Segundo Hamilton Faria, nesta concepção o “trinômio consumidor-produto-espectador” é ampliado para “a criação/fruição-processo-participação” (2003, p.38).

O papel central que a cultura exerce na vida da sociedade contemporânea exige uma atuação efetiva dos poderes públicos através da implantação de órgãos específicos para a gestão cultural nas esferas municipal, estadual e federal, e da elaboração e execução de políticas públicas. Segundo Canclini, define-se política cultural como:

El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (2001, p.65)

Vale ressaltar dois aspectos fundamentais presentes na definição do autor: 1) os atores sociais que devem estar envolvidos nas políticas culturais; e 2) os objetivos dessas políticas; traçando um paralelo com duas concepções de atuação pública no setor: a democracia cultural e a democratização da cultura.

Em relação aos atores, vimos que essas intervenções devem envolver os poderes públicos, as instituições civis e os grupos comunitários. Rubim defende que a política cultural só poderá ser considerada uma política pública se ela for submetida a algum controle social, através de debates e crivos públicos. O autor salienta que “na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais” (2006, p.11). Esta necessidade de envolver a população na esfera de decisão está relacionada com um conceito

amplo de cultura, onde os indivíduos não são vistos apenas como receptores das ações governamentais, mas como sujeitos e produtores da cultura.

Canclini também ressalta que a política cultural deve ter como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de ordem ou transformação social. Ora, estes objetivos parecem ir além dos propostos pela política de democratização cultural que é aplicada por muitos governos visando à distribuição e a popularização da arte, do conhecimento científico e das formas de “alta cultura”, de modo que o acesso igualitário de todos os indivíduos aos bens culturais possa corrigir as desigualdades socioculturais. Com este fim, o Estado estimula e apóia a criação artística e a preservação da cultura erudita através de leis de incentivo fiscal, fundos para investimentos diretos e outros mecanismos de transferência de recursos. Também é papel da administração pública cuidar da conservação dos espaços culturais tradicionais, como grandes galerias, teatros e museus, e construir novos equipamentos com a infra-estrutura necessária. A difusão cultural acontece através de políticas de formação de platéias (e de consumidores). Em geral, o Estado subsidia os ingressos para os espetáculos, oferecendo ao público a oportunidade de assistir à ação cultural com entradas mais baratas, ou até mesmo gratuitas. Cabe à população o interesse de aproveitar as oportunidades de se “cultivar”.

Esta proposta de democratização é deficitária, pois tende a encarar a cultura e o povo como pólos distintos e afastados. Tal política trabalha apenas com a crença de que basta que haja o encontro entre a cultura erudita, e o público para que haja desenvolvimento cultural (Botelho, 2001, p.14). A preocupação é garantir que cada vez mais pessoas das classes menos favorecidas possam frequentar teatros, galerias e salas de cinema. Poucas iniciativas se preocupam com a qualidade desse consumo cultural. Levando em consideração apenas os “templos culturais”, como teatros e galerias, como os lugares mais importantes para a realização da cultura, os defensores desta política esquecem as ruas, as casas, as escolas e os espaços informais de sociabilidade. Também falta participação popular na elaboração de políticas que sejam efetivamente públicas. As decisões sobre as políticas culturais são centralizadas nos governos e instituições, constituindo uma esfera pública estatal. A cultura é definida pela burocracia das secretarias de cultura, sem passar pelo crivo do público a que se destina.

Para Canclini (1987, p.49), a democratização, quando consiste em divulgar a alta cultura, implica na definição elitista do patrimônio simbólico, sua valorização unilateral pelo Estado e por setores hegemônicos, e pela imposição paternalista ao resto da população. Outra

crítica do autor ao modelo de difusão cultural é que esta não muda as formas de produção e consumo dos bens simbólicos. Os públicos que costumavam desfrutar dos espetáculos passam a fazê-lo mais vezes, enquanto as classes menos favorecidas financeiramente continuam afastadas da produção cultural, tendo acesso apenas aos meios de comunicação de massa. Também nos parece importante ressaltar a crítica feita por Isaura Botelho (2001, p.14) a esta política. A autora acredita que a redução dos preços ou a gratuidade não são capazes de alterar as desigualdades culturais. Ao contrário, a política de subvenção as reforça, pois favorece a parte do público que já detém a informação, as motivações e o acesso aos bens e equipamentos culturais. Ou seja, as pessoas que já possuíam o costume de ir ao teatro, por exemplo, passam a fazê-lo mais vezes, aproveitando os benefícios concedidos pelo Estado.

Quando a política cultural se restringe a fornecer apoio para o desenvolvimento das atividades artísticas e para o fortalecimento das indústrias criativas, ela deixa de lado os modos de uma coletividade, seus valores e rotinas. Faria identifica esse modo de compreensão da cultura como um dos problemas das políticas de incentivo fiscal aplicadas no Brasil em determinados períodos históricos que priorizam um conceito restrito de cultura e “se esquecem das práticas cidadãs, da construção da esfera pública, dos valores, dos comportamentos, das práticas cotidianas e modos de vida” (2003, p.35).

Indo de encontro a esta tendência, a democracia cultural defende o equilíbrio entre difusão e criação, na medida em que tem como objetivos garantir à população o acesso aos bens culturais por meio de serviços públicos e proporcionar os meios para que cada grupo possa exercer sua criatividade cultural, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos e a organização autogestiva das atividades. Conforme anota Marilena Chauí, a política de “animação cultural” deve ser “substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares”, de modo a garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo, dirigismo e da tutela (1995, p.84). As políticas de democracia cultural defendem a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade. “A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades, para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural” (Calabre, 2007, p.102). Por isso, a missão da política é estimular a autonomia dos grupos culturais e facilitar os canais de comunicação com o poder público.

O Estado deve dar apoio às diversas manifestações clássicas, eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes; e reconhecer as dinâmicas inovadoras de movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos ou de gênero. Esta

concepção não é contrária a ações pontuais, como a promoção de grandes festas e eventos, mas privilegia ações com sentido contínuo. Além disso, as atividades acontecem mais próximas de onde as pessoas vivem, nos seus espaços de origem, buscando a descentralização das ações. Em defesa da democracia cultural, Canclini ressalta que tal política

propicia su desarrollo autónomo y relaciones igualitarias de participación de cada individuo en cada cultura y de cada cultura respecto de las demás. Puesto que no hay una sola cultura legítima, la política cultural no debe dedicarse a difundir sólo la hegemonía sino a promover el desarrollo de todas as que sean representativas de los grupos que componen una sociedad (...) no se limita a acciones puntuales, sino que se ocupa de la acción cultural con un sentido continuo (a través de toda la vida y en todos los espacios sociales), y no reduce la cultura a lo discursivo o lo estético, pues busca estimular la acción colectiva a través de un participación organizada, autogestionaria reuniendo las iniciativas más diversas (de todos los grupos, en lo político, lo social, lo recreativo, etc.). Además de transmitir conocimientos y desarrollar la sensibilidad, procurar mejorar las condiciones sociales para desenvolver la creatividad colectiva. Se intenta que los propios sujetos produzcan el arte y a cultura necesarios para resolver sus problemas y afirmar o renovar su identidad (1987, p.50-51).

Para a efetivação de uma política cultural mais ampla, cinco circuitos de intervenção devem ser perseguidos pelas políticas públicas, visando sempre à democracia cultural. Os quatro primeiros circuitos se baseiam na sugestão de Teixeira Coelho (2004, p. 297), e o quinto decorre da necessidade por nós constatada de inserir a formação como outro circuito a ser contemplado pelas políticas culturais:

- 1) Apoio a setores de produção, distribuição e consumo da cultura, incluindo as atividades da nova cultura tecnológica, e incentivo a atuação da iniciativa privada na produção cultural, visando ao desenvolvimento econômico de setor;
- 2) garantia de autonomia e funcionamento dos grupos culturais que estão alheios ao mercado cultural, como manifestações da cultura popular, artistas experimentais, grupos amadores, etc., tendo como objetivo a valorização das identidades e da diversidade cultural;
- 3) apoio a organização administrativa da cultura, através da criação e manutenção dos órgãos, instituições e equipamentos culturais, bem como investimento na utilização e na movimentação cultural de espaços informais de sociabilidade, como escolas, centros comunitários, quadras esportivas, etc;
- 4) desenvolvimento de iniciativas objetivando garantir à população: participação nas esferas de decisão pública sobre a cultura, acesso e fruição dos bens culturais, oportunidades de criar e manifestar-se culturalmente;

5) investimento no desenvolvimento de indicadores culturais, estudos e pesquisas; além de formação de profissionais para atuarem na área da cultura, seja como artistas ou como gestores.

Uma administração da cultura que influencie a vida cotidiana e incentive tão ampla participação popular somente produzirá resultados sensíveis se levar em consideração o caráter transversal da cultura, que perpassa outras esferas da vida cotidiana. A gestão pública da cultura deve estar em constante diálogo e parceria com as outras áreas de atuação governamental. Vale ressaltar que o sistema escolar, embora não seja o único determinante, é uma das ferramentas mais importantes de construção e alimentação de um capital cultural.

Entretanto, a também chamada democracia sociocultural ainda é uma concepção de gestão que sensibiliza poucos administradores, em geral ligados a movimentos sociais, grupos políticos de esquerda ou à classe artística. Existem muitos governantes que não reconhecem a importância de uma atuação efetiva do setor público na área cultural. O tema cultura aparece pouco nas plataformas de governo dos partidos políticos e, quando aparece, está, muitas vezes, relacionado com uma visão que associa cultura às necessidades de lazer da população, que podem ser atendidas com eventos festivos com a presença de renomados artistas da indústria cultural. Como ressalta Cláudia Leitão (2003, p.115), os poderes públicos, principalmente nos países de “terceiro mundo”, ainda consideram os investimentos na cultura como secundários e de pouco retorno social ou econômico.

Esta situação é alarmante quando levamos em consideração os poderes locais. Ainda são poucas as prefeituras que possuem órgãos específicos para a gestão cultural e, ainda assim, as secretarias existentes enfrentam problemas como recursos insuficientes, estrutura inadequada, poucos funcionários e despreparo técnico dos gestores para lidar com a burocracia da administração pública e com os mecanismos de captação de recursos. Em alguns casos, o desinteresse pela área cultural decorre do fato de que os administradores públicos consideram que a sociedade possui problemas mais graves e urgentes para serem resolvidos pelos escassos recursos dos cofres públicos, como saúde, educação e infraestrutura, de modo que “prefieren dejar que las demandas culturales de sectores tan pequeños, cuyas actividades interesan a minorías y repercuten poco en los movimientos del electorado, se resuelvan en la competencia entre grupos, tendencias y organismos privados” (Canclini, 1987, p.13).

Tendo em vista estas dificuldades, ressaltamos a importância do envolvimento da população na gestão da cultura, de modo a reforçar o compromisso dos governantes com o setor. Como vimos neste capítulo, o sistema representativo é falho na medida em que a redução da atuação cidadã ao voto implicou no afastamento entre representantes e representados. Enquanto os políticos profissionais tomam decisões sobre a vida de todos, o restante da população se mantém afastada dos assuntos públicos, cuidando apenas de seus interesses pessoais e cumprindo o rito de votar a cada eleição. Sem ter a pretensão de advogar o fim da democracia representativa, o que defendemos neste trabalho é que as decisões sobre as políticas culturais sejam partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos, organizações sociais e a população.

Uma política cultural cidadã deve ser pensada em longo prazo, pois a valorização de um capital simbólico requer tempo e também depende da bagagem cultural herdada. Esta tarefa não se resume a um mandato político ou a uma gestão administrativa. Sendo assim, faz-se necessário unir os poderes públicos e a sociedade num diálogo sobre o fazer cultural. Lia Calabre ressalta esta necessidade ao afirmar que “um dos possíveis caminhos a serem seguidos neste processo de construção de políticas de longo prazo é o do envolvimento dos agentes atingidos por tais políticas” (2007, p.100).

Portanto, faz-se necessário o fortalecimento do diálogo entre o governo e a sociedade através da articulação das instâncias de representação com os mecanismos de participação social. Esta necessidade se torna ainda mais evidente quando refletimos sobre política cultural que, como vimos, pressupõe o envolvimento dos poderes públicos, das instituições civis e dos grupos comunitários; e deve ter como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de ordem ou transformação social.

Para Canclini (1987, p.51), os movimentos culturais têm sido bens sucedidos em socializar a ideologia democrática participativa entre as classes populares. Outro avanço é o reconhecimento geral da sociedade e dos partidos políticos aos direitos destas classes a ter relações democráticas e iniciativas políticas em áreas das quais sempre foram excluídas. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, historicamente, as políticas culturais aplicadas no Brasil foram quase sempre decididas pelos gabinetes dos poderes públicos, sem passar pelo crivo do público ao qual deveriam se destinar. Veremos também como o contexto político e a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, provocaram

mudanças na forma de elaborar as políticas públicas para o setor que refletiram na Bahia, com a realização da II Conferência Estadual de Cultura, em 2007.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

*Rompeu-se a guia de todos os santos
Foi Bahia pra todos os cantos
Foi Bahia*

*Para cada canto, uma conta
Pra nação de ponta a ponta
O sentimento bateu
Daquela terra provinha
Tudo que esse povo tinha
De mais puro e de mais seu*

Bahia de todas as contas, Gilberto Gil

No capítulo anterior, ao delimitarmos o horizonte conceitual desta investigação, vimos que a cultura exerce um papel central na sociedade contemporânea e apontamos a importância da aplicação dos princípios da democracia participativa na elaboração de políticas culturais que tenham como objetivo o desenvolvimento humano. Este segundo capítulo tem como propósito traçar um panorama do contexto político que precede à realização da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, nos âmbitos nacional e estadual. Esta contextualização histórica faz-se necessária para que possamos compreender as vicissitudes da relação entre política cultural e participação social no Brasil e na Bahia, bem como as alterações ocorridas no quadro político do país a partir da eleição do governo Lula, em 2002.

O capítulo está dividido em seis tópicos. No primeiro, realizamos uma breve incursão pelas políticas públicas de cultura do governo federal a partir da década de 30. Dando seqüência, destacamos a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, como marco da participação social na elaboração de políticas para a cultura no Brasil. No terceiro tópico, apresentamos um panorama histórico das políticas culturais baianas.

Os três tópicos seguintes relatam: os processos de escuta implantados no primeiro ano do governo Jaques Wagner; a (re)criação da Secretaria Estadual de Cultura; e a atuação do Conselho Estadual de Cultura e do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, como instâncias permanentes de diálogo social. Vale ressaltar, contudo, que tendo em vista o período de realização desta investigação, o primeiro ano de gestão, e o foco desta pesquisa, os mecanismos de participação popular na elaboração de políticas públicas de cultura, este trabalho não apresenta uma apreciação quanto à efetividade e eficácia das ações empreendidas. Portanto, o que faremos é destacar algumas ações e programas implantados neste primeiro ano de atuação, de acordo com os princípios que embasam a atuação da Secretaria¹⁰, sem ter a pretensão de listar ou analisar todas as ações realizadas pela administração centralizada e pelos órgãos vinculados.

2.1 Políticas Culturais no Brasil

Se comparássemos a atuação do governo brasileiro no setor cultural com a atuação estatal de outros países, como a França, por exemplo, certamente poderíamos afirmar que a relação entre cultura e Estado no Brasil é recente. A estruturação formal da área da cultura no âmbito federal aconteceu durante o Estado Novo, no governo Getúlio Vargas, iniciado em 1930. A gestão pública da cultura estava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde e nascia com um objetivo definido: unir o país em torno do poder central e construir um sentimento de “brasilidade”, através da valorização da cultura popular mestiça como símbolo nacional (Barbalho, 2007, p.40).

Durante a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945), o governo realizou uma série de intervenções na área da cultura, articulando as ações de “opressão, repressão e censura”, próprias de um governo ditatorial, com a criação de legislações e instituições culturais (Rubim, 2007, p.16)¹¹. Como exemplo, podemos citar a regulamentação do setor de radiodifusão e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),

¹⁰ Informações: Relatório de Atividades Setoriais, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 12/2007.

¹¹ A publicação *Políticas Culturais no Brasil*, organizada por Antônio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho, do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, da Universidade Federal da Bahia, apresenta uma série de artigos sobre as políticas culturais. No sítio do CULT, na internet, (www.cult.ufba.br) também é possível ter acesso a uma bibliografia sobre políticas culturais no Brasil e aos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa sobre política cultural na Bahia.

do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Conselho Nacional de Cultura.

Vale salientar que a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) influenciou sobremaneira a gestão cultural no âmbito federal. Em 1936, Mário de Andrade escreveu, sob encomenda do ministro Capanema, um anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com um conceito de patrimônio que abrangia todas as manifestações socioculturais e artísticas do país para a organização, conservação, defesa e divulgação cultural (Portella, 2005, p.23). Contudo, quando o SPHAN foi instalado, em 1937, se optou por um viés de “preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental (Rubim, 2007, p.17), deixando de lado o que no projeto era mais desafiador: a memória dos grupos populares, das etnias que compõem a brasilidade, da diversidade dos saberes e fazeres do país (Botelho, 2007, p.117).

No período democrático de 1945 a 1964, o Estado não promoveu ações diretas de grande vulto no campo da cultura (Calabre, 2005, p.11). Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p.70), a ausência de ações públicas na área da cultura na época decorre da crença de que um governo democrático não deveria ter política cultural, pois esta poderia se tornar um mecanismo de controle estatal. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A gestão da cultura ficou a cargo da Secretaria de Cultura do MEC. Neste ínterim, foram os agentes privados os principais responsáveis por fomentar e gerir a indústria cultural. O período é caracterizado pela chegada da televisão ao Brasil e pelo crescimento da radiodifusão, da produção de jornais e revistas e da indústria fonográfica, consolidando a comunicação de massa no país. Outras forças mobilizadoras da atividade cultural foram os movimentos e grupos como o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Grupo Oficina, o Teatro de Arena, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, a Atlântida e a Vera Cruz; estas últimas, iniciativas privadas da área de produção audiovisual.

O Golpe Militar de 1964 marcou o início de uma fase na qual a cultura popular era vista como elemento central na garantia da integração nacional, de acordo com os interesses do grupo no poder. Segundo Rubim, o período se distingue pela rigidez com que os governantes militares buscaram controlar os meios de comunicação audiovisual para a reprodução da ideologia oficial (2007, p.20). Em 1973, foi lançado o Plano de Ação Cultural (PAC), que abrangia ações de preservação do patrimônio, capacitação de pessoal e um

calendário de eventos culturais para o intercâmbio nacional de artistas. No governo Geisel (1974-1978), a cultura foi inserida entre as metas da política de desenvolvimento social do governo federal (Miceli, 1984, p.57). Durante a ditadura militar foram criados diversos órgãos culturais, a exemplo da Embrafilme; da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e do Conselho Federal de Cultura (CFC), que teve um papel de incentivador na criação de secretarias estaduais de cultura¹².

Destaca-se, no período, a atuação de Aloísio Magalhães, que, por ter defendido uma visão ampla do patrimônio cultural, é considerado por muitos pesquisadores como uma das figuras mais proeminentes da história das políticas culturais em âmbito federal (Rubim, 2007, p.22; Botelho, 2007, p.122). Além de ter atuado como gestor de órgãos públicos de cultura, ele idealizou e dirigiu o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que tinha como objetivo realizar ações visando ao desenvolvimento econômico, à preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros.

Em 1985, no governo José Sarney (1985-1990), o Ministério da Cultura (MINC) foi criado. Entretanto, a estrutura era deficitária e os recursos escassos. Segundo Calabre, o “estabelecimento do novo ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda da autonomia, superposição de poderes, ausência de linha de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros” (2005, p.15). Rubim afirma que uma das possíveis razões para a fragilidade institucional do MINC nos primeiros nove anos foram as mudanças contínuas na gestão da pasta (2007, p.23). Neste intervalo de tempo, nove ministros assumiram o órgão. Em 1986, foi promulgada a Lei 7.505, a Lei Sarney, um mecanismo de renúncia fiscal para incentivo à produção cultural. Com o objetivo de viabilizar a captação de recursos privados para projetos culturais, a legislação exigia apenas que a instituição ou o proponente fosse cadastrado pelo Estado. As negociações sobre formas de captação ou uso dos recursos ficavam à mercê do relacionamento entre os produtores culturais e a iniciativa privada. Durante os quatro anos que a Lei Sarney esteve em vigência, estima-se que tenha canalizado cerca de 110 milhões de dólares em recursos para apoio às artes e à cultura¹³.

Ao assumir o governo, Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito do Brasil após a redemocratização, implementou “uma política de ‘terra arrasada’ na cultura” (Barbalho, 2007, p.47). Foram extintos diversos órgãos da administração federal, inclusive o

¹² A primeira a ser instalada no Brasil foi a Secretaria de Cultura do Ceará, em 1966.

¹³ Moisés, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/olhar/efeitosleis.htm>.

próprio Ministério da Cultura, que foi substituído pela Secretaria de Cultura, tendo como primeiros secretários Ipojuca Pontes e, logo em seguida, Sérgio Paulo Rouanet. Em substituição à Lei Sarney, foi criada, em 1991, a Lei 8.313, conhecida como Lei Rouanet, que instituía o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Estava instaurado o programa neoliberal para a gestão da cultura que permaneceria vigente durante os próximos governos. O mercado se tornava, então, “a palavra mágica” para substituir a ação do Estado (Rubim, 2007, p.24).

Em 1992, o presidente Itamar Franco recriou o Ministério da Cultura. Neste governo, foi criada a Lei 8.685, conhecida como Lei do Audiovisual, de incentivo fiscal para projetos do setor audiovisual. A nova estrutura do ministério era composta por: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Durante os anos 90, a Lei Rouanet, a Lei do Audiovisual e as leis estaduais de incentivo à cultura, através da renúncia fiscal, se consolidaram como os maiores pilares da política estatal. Nos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), durante os oito anos da gestão do ministro Francisco Weffort, o governo federal diminuiu os investimentos na área da cultura e, através da campanha “Cultura é um bom negócio”¹⁴, repassou para a iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os investimentos em cultura com recursos públicos. A atenção do governo estava focada na “formação de um mercado nacional e internacional para os diversos bens culturais produzidos no país” (Barbalho, 2007, p.50). O orçamento destinado à cultura no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso era de apenas 0,14% do orçamento nacional (Rubim, 2007, p.29).

Sob a lógica mercantil, a cultura esteve submetida ao que Milton Santos (*apud* Andrade, 2003, p.130) chama de “produtividade espacial”, ou seja, a capacidade que o lugar possui de oferecer rentabilidade aos investimentos. Ao analisarmos o mapa dos projetos aprovados pelas leis de incentivos federais e dos projetos que conseguiram captar recursos privados, podemos verificar que houve uma grande concentração dos investimentos na região Sudeste, mais precisamente no eixo Rio-São Paulo. Entre 1996 e 2000 só a região Sudeste captou o equivalente a 85% dos recursos disponíveis para o financiamento da cultura no país.

¹⁴ Trata-se de uma brochura publicada pelo Ministério da Cultura, em 2005, para incentivar a utilização das leis de incentivo fiscal.

Se somarmos, então, as duas regiões mais desenvolvidas economicamente do Brasil – Sul e Sudeste – veremos que juntas elas abarcaram 92% das verbas captadas. Na seqüência, está a região Centro-Oeste, com 5% dos recursos; e empatam, com 1% das verbas captadas, as regiões Norte e Nordeste, justamente as que mais precisariam de apoio governamental e privado para incentivar a produção cultural (Olivieri, 2004, p.120). Vale ressaltar, porém, que mesmo nas regiões onde houve maior concentração dos recursos, esta não significou a distribuição equitativa entre diferentes propostas culturais. Para obter as benesses do mercado, outro fator primordial é a capacidade de obter visibilidade midiática, o que exclui projetos amadores, experimentais ou de cunho social.

Em 2002, no governo Luís Inácio Lula da Silva, o cantor e compositor baiano Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura, tendo permanecido no cargo no segundo governo, iniciado em 2007. Ao considerar a cultura como “usina de símbolos de um povo” e como “o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos”¹⁵, o Ministério passou a encarar o direito à cultura como um dos princípios basilares da cidadania. Entre as mudanças propagadas e instaladas pela gestão Gil, vale destacar: 1) o alargamento do conceito de cultura, que passa a ser compreendida a partir de uma concepção mais próxima da visão antropológica; sendo assim, 2) o público alvo das ações governamentais é deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade para a gestão das ações.

As modificações conceituais refletiram na forma de atuação do MINC e na relação mantida com a classe artística e com a população em geral. Ao invés de focar esforços na valorização de uma identidade nacional, como havia sido feito anteriormente, ações foram empreendidas com o objetivo de respeitar a diversidade cultural brasileira. As regras do jogo de distribuição dos recursos públicos foram alteradas buscando a desconcentração e a democratização. A Lei Rouanet foi reformulada e optou-se por uma política de editais públicos, um instrumento democrático de incentivo à produção cultural que permite que todos os interessados concorram aos recursos em condições iguais. As mudanças renderam severas críticas à atuação do ministro, advindas de artistas consagrados. Em resposta, o MINC publicou uma nota de esclarecimento reiterando a política adotada e afirmando que “o

¹⁵ Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 2 de janeiro de 2003. Disponível em www.cultura.gov.br

Ministério da Cultura do governo Lula não tem medo de romper estruturas viciadas” em prol da democratização dos recursos¹⁶.

Em relação à participação, como vimos anteriormente, o Plano de Gestão do Governo Lula, lançado em 2003, já deixava claro o intuito governamental de realizar uma gestão baseada no princípio constitucional da democracia participativa. A intenção foi levada a cabo através da implantação de diversos mecanismos de diálogo e participação da sociedade na elaboração de políticas públicas. Entre 2003 e 2006, foram realizadas 40 conferências, que mobilizaram cerca de dois milhões de pessoas da sociedade civil e do poder público, nas esferas municipais, estaduais e nacional¹⁷. No escopo das ações desenvolvidas pelo Governo Federal, interessa a essa investigação destacar as que incentivaram a participação da população na esfera de decisão sobre as políticas culturais. No próximo tópico, daremos destaque aos mecanismos de escuta pública implantados pela gestão do Ministro Gilberto Gil.

2.2 A I Conferência Nacional de Cultura

É possível afirmar que o governo Lula representa um marco em termos de participação da sociedade civil na esfera pública de decisão sobre a cultura. Em 2003, o MINC realizou 20 encontros do seminário “Cultura para Todos”, reunindo produtores, artistas, intelectuais, gestores, investidores e outros interessados no debate sobre as políticas culturais. A partir de 2004, foram instaladas as Câmaras Setoriais, como instâncias de diálogo entre entidades governamentais e representantes dos segmentos artísticos para a elaboração de políticas setoriais e transversais de cultura. Conforme Botelho, as Câmaras propiciaram, “pela primeira vez na história da gestão federal da cultura”, a participação dos artistas na definição de metas e ações a serem priorizadas por essas políticas setoriais, “incentivando com isso um processo de diálogo contínuo para a construção e avaliação de políticas públicas a serem conduzidas pela instituição responsável pelas artes no âmbito do ministério” (2007, p. 130).

A participação democrática foi assegurada através da Emenda Constitucional 48, que criou o parágrafo terceiro do artigo 215, da Constituição Brasileira, aprovada pelo Congresso,

¹⁶ Nota de Esclarecimento. Brasília, 20/04/2004. Disponível em: www.cultura.gov.br

¹⁷ Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. 2005.

em julho de 2005, determinando a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura (PNC). Diz o parágrafo terceiro:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do Poder Público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V – valorização da diversidade étnica regional. (Constituição da República Federativa do Brasil, cap. III, seção II)

O Plano Nacional de Cultura deve estabelecer compromissos e prazos para a realização de políticas autônomas visando ao desenvolvimento da cultura no âmbito nacional. Para que ele se torne, efetivamente, um instrumento estratégico, apartidário e de longo prazo, a elaboração democrática é fundamental.

O decreto de Lei 5.520, de 24 de agosto de 2005, também foi importante na medida em que reestruturou o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), estabelecendo suas competências; e instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC). O CNPC é composto por representantes dos ministérios do governo federal, órgãos estaduais, prefeituras, Sistema S, ONGs, segmentos técnicos e artísticos, instituições federais de ensino superior, Senado e Câmara dos Deputados. A função do Conselho é aprovar as diretrizes gerais que nortearão a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura, pelo Ministério da Cultura, e, juntamente com os Conselhos Estaduais de Cultura, acompanhar a execução do Plano. A Conferência Nacional de Cultura é uma instância de consulta pública periódica do Conselho. Sendo assim, o Ministério da Cultura convocou a população e as esferas municipais e estaduais dos poderes públicos para a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) com o objetivo de colher subsídios para a construção do PNC.

Já o SFC visa a integração de instituições e programas relacionados às práticas culturais. Este foi o primeiro passo para a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), visando à gestão de políticas públicas de cultura através da articulação dos poderes públicos e da sociedade civil. Para participar da Conferência, os municípios e estados deveriam assinar o “Protocolo de Intenções visando ao desenvolvimento de condições institucionais para a implantação do Sistema Nacional de Cultura”, no qual aderiam ao SNC. Ao assinar o Protocolo, o município e/ou o Estado se comprometia a cumprir os objetivos de criação ou fortalecimento de: 1. órgão específico para a gestão das políticas culturais -

secretaria ou departamento; 2. conselho de cultura; 3. fundo de cultura ou outro sistema de financiamento; 4. conferência; 5. plano de cultura; 6. princípios e metodologias de gestão; 7. condições legais que assegurem o novo modelo.

A 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada entre setembro e dezembro de 2005, teve como tema geral “Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura” e as discussões estavam subdivididas em cinco eixos temáticos: 1. gestão pública da cultura; 2. economia da cultura; 3. patrimônio cultural; 4. cultura é direito e cidadania - cultura é cidadania e democracia; e 5. comunicação é cultura. O processo aconteceu em quatro etapas: conferências municipais e intermunicipais, conferências estaduais, seminários setoriais e a conferência nacional. As primeiras etapas eram preparatórias para a etapa nacional.

Segundo a metodologia prevista no regimento da 1ª CNC, as conferências preparatórias deveriam se dividir em dois momentos: grupos de discussão e plenária. Nos grupos de discussão, os participantes debatiam e elaboravam propostas de acordo com os eixos temáticos e produziam um relatório com elementos de diagnóstico, propostas, diretrizes e moções aprovadas. Na plenária, acontecia a aprovação do relatório final da conferência e a eleição de delegados à conferência subsequente.

Cada município poderia realizar uma Conferência Municipal ou um grupo de municípios poderia se reunir e organizar uma Conferência Intermunicipal de Cultura¹⁸. Esses encontros tinham como primeiro objetivo subsidiar a elaboração de planos municipais ou intermunicipais de cultura através da discussão das questões locais. Também seriam apontadas propostas para as respectivas conferências estaduais e para a plenária nacional. A participação nos encontros estava aberta a qualquer cidadão maior de 16 anos de idade, aos representantes dos governos, a membros dos conselhos municipais de cultura e a convidados.

As Conferências Estaduais de Cultura tinham como objetivo fornecer subsídios para a política cultural de cada Estado, a serem utilizados pelos órgãos gestores da cultura (secretarias ou fundações), pelo Conselho Estadual e pelo Poder Legislativo. Além dos temas específicos de cada Estado, as conferências estaduais também deveriam apontar propostas relativas aos cinco eixos temáticos da 1ª CNC. Paralelo às conferências municipais,

¹⁸ Segundo o Regimento da 1ª CNC, as conferências de âmbito municipal deveriam ser convocadas pelo Poder Executivo do município, por meio de decreto com base na Lei Orgânica. Também deveriam ser publicados, através de portaria, a nomeação da comissão organizadora e o regulamento da conferência. No caso das conferências intermunicipais, estes procedimentos ficavam a cargo do município sede.

intermunicipais e estaduais aconteceram os Seminários Setoriais de Cultura nas cinco macrorregiões do país, com participação restrita a representantes de instituições, movimentos sociais e colegiados dos diferentes segmentos artísticos e culturais. Nestes encontros, também foram discutidas e definidas prioridades para os debates da Plenária Nacional de Brasília e eleitos delegados para a etapa nacional.

As propostas resultantes dos encontros na esfera municipal deveriam ser remetidas à Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura¹⁹. Após a Conferência Estadual, a Comissão deveria sistematizar os resultados dos encontros nas esferas municipal e estadual, encaminhando-os para o Grupo Executivo Nacional da 1ª CNC, responsável pela preparação do texto do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura²⁰. Na Plenária Nacional, os delegados, provenientes das conferências dos estados, dos seminários setoriais e do Conselho Nacional de Política Cultural, incluídos os colegiados setoriais de âmbito nacional (Câmaras Setoriais das Artes, Conselhos de Museus, de Arquivos, de Cinema, das Culturas Indígenas, do Patrimônio Cultural e da Fundação Palmares), debateram as propostas trazidas dos encontros preparatórios.

Resultados

Segundo dados apresentados pelo MINC²¹, as etapas da 1ª Conferência Nacional de Cultura reuniram um total de 60 mil pessoas das diversas áreas culturais de todas as regiões brasileiras. O total de participantes diretos nas conferências municipais e intermunicipais foi de 53.507, excluídos os convidados e observadores, cerca de 15% do total. Foram realizadas 19 conferências estaduais e 438 conferências municipais e intermunicipais, com a

¹⁹ Sobre a Comissão Organizadora, o Regimento da CNC recomendava que esta deveria reunir membros da sociedade civil, dos governos municipais envolvidos, do Ministério Público do Estado, do Poder Legislativo, Sistema “S” e de empresas e instituições que atuem na área da cultura da localidade.

²⁰ O procedimento previa que o Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura seria elaborado pelo Ministério da Cultura, assistido pela Casa Civil da Presidência da República, para ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Após ser aprovado pela Câmara, seguiria para a revisão do Senado Federal, podendo ser aprovado ou emendado por este. Se aprovado, seguiria para a sanção presidencial para transforma-se em Lei. No processo de discussão do Projeto de Lei do PNC estava previsto que o Congresso poderia realizar Audiências Públicas para novas consultas à sociedade.

²¹ Relatório e Anexos publicados pela Secretaria de Articulação Institucional do MinC. Disponíveis em: http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/

participação de 1.158 municípios (375 municipais e 63 intermunicipais). Com exceção dos estados Acre e Roraima, ocorreram encontros municipais ou intermunicipais em todos os outros estados brasileiros. Os três estados que obtiveram maiores índices de participação municipal foram Alagoas (60%), Mato Grosso do Sul (60%) e Ceará (56%). Os encontros municipais facilitam uma maior participação direta da população, pois as discussões ocorrem próximas ao local onde as pessoas vivem. Já os encontros intermunicipais indicam uma pré-disposição ao estabelecimento de arranjos para a realização do planejamento e de ações conjuntas.

Os que não realizaram Conferências Estaduais de Cultura foram Sergipe, Roraima, Rondônia, Pará, Amazonas, Goiás e São Paulo. Os três que tiveram maior número de participantes no encontro foram Minas Gerais (700), Tocantins (687) e o Ceará (566). Por outro lado, os três com menores índices de participação foram Paraíba (210), Piauí (124) e o Rio de Janeiro (56).

A Plenária Nacional aconteceu em Brasília, entre 13 e 16 de dezembro de 2005, e contou com a participação de 1.276 pessoas, de 25 estados brasileiros, sendo 640 delegados da sociedade civil, 217 delegados do poder público e 419 convidados. Os delegados presentes discutiram as propostas e estabeleceram 67 diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura. Dentre elas, 30 foram consideradas prioritárias e se relacionam com a descentralização e democratização dos meios de comunicação de massa, especialmente rádio e TV; aumento do orçamento para a cultura em todos os níveis do governo; e a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A participação da Bahia nas etapas da 1ª Conferência Nacional de Cultura foi bastante tímida. No total foram realizadas 14 conferências envolvendo 21 municípios, com a participação de 1.951 pessoas, o que representa apenas 5% das 417 cidades baianas. Este percentual de participação só foi maior do que o dos estados de Rondônia, Paraná e Amazonas, que empataram com 2% e do Tocantins, que teve apenas 1%. Na Conferência Estadual, realizada em Salvador, participaram 248 pessoas, como veremos no capítulo seguinte. Na etapa nacional, realizada em Brasília, de 13 a 16 de dezembro de 2005, estavam presentes os delegados da Bahia provenientes dos municípios de Salvador, Alagoinhas, Amargosa, Camaçari, Valença, Nazaré, Barra do Mendes e Juazeiro. Segundo o relatório produzido pela representante da Secretaria de Cultura e Turismo, os delegados colheram assinaturas e entregaram à Mesa da Plenária Final duas moções, aprovadas por aclamação. A primeira solicitando a criação de uma Secretaria de Cultura no Município de Camaçari – BA e

a segunda propondo a implementação da Lei 8.638 de 09/07/2003, que cria a Casa do Teatro de Rua da Bahia.

Em 2006, o Ministério da Cultura deu início ao processo de elaboração das Diretrizes Gerais do PNC, agregando os subsídios provindos dos encontros realizados desde 2003, com estudos produzidos por intelectuais, sugestões de gestores públicos e privados e pesquisas estatísticas²². As 63 diretrizes foram publicadas no final de 2007. Porém, deverá levar ainda um tempo até que as propostas se transformem em programas com ações e metas formando um plano de governo garantido por lei, com duração prevista de 10 anos (2008-2118). Para o ano de 2008, estão programados a realização de Seminários Regionais do PNC em diversas capitais brasileiras para a fase final de debate público sobre o Plano. Também será necessária a definição de responsabilidades das organizações públicas, privadas e civis, através do SNC, para a implementação, acompanhamento, avaliação de resultados e revisão periódica das ações inicialmente previstas.

Quando o Plano Nacional de Cultura for efetivado deverá representar um marco da regulação de políticas culturais de longo prazo. Entretanto, podemos afirmar que os resultados da Conferência Nacional de Cultura vão além da elaboração e efetivação do PNC. A abertura à participação na elaboração de políticas culturais chamou a atenção de muitos administradores públicos para a necessidade de organizar a gestão pública da cultura através da criação de órgãos específicos e de instâncias de participação como fóruns e conselhos.

2.3 Políticas Culturais na Bahia

Embora a década de 30 seja considerada o marco da implantação de políticas culturais no âmbito federal, na Bahia data de 1947 a primeira iniciativa da gestão pública na área da cultura (Maciel, 2006, p. 2). No governo do socialista Otávio Mangabeira (1947-

²² Uma série de informações estatísticas foram publicadas para apoiar a elaboração do PNC. Em 2006, foi publicado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, numa parceria entre o IBGE e o MinC, contendo informações relacionadas ao setor cultural no Brasil, com base nos números da produção de bens e serviços, gastos públicos, consumo familiar e postos de trabalho no setor. Em setembro de 2007, o IBGE publicou o Suplemento Cultura da pesquisa de informações básicas municipais (MUNIC), com dados sobre a distribuição da malha institucional de gestão das políticas de cultura, as atividades culturais existentes e a infra-estrutura de equipamentos e meios de comunicação disponíveis nos municípios brasileiros. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também publicou dois estudos sobre economia da cultura e políticas culturais em parceria com o MinC.

1951), primeiro governador eleito após a promulgação da Constituição de 1946, foi criado um Departamento de Cultura na estrutura da Secretaria de Educação e Saúde, sob a gestão do educador Anísio Teixeira. Através do Departamento, foram implantadas iniciativas de apoio às artes. No período, a cultura no Estado e, principalmente, na Capital, ganhou um impulso de movimentação e internacionalização provocado pela unificação das faculdades baianas na Universidade Federal da Bahia²³, e por ações desenvolvidas pelo reitor Edgard Santos, entre 1946 e 1962, como a criação do Seminário de Música, das Escolas de Teatro e Dança, do Museu de Arte Sacra, entre outras iniciativas.

Nos governos seguintes, duas iniciativas na área cultural ganham destaque. Primeiro, o projeto inovador de construção do Teatro Castro Alves, que seria inaugurado em 1958, pelo governador Antônio Balbino (1955-1959). Entretanto, devido a um incêndio na estrutura eletromecânica, o Teatro só começou a funcionar nove anos depois, em 1967, no governo Lomanto Júnior (1963-1967). Segundo, a abertura do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM), em 1960, no governo Juracy Magalhães (1959-1963). O MAM foi criado com o intuito de colocar Salvador no roteiro da arte moderna nacional e internacional.

O período da ditadura militar provocou sensíveis perdas ao desenvolvimento cultural da Bahia. Os movimentos que estavam em crescimento desde o final da década de 40 foram reprimidos e muitos artistas e intelectuais saíram do Estado. O Departamento de Ensino Superior e de Cultura – DESC, da Secretaria de Educação e Cultura era, então, o órgão responsável pela política cultural. A criação do Conselho Federal de Cultura estimulou a criação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, em 1967, no governo Luis Viana Filho (1967-1971), como veremos de forma mais detalhada. Refletindo também o processo em curso na esfera federal, a ação do poder público na área da cultura passou a ser vista como “forma de destacar dentro da diversidade cultural baiana uma ‘identidade’ para exportação” (Uchôa, 2006, p.18). Com este objetivo, foi emblemática a criação de duas instituições

²³ O ensino superior na Bahia foi inaugurado em 1808, com a instalação da Faculdade de Medicina da Bahia, primeira escola de ensino médico do país, criada por determinação da corte portuguesa. Nos anos seguintes, foram instaladas: Faculdade de Farmácia (1832), Escola de Belas-Artes (1877), Faculdade de Direito (1891), Escola Politécnica (1897), Faculdade de Ciências Econômicas (1905), Escola de Biblioteconomia (1942), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1943). Em 08 de abril de 1946, o Decreto-Lei 9.155 unificou as faculdades então existentes na Universidade da Bahia. Quatro anos depois, o governo federal sancionou a Lei 2.234, criando o Sistema Federal de Ensino Superior. A Universidade da Bahia foi federalizada e passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia. Edgard Santos foi o primeiro reitor e exerceu o cargo durante 15 anos.

culturais: a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e a Fundação Cultural do Estado da Bahia.

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural foi criada em 1967, visando à preservação do patrimônio cultural do Estado, tendo o turismo como foco. Também conhecida como Fundação do Pelourinho, tinha como objetivo inicial a recuperação arquitetônica e social do Centro Histórico de Salvador que, na época, estava degradado e marginalizado, para transformá-lo em uma área de visitação turística. O intuito de estimular o turismo cultural estava claramente colocado no texto do projeto :

Transformar a cultura do povo em ingrediente a ser instrumentalizado, dirigido, recuperado na *pureza* capaz de ser consumida pelo expectador/consumidor, ávido do exótico, do diferente. E a obra de arte, erudita ou não, estática na construção ou dinâmica nas manifestações, mas sempre avaliada como bem comerciável. A difusão cultural passa a ser programada pelo fluxo turístico previsível, em razão do que se torna inadiável restaurar física e socialmente a área. Restaurar, isto é, reaver formalmente o passado, segundo uma perspectiva e um interesse elitistas. Devolver os quarteirões à suposta ambiência de um mundo imaginariamente faustoso, resgatando a área do estigma presente de marginalidade para melhor se ajustar aos objetivos de turismo cultural. (IPAC, 1986 *apud* Uchôa, 2006, p.6).

Fora de Salvador, a atuação da Fundação se restringiu ao Escritório Regional do Recôncavo, localizado em Cachoeira, com o objetivo de atender às cidades de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas e Cachoeira; e ao Estudo de Desenvolvimento Urbano realizado em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. Em 1978, a Fundação passou a ser responsável pelo tombamento de bens culturais em todo o território da Bahia, até então sob guarda do SPHAN. A mudança de fundação para autarquia aconteceu em 1980, quando passou a se denominar Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

A Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) foi criada em 1972, no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), vinculada à Secretaria de Educação e Cultura. Porém, começou a funcionar apenas em 1974, com a conclusão do estatuto que apresentava as finalidades da instituição: preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural (Relatório FUNCEB, 2004, p.31). Foram incorporados à estrutura da Fundação o Teatro Castro Alves e os Museus de Arte da Bahia (MAB) e de Arte Moderna (MAM). Nos anos seguintes, também foram criados o Corpo de Baile do Teatro

Castro Alves (depois Balé do Teatro Castro Alves / BTCA), o Quarteto de Cordas e a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA). Durante o segundo governo de Antônio Carlos Magalhães (1979-1982), a ação da entidade esteve focada na promoção e na valorização da identidade cultural baiana.

No quadriênio seguinte, no governo João Durval Carneiro (1983-1986), sucessor carlista²⁴, ganha destaque a construção de centros de cultura em sete cidades do interior do Estado. O objetivo propagado era o de promover a circulação da cultura em nível estadual. Os espaços construídos foram: Centros de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana).

Em 1983, o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), que havia sido criado em 1969, como órgão da administração centralizada, passou à forma de Fundação, com personalidade jurídica de direito privado. Três anos depois, em 1986, o governador também autorizava a criação da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória Viva da Bahia (FPC). Porém, a FPC só foi efetivamente implantada no governo seguinte, em 1987. Juntamente com o Arquivo Público do Estado, a FPC tinha como função a preservação da documentação, a realização de pesquisas bibliográficas e de cursos relacionados à História da Bahia.

Em 1986, na primeira eleição direta para governador após o regime militar, Waldir Pires, então no PMDB, se candidata ao cargo de chefe do executivo estadual com o apoio dos

²⁴ Denomina-se carlismo (ou carlistas) o grupo de políticos baianos liderados por Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), o mais influente político do estado. ACM, como era conhecido, foi prefeito de Salvador (1967-1970), e governador da Bahia por três mandatos (1971 a 1975, 1979 a 1983, 1991 a 1994), os dois primeiros por indicação do Regime Militar. Foi eleito senador em 1994, assumindo a cadeira de presidente da casa em dois biênios (1997 a 1999 e 1999 a 2001). Através de uma atuação ativa e de constantes alianças políticas com os grupos no poder, ACM incluiu em seu currículo atuações públicas como deputado, secretário, presidente de companhias estatais e ministro. Em 2001, sofreu acusações de decoro parlamentar e preferiu renunciar ao mandato. Foi reeleito em 2002 e permaneceu no cargo até a sua morte. Para além dos cargos que exerceu em sua vida política, ACM comandou o grupo que esteve à frente do governo da Bahia de 1971 a 2006, com exceção de apenas dois períodos, (de 1975 a 1979, no governo Roberto Santos; e de 1987 a 1991, nas gestões Waldir Pires e Nilo Coelho). Seus aliados políticos também comandaram diversas prefeituras baianas, inclusive a da Capital, e eram maioria entre os deputados estaduais e federais. Em 2004, o carlismo começou a dar os primeiros sinais de fraqueza, com a vitória de João Henrique Carneiro, para prefeito de Salvador, então pertencente ao PDT, derrotando o candidato do PFL, o ex-governador César Borges. Em 2006, ACM amargou outras duas derrotas: Rodolpho Tourinho não foi eleito senador e Paulo Souto não conseguiu se reeleger governador, perdendo as eleições para o petista Jaques Wagner. Antônio Carlos Magalhães faleceu no dia 20 de julho de 2007.

partidos de esquerda, da intelectualidade baiana. Fazendo uma severa oposição à atuação dos governos anteriores, inclusive na área da cultura, ele vence o candidato carlista Josaphat Marinho (Martins dos Santos, 2006).

O primeiro ato do novo governo foi a realização de uma reforma administrativa, através da Lei 4.697, onde estava previsto a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com o objetivo de “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais”²⁵. Com a criação da Secretaria, a cultura passava a ser tratada por um órgão específico, de forma autônoma, não mais estando vinculada à educação. O compositor e poeta José Carlos Capinam assumiu a gestão do novo órgão, que possuía em sua estrutura a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Fundação Pedro Calmon (FPC). Os novos órgãos criados foram: o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), responsável pela regionalização da política estadual de cultura; a Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC), responsável pelas iniciativas de apoio às ações culturais, gestão de equipamentos e realização de estudos e pesquisas; o Departamento de Bibliotecas (DEPAB); e o Departamento de Museus (DEPAM). Um dos desafios enfrentados pela nova Secretaria de Cultura estava relacionado à Fundação Cultural, que havia se consolidado como o principal órgão gestor de cultura na Bahia. Sendo assim, sua atuação se confundia com a atuação prevista para a própria Secretaria.

Em 1989, Waldir Pires renunciou ao cargo de governador para concorrer à vice-presidência na chapa do PMDB, liderada por Ulysses Guimarães. O vice-governador, Nilo Coelho, assumiu a gestão administrativa da Bahia até o final do mandato. O novo governador realizou uma reforma administrativa, através da Lei 5.121/89, onde modificou a estrutura da Secretaria Estadual de Cultura. A Fundação Cultural foi transformada em Fundação das Artes, com o objetivo de fomentar as linguagens criativas. Também foram extintos a SAAC e o DIAR e foram criados: a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), responsável pela interlocução com os municípios baianos e pela realização de debates sobre a cultura na Bahia; o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC), para centralizar a administração dos equipamentos culturais da Secretaria; e o Sistema de Informações Culturais (SIC). Quase todos os dirigentes, geralmente pessoas ligadas ao setor cultural, foram substituídos, inclusive

²⁵ <http://www.cultura.ba.gov.br/secretaria/historico>

o próprio secretário, José Carlos Capinam. Assumiram a gestão da pasta, Joir da Silva Martins Brasileiro e, logo em seguida, Oswaldo Teixeira de Almeida, que também era Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

Entre as ações realizadas durante a gestão, destaca-se a realização do Fórum Estadual de Cultura, coordenado pela CODEC, com a participação de representantes de 22 municípios baianos. Entretanto, a tentativa de uma maior interlocução com o interior do Estado parece não ter ido adiante. O IPAC iniciou um projeto que envolvia dez secretarias de governo para a restauração de imóveis no Pelourinho, que à época se firmava como espaço cultural da cidade, através de ensaios dos blocos afros e do funcionamento de diversos bares.

Durante o período, o Teatro Castro Alves foi retirado da estrutura da Fundação Cultural e transformado em órgão de regime especial. Apesar do funcionamento ativo, o espaço necessitava de reformas estruturais, que não foram realizadas. No final do governo, o TCA foi fechado e a programação artística foi temporariamente transferida para o Centro de Convenções. Apenas a Concha Acústica, espaço integrante do Complexo TCA, teve as suas instalações reformadas. A problemática manutenção do Teatro Castro Alves foi prato cheio para as críticas da campanha política carlista de 1991.

ACM venceu as eleições para governador (1991-1994) e inaugurou o período de hegemonia que perduraria até 2006. No quadriênio seguinte, iniciou a implantação de uma política cultural que se caracterizaria pela subserviência ao setor do turismo, pelo apoio à indústria cultural visando ao desenvolvimento econômico e pela desregulamentação das funções do Estado, numa visão política neoliberal (Fernandes, 2006). No bojo desta tendência, o turismo era visto como a mola propulsora do desenvolvimento, capaz de alçar a Bahia ao posto tão sonhado de principal pólo turístico do Brasil. Para alcançar este objetivo, ACM, desde a década de 70, quando foi governador pela primeira vez, realizou investimentos prioritariamente nas áreas históricas e na orla marítima de Salvador. Nesta gestão, era preciso consolidar a atratividade do empreendimento, que se fez através da conjunção e exploração de uma tríade de elementos: cultura, história e natureza. Neste projeto, surge a “baianidade” como marca simbólica da identidade cultural da Bahia.

A política neoliberal aplicada pelo Governo Collor refletiu-se nas terras baianas nos primeiros atos do novo governo. ACM promoveu uma reforma administrativa, através da Lei 6.074, a Lei de Reordenamento Administrativo, de 1991, onde extinguiu seis secretarias, 13 entidades descentralizadas e 1.539 cargos de direção e assessoramento. Entre as secretarias

extintas estava a Secretaria Estadual de Cultura. A gestão da cultura ficou vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, sob administração de Dirlene Mendonça. As mudanças também atingiram a Fundação das Artes, que voltou a ser denominada Fundação Cultural do Estado da Bahia, e a se consolidar como o órgão central de planejamento e execução das políticas de cultura.

Durante os quatro anos da gestão, foram priorizadas reformas físicas de equipamentos culturais, como bibliotecas, igrejas, teatros, museus e galerias. O destaque esteve sempre na reforma do Teatro Castro Alves, que foi reaberto em 1993; e na revitalização do Pelourinho, conforme propala a então secretária Dirlene Mendonça:

A cultura recuperou a sua dignidade, com a reconstrução de espaços importantes como o Teatro Castro Alves, renovado depois de anos de abandono e esquecimento. Foram várias as iniciativas para recolocar a Bahia entre os mais importantes pólos culturais do país. Mas a grande realização, de envergadura internacional, foi a recuperação e revitalização do Centro Histórico de Salvador, uma obra que devolveu a vida ao patrimônio da humanidade (Relatório Secretaria de Educação e Cultura, 1991 a 1994 *apud* Fernandes, 2006 p.12).

No pleito eleitoral seguinte, ACM concorreu a uma cadeira no Senado Federal e indicou como seu sucessor o vice-governador Paulo Ganem Souto, que também esteve à frente da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Saindo os dois vitoriosos das respectivas campanhas políticas, o novo governador carlista manteve a política neoliberal aplicada nos anos anteriores e reforçou a visão de cultura como instrumento para o desenvolvimento turístico, através da criação da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), pela Lei 6.812, de 1995, a primeira secretaria do país a integrar os dois setores. O presidente da Bahiatursa, Paulo Gaudenzi, foi escolhido para assumir o novo órgão²⁶.

À nova estrutura da SCT, foram vinculados a BAHIATURSA, que pertencia anteriormente à Secretaria de Indústria e Comércio; e os órgãos de cultura que estavam vinculados à Secretaria de Educação: o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a

²⁶ O economista e historiador Paulo Renato Dantas Gaudenzi esteve à frente das políticas de turismo na Bahia durante quase todo o período carlista. Foi Coordenador de Fomento ao Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio no período de 1973 a 1978. Em 1979, no segundo mandato de ACM, foi empossado presidente da Bahiatursa, tendo permanecido no cargo até 1986 e retornado no período de 1991 a 1994. Em 1995, assumiu a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo, da qual só se ausentou no final de 2006, com a derrota de Paulo Souto nas eleições.

Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), e a Fundação Pedro Calmon (FPC). Mesmo com a criação da SCT, coube à FUNCEB o planejamento, execução e acompanhamento das ações culturais do Estado. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) permaneceu na estrutura da Secretaria de Educação. Neste governo, o IRDEB passou por reformas e ampliações e teve um papel fundamental na produção de programas especiais e documentários sobre a cultura baiana e sobre a natureza regional. O Instituto é composto pela TV Educativa, pela Rádio Educadora, pelo Centro de Material Impresso, e possui videoteca, biblioteca e um teatro.

Em 1996, a SCT criou o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura), através da Lei 7.015, com o objetivo de “incrementar o desenvolvimento e promover a cultura baiana em parceria com o empresário”²⁷. Como mecanismo que possibilita a pessoas jurídicas o financiamento de projetos culturais, o Fazcultura permite o abatimento de até 5% do ICMS a recolher sobre o limite de 80% do projeto a ser patrocinado. Mais uma vez, o reflexo do processo que acontecia em âmbito nacional chega à Bahia e a responsabilidade de decisão sobre os investimentos culturais passava à iniciativa privada.

Com o fim da quinta etapa do programa de revitalização do Centro Histórico de Salvador e início da sexta etapa, a SCT criou o projeto “Pelourinho Dia e Noite”, responsável por manter uma programação cultural ativa nos espaços e praças do Pelourinho. Também foram realizadas obras físicas de recuperação de equipamentos culturais, como o Complexo Cultural Biblioteca Pública dos Barris, que inclui o Espaço Xis (teatro, depois Xisto), a Sala Walter da Silveira (cinema), Sala Alexandre Robatto (vídeo) e a criação da Galeria Pierre Verger (exposições fotográficas).

Projetos de destaque no período foram a Série TCA Grandes Concertos, que teve como objetivo promover em Salvador a apresentação de artistas de consagração nacional e internacional; o Expresso 2001, que levava apresentações artísticas para a periferia de Salvador; e o Cinema Para Todos, com exibição de filmes em bairros que não possuem cinema. Em todas essas ações coincidem a visão de democratização do acesso à cultura através da difusão da cultura de elite, sem fomentar a participação da população na produção artística ou incentivar as iniciativas da população. Na área de formação em cultura, a única iniciativa foi a criação da Escola de Dança da FUNCEB, inaugurada em 1987, como escola profissionalizante.

²⁷ Disponível em: www.fazcultura.ba.gov.br/

Saindo de Salvador, vale ressaltar a reforma de arquivos públicos pelo interior e outras duas iniciativas: os Salões Regionais de Artes Plásticas, realizados nos Centros de Cultura; e o projeto Chapéu de Palha, que realizou cursos e oficinas de teatro em cidades do interior, buscando a valorização da cultura local. Excluídas estas ações, a política cultural do governo parece não atingir a todo o Estado, até mesmo com o abandono de equipamentos da própria SCT, como relata Jan Balanco:

Numa generalização com poucas chances de erro, pode-se afirmar que os Centros de Cultura do interior da Bahia foram subutilizados, e subestimados pela administração do Governador Paulo Souto. Tais espaços, independente de tamanho e infra-estrutura, têm potencial para serem o centro da vida cultural de suas cidades, mas permaneceram abandonados durante essa gestão, a não ser por poucas exceções de ações culturais esparsas e descontinuadas (2006, p.8).

Em 1996, a SCT iniciou um levantamento de dados sobre a produção cultural nos municípios denominado de I Censo Cultural da Bahia. Os dados pesquisados abrangiam itens classificados nas seguintes áreas: Entidades e Espaços Culturais; Patrimônio Cultural; Formação Cultural; Manifestações Artísticas e Socioculturais; Serviços e Comércio Culturais; Instituições; Meios de Comunicação; e Eventos. A metodologia consistia no envio pela Secretaria de formulários culturais para serem preenchidos pelas prefeituras dos municípios. Os resultados foram publicados em 1997 e 1999, em 16 Guias Regionais, e também disponibilizados através de um banco de dados de livre acesso na internet.

Nos meses finais do mandato, Paulo Souto deixa o governo para concorrer ao Senado. Assume interinamente o vice-governador, César Borges, que se candidata e vence as eleições para o período de 1998 a 2002. Paulo Gaudenzi continua à frente da SCT. Destaque na política cultural deste governo é dado ao lançamento, em 1999, do projeto Sua Nota é um Show, que previa a troca de notas ou cupons fiscais por ingressos para shows musicais realizados na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. O projeto era realizado numa parceria entre a SCT e a Secretaria da Fazenda, através do Programa de Educação Tributária (Kauark, 2006).

Dois novos Centros de Cultura foram construídos no período: o Centro de Cultura Antonio Carlos Magalhães, em Jequié (2000) e o Teatro Dona Canô, em Santo Amaro (2001). Embora o governo propale os benefícios da continuidade administrativa, ela pouco contribuiu para a manutenção dos Centros de Cultura pré-existentes no interior da Bahia. Além de

problemas ocasionados pela falta de recursos para a manutenção, esses equipamentos permaneceram subutilizados. Todavia, a SCT mantinha convênios de cooperação financeira com instituições culturais de Salvador, Cachoeira e Santo Amaro²⁸, com a justificativa de suprir a demanda por equipamentos culturais. Em contrapartida, estas instituições desenvolviam projetos de formação de platéia e difusão cultural.

Ao final dos quatro anos de governo, a cena se repete. O então governador, César Borges, renuncia para concorrer às eleições ao Senado. Assume o vice-governador, Otto Alencar. Em 2002, Paulo Souto vence as eleições e retorna ao cargo de governador da Bahia. Novas mudanças na estrutura do governo, através da Lei 8.538, de 10.12.2002, incorporam o IRDEB à estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo e o Arquivo Público do Estado da Bahia passa a fazer parte da Fundação Pedro Calmon. A política que vinha sendo aplicada nas gestões anteriores permanece ideologicamente e administrativamente intacta. A revitalização do Pelourinho continua sendo o projeto de maior destaque.

Quase dez anos depois do Fazcultura, em 2005, Paulo Souto lança o Fundo de Cultura da Bahia (FUNCULTURA), com o objetivo de financiar, total ou parcialmente, projetos artístico-culturais com baixo apelo mercadológico e, conseqüentemente, com dificuldade de encontrar patrocinadores mediante as leis de incentivo fiscal. São apoiados projetos apresentados por artistas, produtores e gestores culturais residentes na Bahia nas áreas de: música; artes cênicas; artes plásticas e gráficas; cinema, vídeo e fotografia; literatura; folclore; artesanato; museus, bibliotecas e arquivos; patrimônio cultural, além de saberes e fazeres.

A atuação do Governo do Estado nos 16 anos de liderança carlista pode ser classificada no tripé: equipamentos e infra-estrutura; preservação; e dinamização, conforme Mariella Pitombo Vieira (2004). No primeiro grupo estão as ações voltadas para a infra-estrutura, através da construção e da manutenção de equipamentos culturais. No segundo, as de preservação do patrimônio material através do restauro de monumentos históricos e da aquisição de coleções para museus. No terceiro grupo estão as ações de dinamização do setor cultural.

²⁸ As instituições culturais conveniadas com a SCT no período eram: Fundação Casa de Jorge Amado, Museu Carlos Costa Pinto, Academia de Letras da Bahia, Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro e Museu Hansen Bahia, em Cachoeira.

O potencial da cultura como fator de desenvolvimento ficou restrito ao fator econômico. Tendo em vista o objetivo de consolidar a Bahia como pólo turístico, a política cultural se baseou em uma visão onde “a cultura é um fator de diferenciação da oferta turística, e o turismo, um elemento facilitador da implementação da indústria cultural. Justamente por essa razão, o governo trata a cultura como produtora de riqueza econômica” (Relatório BAHIA, 2000, p.2). Privilegiou-se a consolidação de uma marca da identidade baiana, limitada aos recursos culturais da região do Recôncavo, em detrimento da diversidade cultural que caracteriza um Estado com 417 municípios. A política de incentivo fiscal para dinamização do setor foi responsável por dois tipos de concentração. Em primeiro lugar, a concentração espacial, visto que os proponentes e os projetos aprovados eram prioritariamente da capital, Salvador. Levando em consideração o ano de 2006, a Secretaria Estadual de Cultura divulgou que 93,5% dos recursos do programa foram destinados a proponentes de Salvador²⁹. Em segundo lugar, os benefícios do programa também estavam concentrados nas mãos de uma pequena relação de produtores culturais. Os dez maiores proponentes de 2006 ficaram com quase 41% do montante destinado ao programa. Os 20 maiores beneficiários eram da capital ou de Lauro de Freitas e ficaram com 57% dos recursos.

Fazendo um retrospecto do que vimos até o momento sobre a gestão pública da cultura no Brasil, é possível distinguir, no âmbito nacional, cinco momentos diferenciados da gestão pública da cultura: 1. Estado novo (1930-1945) - investimento em cultura visando à integração nacional; 2. período democrático (1945-1964) - ausência do Estado e atuação dos agentes privados e movimentos culturais; 3. Ditadura militar (1964-1985) - valorização da cultura popular, criação de órgãos culturais e investimento para a cooptação de artistas ao regime; 4. período neoliberal (1985-2002) - cultura submetida à lógica de mercado através das leis de incentivo fiscal; 5. governo Lula (2003 – atual) – valorização da diversidade cultural brasileira, descentralização dos recursos e incentivo à participação popular na esfera de decisão.

Como vimos neste tópico, em alguns momentos, a política cultural aplicada nacionalmente foi refletida na forma como o governo baiano administrava o setor cultural. A exemplo, podemos citar as políticas dos períodos ditatorial e neoliberal. Na campanha de 2006, Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT), candidato de oposição a Paulo Souto, venceu as eleições estaduais. Portanto, com o início de um governo de esquerda na

²⁹Informação divulgada na matéria “Entrevista exclusiva com o secretário Márcio Meirelles”. Jornal A tarde, 12/05/2007. Disponível em www.cultura.ba.gov.br/plugcultura/

Bahia, era de se esperar uma maior abertura para a participação da população nos processos de elaboração de políticas públicas, como se viu no primeiro mandato do presidente Lula. No próximo tópico, falaremos sobre as mudanças que ocorreram no quadro político e administrativo da Bahia a partir de 2007 e nos resultados para a gestão pública da cultura.

2.4 O Governo Jaques Wagner e os processos de escuta

A necessidade de promover a descentralização de recursos e de programas para beneficiar a população da Bahia em todas as regiões do estado esteve presente no discurso do governador e dos secretários desde a posse. A primeira iniciativa neste sentido foi a adoção de uma nova divisão territorial para a Bahia. Antes, o Estado estava dividido em 15 regiões econômicas. Entretanto, na prática, cada órgão público tinha autonomia para criar subdivisões em conformidade com a execução de seus programas. Tais subdivisões certamente se tornavam uma primeira barreira para a elaboração de programas intersecretarias. Em 2007, o governo reconheceu a existência de 26 Territórios de Identidade (ANEXO A), que foram cunhados por arranjos sociais e locais. A adoção da nova territorialização teve como justificativa o desenvolvimento de todas as regiões da Bahia, através da atuação governamental de acordo com as características locais e as necessidades de cada território. Os municípios que fazem parte do mesmo território estariam ligados por traços culturais e sentimentos de pertencimento, o que também facilita a realização de arranjos institucionais. As discussões de políticas públicas realizadas no âmbito dos territórios passam a ter como objetivo o desenvolvimento integrado, indo além das necessidades de cada município.

A elaboração do primeiro Planejamento Plurianual (PPA)³⁰ com a participação da população era um compromisso de campanha do governador Jaques Wagner que foi cumprido nos primeiros meses do governo. Na apresentação da cartilha do PPA, o governador deixava clara a sua opinião quanto aos processos de participação ao declarar que:

O PPA - Participativo é o primeiro passo do novo Governo da Bahia em direção à abertura de canais efetivos de diálogo com a sociedade, princípio

³⁰ A Constituição Estadual obriga o governo a fazer um planejamento onde são definidas diretrizes, objetivos e metas para quatro anos, e encaminhá-lo para a apreciação da Assembléia Legislativa. No caso deste governo, este plano diz respeito a 2008 e 2011, três anos desta gestão e o primeiro ano da próxima.

fundamental para a construção da democracia cidadã que pretendemos inaugurar. A realização das plenárias do PPA Participativo ocorrerá nos 26 Territórios de Identidade, espaços privilegiados para a discussão das políticas públicas em nosso Estado, com a presença dos diversos segmentos da sociedade. A participação dos mais variados atores sociais contribuindo na elaboração e monitoramento dos programas governamentais dará início a uma nova relação Estado e Sociedade, devendo ser visto como um novo caminho onde a co-responsabilidade será um valor essencial para a implementação de um Plano de Governo que represente a melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia, Terra de Todos Nós (WAGNER, 2007, p.2).

Com o tema “PPA Participativo – Você construindo a Terra de Todos Nós”, foram realizadas 26 reuniões envolvendo os Territórios de Identidade, no período de 11 de maio a 17 de junho. As plenárias eram abertas à participação dos cidadãos maiores de 16 anos que estivessem representando entidades e segmentos sociais. Aos participantes era dado o direito de voz para discutir, apresentar novas contribuições, propor alterações nos textos debatidos e priorizar os temas mais relevantes para o território. Os representantes do poder público dos municípios e do Estado formavam um grupo para discussão institucional. Ficou estabelecido um Fórum de Acompanhamento do PPA Participativo, para o monitoramento das ações, composto por dois representantes de cada Território de Identidade que foram indicados pelas plenárias. As plenárias do PPA contaram com a presença de 12.343 pessoas, com uma média de 475 participantes por plenária. Os inscritos elaboraram oito mil sugestões que forneceram subsídios para o Plano Plurianual. Além das reuniões presenciais, também foi possível enviar propostas através do sítio www.ppaparticipativo.ba.gov.br.

Além das plenárias do PPA, em 2007, o Governo do Estado da Bahia realizou 13 conferências reunindo a sociedade civil e os poderes públicos nas esferas municipais, estadual e federal com o intuito de discussão de políticas públicas. Além da Secretaria Estadual de Cultura, as secretarias que também promoveram escutas à população no período foram: Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI); Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE); Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES); Desenvolvimento Urbano (SEDUR); Promoção da Igualdade (SEPROMI); Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH); Saúde (SESAB); Educação (SEC); e Relações Institucionais (SERIN).

2.5 A (re) criação da Secretaria Estadual de Cultura

O plano de governo da campanha de Jaques Wagner, divulgado em setembro de 2006, já apresentava a intenção de criar um órgão específico para a gestão da cultura, separando-a do setor do turismo. Sobre a concepção a ser implementada pelo novo órgão, o documento afirmava que “uma noção de cultura deve abarcar todo o modo de vida, respeitando os processos de construção identitária e a diversidade étnica, religiosa e regional”³¹. O plano de governo defendia a implantação de “uma política cultural que valorize o patrimônio histórico, artístico-cultural, ambiental e a memória local”. Esta ampliação no conceito de cultura a ser adotada pelo novo órgão representava também uma ampliação no raio de ação da Secretaria.

A necessidade de fomentar a participação social aparece entre as diretrizes da política cultural a ser implementada, uma vez que o documento destaca, entre outras ações, a importância de: 1. promover a II Conferência de Cultura da Bahia; 2. rever o Conselho Estadual de Cultura; 3. elaborar de forma participativa o Plano Estadual de Cultura; 4. e integrar as ações do Estado com as iniciativas dos municípios e dos movimentos culturais construídos pela sociedade civil (Programa de Governo, 2006, p.24). Eleito, Jaques Wagner criou a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), através da Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006. A solenidade de posse do novo secretário de cultura, Márcio Meirelles, aconteceu na Comunidade da Rocinha, região carente do Centro Histórico de Salvador, em um ato simbólico que buscava demonstrar as mudanças na forma de fazer política cultural que estavam por vir. O diretor teatral, cenógrafo e figurinista Márcio Meirelles era diretor artístico do Teatro Vila Velha desde 2004, tendo sido um dos responsáveis pela revitalização do espaço e também pela criação do Bando de Teatro Olodum, grupo teatral baiano formado somente por atores negros. Durante o governo Waldir Pires, Meirelles foi diretor do Teatro Castro Alves.

Na estrutura da administração direta da nova Secretaria de Cultura permaneceram a Superintendência de Cultura (SUDECULT) e a Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) e na administração descentralizada, os órgãos vinculados: FUNCEB, IPAC,

³¹ A Bahia de Todos Nós. Programa de Governo Jaques Wagner – governador. Setembro de 2006, p. 24.

IRDEB e FPC. Todos passaram por processos de reestruturação interna e mudanças quanto à finalidade e atuação. Destacamos algumas dessas alterações abaixo:

Superintendência de Cultura - composta pelas diretorias de Integração Regional e de Projetos para o Desenvolvimento da Cultura. A SUDECULT é responsável, entre outras iniciativas, pelas políticas de descentralização e integração regional; formação em cultura; desenvolvimento territorial; pela produção executiva da II Conferência Estadual de Cultura e pela elaboração dos planos territoriais e estadual de cultura.

Superintendência de Promoções Culturais – atua na área da Economia da Cultura, gerenciando os programas de fomento como o Fazcultura, o Fundo de Cultura e o Microcrédito. É também responsável pela produção de estudos, indicadores e estatísticas. Possui as diretorias: de Controle de Programas e Fundos; de Fomento à Economia Criativa; e de Incentivo à Cultura.

Fundação Cultural do Estado da Bahia – tem como função criar e implementar políticas e programas que promovam a formação, a produção, a pesquisa, a difusão e a memória das Artes Visuais, da Dança, da Música, do Teatro, das Artes Circenses e das manifestações culturais no Estado da Bahia. A literatura e o audiovisual, antes responsabilidade da Fundação Cultural, passaram para a FPC e para o IRDEB, respectivamente. Cabe ainda à FUNCEB a gestão de equipamentos culturais do Governo do Estado, como centros culturais, teatros e galerias. Em 2007, foi responsável pelo lançamento e gestão de 23 editais de fomento, sendo 16 inéditos, com incentivos que somaram R\$ 2.045.000,00 em prêmios e apoios.

Fundação Pedro Calmon - atua na produção e gestão de acervos documentais e bibliográficos que compõem a memória do Estado e da sociedade. Também é responsável pelas políticas de promoção e difusão do livro, leitura e literatura e por gerir o Sistema de Bibliotecas e o Sistema de Arquivos públicos e privados de interesse público, em articulação com as esferas federal e municipal.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – responsável pela salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis. Executa política de preservação do patrimônio cultural e promove atividades relacionadas com museus, organizando e difundindo seus acervos e gerindo o Sistema Estadual de Museus.

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - É responsável pela TV Educativa e pela Rádio Educadora FM 107,5. Em 2007, o IRDEB passou também a atuar no segmento de

audiovisual, com a incorporação da Bahia Film Commission, responsável por estabelecer articulações para que a Bahia seja cenário de locações cinematográficas. O Instituto é também responsável pela formação do Sistema Estadual de Comunicação Pública.

2.5.1 Linhas de Ação – um lugar para a cultura

A Secretaria de Cultura declara como missão “atuar de forma integrada e em articulação com a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas dimensões simbólica, econômica e de cidadania”³². No primeiro ano de atuação, foi executado um processo de ruptura com a política que estava sendo aplicada pelas gestões anteriores, o que incluiu mudanças nos parâmetros dos programas de fomento e a quebra de contratos de manutenção financeira com algumas instituições e grupos culturais. Tais mudanças provocaram sentimentos distintos. Por um lado, na capital, a equipe da SECULT foi alvo de severas críticas, divulgadas em matérias dos meios de comunicação de massa da Bahia³³, a exemplo do que aconteceu também no primeiro ano de atuação de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura. Por outro lado, gerava-se no interior uma grande expectativa quanto ao atendimento de antigas demandas, principalmente dos artistas e produtores, quanto ao desenvolvimento cultural do interior do Estado.

Foram definidos cinco programas sob os quais devem ser enquadradas todas as políticas e atividades da SECULT durante os quatro anos de governo: 1. Promoção da Cultura; 2. História, Memória e Patrimônio; 3. Desenvolvimento Territorial da Cultura; 4. Gestão da Cultura; e 5. Fomento à Economia da Cultura. Estas linhas de ação estão baseadas nos seguintes princípios: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização, diálogo e transparência. Tendo em vista que esta investigação foi realizada no final do primeiro ano de gestão, existe uma impossibilidade técnica de avaliar a eficácia e a efetividade das ações implementadas. Ademais, o foco desta pesquisa assenta sobre os mecanismos de participação popular na elaboração de políticas públicas de cultura. Portanto,

³² www.cultura.ba.gov.br/secretaria

³³ Alguns dos artistas e personalidades que criticaram a condução do setor cultural pela nova equipe da Secult em matérias divulgadas nos meios de comunicação foram: João Ubaldo Ribeiro; Aninha Franco, do Teatro XVIII; Mercedes Rosa, do Museu Carlos Costa Pinto; Myrian Fraga, da Fundação Casa de Jorge Amado; e o ator e professor de teatro Gideon Rosa.

o que faremos a seguir é destacar algumas ações e programas implantados neste primeiro ano de atuação, com base nas informações apresentadas no Relatório de Atividades Setoriais da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, divulgado em dezembro de 2007. O objetivo é apontar mudanças perceptíveis na forma de condução da cultura da atual gestão em comparação com a gestão anterior sem, contudo, ter a pretensão de listar ou analisar todas as ações realizadas pela administração centralizada e pelos órgãos vinculados.

Diversidade

Em uma clara oposição à caracterização de uma ‘marca Bahia’ composta por elementos identitários da cultura de Salvador e do Recôncavo como símbolos absolutos da baianidade, a SECULT coloca a promoção e a valorização da diversidade cultural como primeira linha de ação. Trata-se de um reconhecimento aos aspectos culturais de cada região da Bahia, além das questões relacionadas com as diferenças sexuais, religiosas, étnicas, ideológicas e de gosto.

Pode-se afirmar que a mudança em relação ao reconhecimento da diversidade cultural baiana aparece em diversos programas criados pela SECULT. Entre as ações realizadas, merece destaque o projeto Irê Ayó, que visa contribuir para a formação de educadores e gestores para aplicação da Lei Federal 10.639 / 2003, que prevê a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no sistema de ensino da rede pública. O Irê Ayó atua de forma direta na capacitação de professores e educadores para que eles possam desenvolver ações para a educação das relações étnico-raciais em suas salas de aula, antes mesmo da instauração formal de disciplinas. Em 2007, o projeto capacitou 192 educadores da rede pública de ensino de 21 municípios baianos.

Os Editais lançados pela Funceb também exerceram um papel preponderante no sentido de fornecer apoio financeiro às expressões da diversidade cultural do Estado. O Prêmio Manifestações Tradicionais da Cultura Popular, no valor total de R\$ 150 mil, foi destinado a 25 projetos de grupos de cultura popular. O edital previa a utilização dos recursos em atividades como aquisição de indumentária e instrumentos; apresentação e circulação; registro das manifestações e criação de acervos. O Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas foi o primeiro edital lançado para valorização da cultura dos povos indígenas da Bahia. O prêmio total de R\$ 100 mil foi distribuído entre dez projetos selecionados, de oito municípios baianos. Também foi aberto um canal de diálogo para a construção conjunta de propostas para

a ação cultural nestas comunidades. Em abril, 18 tribos participaram do I Seminário Política Cultural para os Povos Indígenas. A II Conferência Estadual de Cultura também contou com uma cota de participação, com recursos assegurados pela Secretaria, para representantes de comunidades indígenas, quilombolas e movimentos sociais ligados à terra.

Como diversidade também pressupõe transversalidade, são relevantes as articulações intersecretarias, embora ainda apareçam de forma bastante tímida e enfrentem dificuldades de operacionalização. Vale citar o relacionamento da Secult com as seguintes secretarias de governo: Secretaria de Educação, para realização de ações de desenvolvimento cultural nas escolas e capacitação de professores; Secretaria de Trabalho e Ação Social, para ampliar as atividades culturais nos Centros Sociais Urbanos; Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, para a promoção de ações artísticas voltadas para o tema dos Direitos Humanos, como a instalação de Ponto de Leitura em 13 unidades prisionais; e com a Secretaria da Administração, para implantação do SAC Cultural e realização de diagnósticos administrativos.

Desenvolvimento

A SECULT defende uma atuação do Estado para o estímulo da atividade cultural como fator de desenvolvimento em diversos aspectos. A cultura é fator de desenvolvimento econômico, pois proporciona a circulação de bens e produtos, gerando emprego e renda. Entretanto, limitar a este aspecto, seria deixar de lado as potencialidades da cultura como fator de desenvolvimento social, político e ambiental.

Em 2007, foram investidos R\$ 35,8 milhões nas atividades desenvolvidas pela Secretaria, conforme tabela.

Tabela 3 – Aplicações em cultura. Bahia, 2007

Segmento Cultural	Valor em R\$ mil
Memória	627
Rádio e Televisão	1.516
Promoção e Desenvolvimento Cultural	7.691
Fundo de Cultura	10.324
Patrimônio	13.654
Patrimônio (descentralização da SETUR/Prodetur)	1.988
TOTAL	35.800

FONTE: SEPLAN/SECULT.

Nota: Valores pagos em todas as fontes (00 - 01- 21 - 31 - 40 - 50 - 61)

O Programa Fazcultura foi reformulado depois de uma ampla escuta a gestores e produtores culturais, visando a minimizar as possibilidades de fraude e tornar mais democrática a distribuição dos recursos. Entre as mudanças efetivadas, ressaltamos: seleção dos projetos através das etapas de avaliação do mérito cultural e de avaliação do orçamento e da documentação do proponente; distribuição igualitária da verba entre a Região Metropolitana de Salvador e o interior da Bahia; extinção do item orçamentário *captação* que passou a ser incorporado ao item *administração*, com estabelecimento do percentual de 15% do valor global do projeto; fixação de teto de R\$ 500 mil por proponente. Em 2007, o Fazcultura recebeu 136 inscrições. Foram patrocinados 71 projetos de 48 proponentes no valor total de R\$ 6,8 milhões.

O Fundo de Cultura também sofreu reformulações visando à descentralização dos recursos e o apoio a projetos que proporcionem benefícios sociais. Foram modificados os critérios de seleção e criadas as seguintes linhas de apoio: intercâmbio e difusão, apoio a projetos de pequeno valor (até R\$ 20 mil); e apoio à manutenção de grupos artísticos. Foram registrados, em 2007, a inscrição de 427 projetos em 12 segmentos, enquanto que em 2006 esse número foi de 140. Foram inscritos 115 projetos do interior, o que representa 26,7% do total. Os projetos aprovados totalizaram 78 Termos de Acordo de Compromisso assinados, 95% a mais do que em 2006, com recursos aprovados de R\$ 13,1 milhões.

Foram lançados 23 editais de apoio à cultura, número quatro vezes maior do que o total lançado em 2006. Os editais contaram com a inscrição de 1.000 proponentes, 155 projetos premiados, e um montante de R\$ 1,9 milhão de recursos distribuídos. Em novembro, instalou-se no Pelourinho a agência piloto do CrediBahia Cultural, programa com vistas à concessão de apoio a pequenos negócios formais e informais na área de cultura, com limites de crédito de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00, no caso de investimento fixo, e de R\$ 200,00 a R\$ 3.000,00 para capital de giro. A Secult também coordenou a linha de fomento Carnaval Ouro Negro, criada para apoiar o desfile de carnaval de blocos afros, afoxés, blocos de samba, de índio, grupos de reggae e artistas independentes, com um montante de R\$ 3,6 milhões. Em 2007, foi lançado o boletim impresso Infocultura n° 1, com informações estatísticas sobre o Carnaval.

Vale também destacar as mudanças realizadas no projeto de revitalização do Pelourinho, um dos focos centrais das políticas de desenvolvimento do governo anterior. Da visão de um espaço para a visitação turística, o Pelourinho passa a ser tratado como um bairro

integrante do Centro Antigo da Cidade do Salvador, com um conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que exige uma gestão especial. Foi formado um Conselho Gestor, composto pela UNESCO, Governo Federal, Governo Estadual³⁴ e Prefeitura Municipal para a execução de propostas e programas voltados para o bairro e seu entorno, envolvendo as três esferas de governo, moradores, comerciantes, empresas e representantes de instituições atuantes no local.

Descentralização

O objetivo desta linha de ação é ampliar as políticas desenvolvidas para que beneficiem todo o Estado, minimizando as diferenças entre capital e interior no que se refere a investimentos públicos, antes concentrados prioritariamente na capital. As mudanças realizadas no Fazcultura, no Fundo de Cultura e nos Editais, buscando a descentralização dos recursos públicos já mostraram seus primeiros resultados positivos. No Fazcultura, os recursos foram distribuídos da seguinte maneira: 61,2% de projetos de proponentes da Região Metropolitana de Salvador, executados na RMS; 22,7% para projetos de proponentes da RMS executados no interior e 16,1% para projetos de proponentes do interior executados no interior. No Fundo de Cultura, a participação de projetos do interior foi de 115 inscritos, o que representa 26,7% do total. Nos editais, foram premiados 155 participantes, sendo que deste total, 54 foram projetos provenientes de 24 diferentes Territórios de Identidade, o que representa que 34,8% de prêmios e apoios foram para projetos de proponentes do interior do Estado.

Foi possível notar também a interiorização da atuação das entidades vinculadas, que realizaram atividades em diversas cidades da Bahia. Para exemplificar, vale destacar que o IPAC realizou visitas técnicas para tombamento, implantação de museus e cursos de educação patrimonial; o IRDEB ampliou o sinal da TVE no interior do Estado; a FUNCEB promoveu a circulação de espetáculos e mostras; e a FPC organizou jornadas de literatura e realizou visitas técnicas para reformas e inauguração de bibliotecas.

³⁴ Além da Secult, o projeto também envolve as Secretarias Estaduais do Desenvolvimento Urbano, Turismo, Promoção da Igualdade e Segurança Pública

Democratização

Levando em consideração que o acesso à cultura é um direito de todo cidadão, a SECULT propõe ações de democratização do acesso aos bens e serviços culturais, bem como de cidadania cultural, na medida em que cria canais de estímulo à produção e a criação. Neste sentido, ganham destaque os workshops realizados pela FUNCEB com o objetivo de preparar artistas e produtores para a elaboração de projetos culturais. As oficinas foram realizadas em 30 municípios, abrangendo os 26 territórios de identidade, com a presença de 1.143 participantes e 105 projetos elaborados. Porém, na área de formação de gestores culturais, esta foi a única iniciativa concretizada pela SECULT em 2007. Na formação de artistas, ressaltamos a ampliação do número de alunos e professores da Escola de Dança da FUNCEB e o projeto Neojibá, para a formação de Orquestras Juvenis e Infantis, visando à formação de jovens músicos e a capacitação na fabricação e reparação de instrumentos musicais.

A Secretaria realizou uma série de atividades de democratização do acesso à cultura e dinamização dos equipamentos culturais do Estado. Nos Centros Culturais do interior, foi registrado que nos anos anteriores boa parte da pauta era ocupada por eventos como formaturas, festas particulares, encontros religiosos, casamentos, entre outras atividades alheias ao caráter artístico-cultural. Foram realizadas mudanças nas administrações dos espaços e intensificado o número de projetos realizados em parceria com as comunidades vizinhas. Os Museus tiveram seus horários de atendimento ampliados e as bibliotecas realizaram ações culturais com carros-biblioteca em praças e parques, além de saraus literários.

No Teatro Castro Alves, o destaque maior é o projeto Domingo no TCA, que promoveu espetáculos com ingressos vendidos a R\$1,00. Foram realizadas 11 apresentações em nove domingos, atingindo um total de 12.073 pessoas. O projeto Sua Nota é um Show de Cultura foi reformulado em 2007, passando a incluir espetáculos de dança, teatro e exibição de filmes, além dos tradicionais shows musicais. As apresentações agora também são realizadas na Sala Principal do TCA, além da Concha Acústica.

Como ferramentas para divulgação das ações, linhas de fomento e projetos da Secretaria, podemos citar: o Plug Cultura, informativo impresso e eletrônico; a Agenda Cultural da Bahia; a revista Informe Leitura & Memória; a Folha Literária; a Campanha

“Cultura é o quê?”; e a cartilha Salvaguarda de Bens Culturais da Bahia, com informações sobre os procedimentos e as etapas de tombamento.

Diálogo e Transparência

Nesta linha de atuação, defende-se a criação de sistemas de governança para permitir o intercâmbio constante com os diversos setores da sociedade baiana. Como iniciativas neste âmbito, podemos citar: a consulta pública e o recebimento de sugestões para a reformulação do Programa de Fomento à Cultura; os Encontros com a Comunidade do Pelourinho, para discussão em torno do modelo de sua gestão, com a participação de artistas, moradores e comerciantes; e os Encontros Setoriais com a Classe Artística, dos segmentos de artes visuais, dança, música, teatro e audiovisual; debate Papel das Companhias Oficiais de Dança na Contemporaneidade; além de outros eventos, encontros e debates promovidos pela SECULT em 2007.

O Plano de Desenvolvimento Territorial da Cultura foi criado como um instrumento de diálogo com gestores municipais e a sociedade civil para o planejamento das ações culturais levando em consideração a relativa facilidade de interlocução entre os municípios para a criação de redes de articulação institucional e a efetivação de ações conjuntas. A iniciativa piloto foi realizada no Território Baixo Sul e envolveu representantes dos poderes públicos de 11 municípios e os atores culturais locais. No projeto, foram discutidas as necessidades culturais da região através da realização de dois processos de escuta: Caravanas Técnicas e Reuniões Participativas. Nas Caravanas Técnicas, representantes das unidades que integram a SECULT realizaram visitas aos equipamentos culturais do território e encontros com os atores locais e gestores municipais. Já as Reuniões Participativas visavam a elaboração e priorização do plano de trabalho do território. A experiência realizada no Baixo Sul ofereceu a base conceitual e metodológica necessária para a expansão desta ação de planejamento aos outros territórios do Estado a partir dos subsídios agregados durante a II Conferência Estadual de Cultura, assunto do qual falaremos no capítulo seguinte.

2.6 Instâncias de diálogo e participação social

Como vimos anteriormente, a promoção do diálogo com a sociedade civil e com as outras esferas do poder público é uma das linhas de ação da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia. Neste sentido, diversos eventos foram realizados para incentivar a participação da população e da classe artística na gestão pública da cultura. Neste tópico, falaremos sobre duas instâncias institucionais de diálogo. A primeira, o Conselho Estadual de Cultura, completa 40 anos de existência passando por uma reformulação interna com o intuito de tornar-se um elo entre o governo e a sociedade. A segunda, o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, criado em 2007, tem como objetivo viabilizar a comunicação e a articulação entre o poder estadual e os secretários municipais de cultura.

2.6.1 O Conselho Estadual de Cultura – novos papéis

O Conselho Estadual de Cultura (CEC) foi a primeira instituição criada na Bahia para cuidar especificamente da política cultural do Estado, através da Lei 2.464, de 13 de setembro de 1967. A princípio, estava diretamente ligado ao Gabinete do governador Luiz Viana Filho e era composto por 12 membros, representantes da sociedade civil e dos poderes públicos que possuíam reconhecimento em suas respectivas áreas de atuação. A estrutura organizacional do Conselho é composta de: Presidência, Plenário, Câmaras, Comissões e Secretaria-Geral.

Em quatro décadas, a legislação que regula o funcionamento do Conselho passou por cinco alterações regimentais³⁵. Vale destacar a desvinculação do CEC ao Gabinete do governador, em 1976, no governo Roberto Santos, passando a ser vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. O órgão passou a contar com uma estrutura de cargos comissionados, para a efetivação de uma base logística de funcionamento incorporada à estrutura da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1983, no governo Antônio Carlos Magalhães, uma nova alteração: o número de Conselheiros Titulares passou de 12 para 20 e foram criados 10 postos para Conselheiros Suplentes. Entre 1887 e 1991, no governo Waldir Pires/Nilo Coelho, o CEC sofreu solução de continuidade quando não foi constituído novo

³⁵ As alterações regimentais sofridas pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia ocorreram em: 1976, através do Decreto Estadual 5.264/76; 1983, mediante Lei Delegada nº 051/83; 1995, através do Decreto 32.400/85; 1996, mediante a Lei nº 10.950/96; e 2004, através do Decreto 9.073 de 23 de abril de 2004.

conselho e nem os conselheiros foram reconduzidos às suas funções. Em 1995, no governo Paulo Souto, o Conselho passou a ser vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo, com a manutenção de suas competências em relação à formulação da política de cultura do Estado.

Pelo regimento, os Conselheiros devem se reunir em sessão ordinária uma vez por semana e em sessão extraordinária quando for necessário. As competências legais do Conselho são: 1. apreciar o Plano Estadual de Cultura; 2. elaborar e alterar o seu Regimento Interno; 3. emitir parecer sobre programas culturais de organismos do Estado; 4. emitir parecer sobre pedidos de apoio cultural dirigido a órgãos e entidades do Estado e sobre aquisição, por parte deste, de obras de natureza cultural; 5. propor aos poderes públicos medidas de estímulos, amparo, valorização e difusão da cultura, bem como de proteção dos bens culturais do Estado; 6. propor a instituição de prêmios e a sua concessão para fins de estímulos às atividades culturais; 7. pronunciar-se sobre a desapropriação de bens culturais que devem ficar sobre a administração direta ou indireta do Estado; 8. pronunciar-se sobre o inventário, restauração, proteção e tombamento dos bens culturais bem como das reservas ecológicas e paisagísticas notáveis; 9. opinar sobre a organização e realização de campanhas estaduais que visem ao desenvolvimento cultural; 10. manter intercâmbio com os Conselhos de Cultura e com instituições culturais públicas e privadas, bem como celebrar convênios com as referidas entidades; 11. manter articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, universidades, institutos de educação superior e outras instituições culturais com o fim de assegurar a coordenação e elaboração de programas e projetos; 12. submeter ao governador do Estado, em prazo hábil, planos de auxílio ou de subvenção a instituições culturais públicas e particulares.

Entretanto, apesar da extensa relação de responsabilidades, o que se pode notar ao avaliar a agenda de ações e eventos executados pelo organismo nos últimos anos é que elas se resumem a atividades de promoção cultural. São palestras, exposições artísticas, lançamentos de livros, homenagens a personalidades do meio cultural. As atividades executadas minimizaram a importância do Conselho como instância de debate, acompanhamento e fiscalização da política pública de cultura. Ao invés disso, o CEC se tornou um clube para a organização de eventos ligados à intelectualidade baiana e a cultura de elite.

Em 2007, com a mudança no Governo do Estado, a composição do Conselho foi alterada. Pela primeira vez, a indicação dos nomes foi feita através de uma escuta pública a cerca de 30 instituições entre universidades, sindicatos, associações profissionais e instituições de notório saber. A composição do Conselho foi aprovada pela Assembléia

Legislativa no dia 17 de outubro e os membros foram empossados pelo governador Jaques Wagner no dia 25 do mesmo mês, na abertura da II Conferência Estadual de Cultura. Uma das mudanças na nova composição é a representação do interior do Estado. Do total dos conselheiros empossados, 20% trabalham ou residem em cidades do interior.

Na atual configuração, a Presidência e a Vice-Presidência do Conselho estão a cargo de Antonio Albino Canelas Rubim e Pasqualino Romano Magnavita, respectivamente. O Conselho Estadual de Cultura é composto por quatro câmaras: Articulação e Integração; Políticas Sócio-Culturais; Produção Cultural Contemporânea; e Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural. Também existem duas comissões: Legislação e Normas; e Editoração (TABELA 4). O novo grupo tem como tarefa primordial a ser cumprida a reformulação do regimento interno do Conselho e a ampliação da atuação do órgão, segundo as suas responsabilidades legais. Espera-se também que seja regulamentado um mecanismo de escolha direta dos membros pela sociedade civil.

Tabela 4 – Composição das câmaras e comissões do Conselho Estadual de Cultura – 2007

Câmara de Produção Cultural Contemporânea	
José Carlos Capinan	Titular, Literatura
Luiz César Alves Marfuz	Titular, Teatro
Matilde Augusta de Matos	Titular, Artes Visuais
Paulo Costa Lima	Titular, Música
Roberto Lyrio Duarte Guimarães	Titular, Audiovisual
Cleise Furtado Mendes	Suplente, Teatro
Elísio Pitta	Suplente, Dança
Lia de Carvalho Robatto	Suplente, Dança / Organizações Sociais
Câmara Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural	
Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas	Titular, História / Arquivos
Ana Maria Fernandes	Titular, Arquitetura / Urbanismo / Patrimônio
Lydia Hortélio	Titular, Cultura Popular / Cultura da Infância / Música
Pasqualino Romano Magnavita	Titular, Patrimônio / Arquitetura / Urbanismo
Valdina Oliveira Pinto (Makota Valdina)	Titular, Cultura Negra
Paulo Ormindo David de Azevedo	Suplente, Patrimônio / Arquitetura
Vilson Caetano de Souza Junior	Suplente, Patrimônio
Washington da Silva Queiroz	Suplente, Antropologia / Cultura Sertaneja
Câmara de Articulação e Integração	
Antônio Risério	Titular, História / Antropologia
Araken Passos Vaz Galvão Sampaio	Titular, Literatura / História
Dom Gregório Paixão	Titular, Cultura Clássica
Nádia Batista da Silva (Nádia Acauã)	Titular, Culturas Indígenas
Nelson De Luca Pretto	Titular, Cultura Digital / Educação
Maria de Fátima Frões e Almeida Souto Maior	Suplente, Audiovisual e Organizações Sociais
Romualdo Lisboa dos Santos	Suplente, Teatro
Câmara de Política Sócio-Cultural	
Ana Célia da Silva	Titular, Educação / Cultura Negra
Antonio Albino Canelas Rubim	Titular, Comunicação e Cultura / Políticas Culturais
Antonio Jorge Victor dos Santos Godi	Titular, Cultura Negra
Emiliano José da Silva Filho	Titular, Cultura e Comunicação
Renato da Silveira	Titular, Antropologia / Artes Visuais

Geraldo Magalhães Machado	Suplente, Cultura e Gestão Pública / Organizações Sociais
Paulo César Miguez de Oliveira	Suplente, Economia da Cultura / Políticas Culturais
Comissão de Editoração	
Roberto Lyrio Duarte Guimarães	Titular, Audiovisual
Antonio Jorge Victor dos Santos Godi	Titular, Cultura Negra
Renato da Silveira	Titular, Antropologia / Artes Visuais
Nelson De Luca Pretto	Titular, Cultura Digital / Educação
Comissão de Legislação e Normas	
Araken Passos Vaz Galvão Sampaio	Titular, Literatura / História
Paulo Costa Lima	Titular, Música
Antonio Albino Canelas Rubim	Titular, Comunicação e Cultura / Políticas Culturais

FONTE: Conselho Estadual de Cultura

2.6.2 O Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura

Nos dias 6, 7 e 8 de maio de 2007, a Secretaria Estadual de Cultura promoveu o I Encontro de Dirigentes Municipais de Cultura. A convocação feita a cada uma das prefeituras dos municípios baianos levou a Salvador secretários e gestores de órgãos de cultura de 139 municípios. O objetivo era apresentar as propostas e programas da Secretaria de Cultura e estabelecer o diálogo com os municípios para a implantação do Sistema Estadual de Cultura e para a descentralização das ações da SECULT para o interior.

A solenidade de abertura, realizada no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, pareceu confirmar o discurso da transversalidade da política cultural no atual governo. Além do próprio governador Jaques Wagner, estavam presentes o gerente de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Gustavo Vidigal, o reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Almeida, 17 secretários de governo, deputados federais e estaduais. A programação do encontro incluiu palestras sobre políticas públicas de cultura, gestão cultural e economia da cultura; além de apresentações das ações da SECULT e das instituições vinculadas: IPAC, FUNCEB, FPC, e IRDEB.

Durante o encontro foi constituído o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura. Os 139 dirigentes presentes se reuniram em grupos por Território de Identidade, sugeriram alterações para a minuta do regimento do Fórum e votaram nos representantes de cada um dos 26 territórios. Na plenária final do encontro, os participantes aprovaram a constituição do Fórum e escolheram a Coordenação Executiva através de eleição direta. Para a coordenação geral foi eleito o secretário de Cultura de Vitória da Conquista, Gildelson Felício. Para vice-coordenador, Ricardo Bitencourt (de Senhor do Bonfim) e para secretário Cláudio Bonetti (de Santa Cruz Cabralia). Nas coordenações temáticas, foram eleitos: Júlio César Oliveira

(Valença) para Articulação e Integração; Weldon Bitencourt (Boa Vista do Tupim) para a Política Sócio-Cultural; Marcelo Souza (Camacã) para Produção Cultural; e Fátima Frões (Salvador) e Pitágoras Luna (Seabra) para Patrimônio Artístico e Arqueológico.

No regulamento, aprovado na plenária final, o Fórum aparece como um colegiado que reúne os secretários municipais de cultura ou dirigentes máximos de órgãos ou fundações culturais. Cada município pode indicar um membro titular e um suplente. O Artigo 2 do regulamento esclarece que o Fórum é uma instância consultiva e opinativa sobre as políticas estadual e territorial da cultura, que visa a possibilitar a participação dos municípios na formulação de diretrizes e na execução de ações³⁶. O Fórum é composto por três instâncias: 1. Colegiado, composto de todos os representantes dos municípios baianos; 2. Conselho Territorial, composto por 26 representantes de Territórios de Identidade; e 3. Diretoria Executiva, composta de presidente, vice-presidente e secretário executivo.

A Diretoria é formada por membros do Conselho Territorial e eleita pelo Colegiado. Todo o Colegiado do Fórum deve realizar uma reunião ordinária anual, para a eleição da Diretoria Executiva e definição da política de atuação do Fórum para o próximo ano. Cabe ao Conselho Territorial promover a interlocução entre os municípios e o Conselho Estadual de Cultura, além de promover o desenvolvimento cultural do território. São funções da Diretoria Executiva: coordenar as atividades da entidade; elaborar o Plano de Ação Anual e o Relatório Anual de Atividades; acompanhar, junto à Secretaria Estadual de Cultura e o Ministério da Cultura, o cumprimento das recomendações aprovadas no Fórum; e se articular com as Câmaras Temáticas do Conselho Estadual de Cultura. O regulamento também prevê a organização e publicação anual dos anais para assegurar o registro da memória documental das atividades do Fórum.

³⁶ O Artigo 2 apresenta os objetivos do Fórum: I. promover a ética, a cultura de paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; II. atuar permanentemente na coordenação e articulação dos interesses comuns dos Municípios na área cultural; III. reconhecer, valorizar e assegurar a coexistência das diferentes identidades do território da Bahia; IV. reafirmar a centralidade da cultura no fortalecimento das identidades cultural e étnica, no desenvolvimento econômico e transformação social; V. propor mecanismos para assegurar a democratização dos meios de acesso, produção, difusão e distribuição dos bens e serviços culturais; VI. promover o intercâmbio artístico e cultural entre os municípios; VII. identificar ações integradas para maior apoio e difusão das manifestações culturais que ocorrem no território estadual, respeitando-se a diversidade de Territórios e Municípios; VIII. fortalecer as expressões e manifestações criativas que reafirmem as identidades culturais e étnicas; IX. contribuir para a viabilização e o aperfeiçoamento dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura; X. promover, a cada ano, a reunião do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia e apoiar, a cada dois anos, a organização da Conferência Estadual de Cultura da Bahia como canal de reforço para o debate articulado e a reflexão sistemática sobre as grandes questões de interesse da cultura baiana.

No primeiro ano de funcionamento, foram realizadas três reuniões executivas; três encontros territoriais e uma Plenária Geral, que aconteceu no dia 25 de outubro, durante a II Conferência Estadual de Cultura. No final de 2007, gestores de 150 municípios integravam o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura.

Como previsto no regulamento, entre os dias 26 e 28 de março de 2008 foi realizada uma nova reunião ordinária para eleição da diretoria executiva e dos representantes dos territórios, com a presença de representantes de 144 municípios. Foram resultados da eleição: reeleição do coordenador geral, Gidelson Felício (Vitória da Conquista); e o vice-coordenador, Ricardo Bitencourt (Senhor do Bonfim). Para a Secretaria Geral foi eleita Normelita Oliveira da Silva (Ipirá). Para as coordenações temáticas, foram eleitos: Júlio César Oliveira (Valença) e Sid James Lopes (Riachão das Neves) para Articulação e Integração; Weldon Bitencourt (Boa Vista do Tupim) para a Política Sócio-Cultural; Marcelo Souza (Camacã) para Produção Cultural; e Pitágoras Luna (Seabra) para Patrimônio Artístico e Arqueológico.

A constituição do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura foi um passo importante no processo de diálogo entre os municípios e o Governo do Estado para a formulação de políticas culturais. Trata-se de um espaço institucionalizado para a comunicação, planejamento, formulação e execução de políticas públicas. Já no primeiro ano de funcionamento, o Fórum apoiou a mobilização para a participação na II Conferência Estadual de Cultura.

3. A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia: Cultura é o quê?

“Se o poder é bom, eu também quero o poder”

Tema do bloco afro Ilê Aiyê para o Carnaval 2006.

Nos capítulos anteriores, vimos que ao pensarmos a gestão pública da cultura na perspectiva do desenvolvimento humano torna-se imprescindível a aplicação dos princípios da democracia participativa para a elaboração das políticas para a área. Entretanto, ao longo da história das políticas culturais do Brasil e da Bahia, existiram entraves à implantação de processos democráticos como, por exemplo, os projetos de poder dos governos autoritários, que viam a cultura como elemento facilitador da tão desejada integração nacional; e a lógica do mercado, que imperou nos momentos em que a política cultural esteve focada nas indústrias culturais ou no turismo. Apenas recentemente, a gestão governamental da cultura passou a respeitar a diversidade cultural brasileira e a buscar a descentralização dos recursos e ações tendo a população como alvo principal.

Neste capítulo iremos analisar a participação social na elaboração de políticas públicas realizando um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Iniciamos apresentando informações sobre a I Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2005, para, em seguida, adentrar no objeto desta investigação. Apresentamos as motivações da Secretaria Estadual de Cultura para a realização da Conferência e a mobilização realizada pelo interior do Estado. No tópico seguinte, descrevemos os processos de organização dos Encontros Municipais, Encontros Territoriais e da Conferência Estadual e apresentamos os resultados das três etapas. Em seguida, explicamos como foi realizada a pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, *survey* respondido por 153 pessoas de 89 cidades baianas. Com base nas respostas concedidas pelos entrevistados, analisamos as três etapas do processo e a campanha “Cultura é o quê?”, refletindo sobre a compreensão de cultura dos participantes.

3.1 A I Conferência Estadual de Cultura da Bahia

O Governo do Estado convocou a realização da 1ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia através do Decreto nº 9.626, de 04 de novembro de 2005, assinado pelo governador em exercício, Eraldo Tinoco. O decreto tinha em vista o compromisso pactuado no Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura, com o MINC, pelo governo estadual e por 22 municípios baianos. Como já vimos anteriormente, a orientação metodológica do Ministério da Cultura previa a realização de conferências municipais ou intermunicipais e da etapa estadual para a discussão de propostas a partir do tema “Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura”, e de cinco eixos estruturantes: Gestão Pública da Cultura, Economia da Cultura, Patrimônio Cultural, Cultura é Direito e Cidadania e Cultura é Comunicação.

Na Bahia, apenas 21 municípios estiveram envolvidos em conferências municipais e intermunicipais de cultura, o que representa 5% das 417 cidades. Foram realizadas conferências municipais em Alagoinhas, Água Fria, Una, Barra do Mendes, Souto Soares, Itaberaba, Amargosa, Camaçari, Salvador, Lauro de Freitas, Maragogipe Nazaré e Utinga. No total, foram 13 Conferências Municipais com 1.839 pessoas presentes, perfazendo uma média de 141 participantes por conferência. Também foi realizada a Conferência Intermunicipal da Microrregião de Valença, que contou com a presença de 112 representantes dos municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença. Portanto, foram realizadas 14 conferências envolvendo 21 municípios, com a participação de 1.951 pessoas e médias de 139 participantes por conferência.

Na 1ª Conferência Estadual, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2005, no Centro de Convenções de Salvador, estiveram presentes 248 pessoas, sendo 168 representantes da sociedade civil e 80 dos poderes públicos, do governo estadual e de 54 municípios³⁷. Segundo a ata do evento, redigida pela Secretaria Estadual de Cultura e

³⁷ Os municípios representados na I Conferência Estadual de Cultura da Bahia foram: Alagoinhas, Amargosa, Aramari, Barra do Mendes, Boa Vista do Tupim, Boninal, Cachoeira, Camacan, Camaçari, Camamu, Candeias, Cipó, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conde, Feira de Santana, Gandu, Iaçú, Inhambupe, Iraquara, Itaberaba, Itagibá, Itaparica, Jequié, Lajedinho, Lapão, Lauro de Freitas, Maetinga, Maracás, Maragogipe, Mata de São João, Miguel Calmon, Mulungu do Morro, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Ouriçangas, Paratinga, Salvador, Santa Cruz Cabrália, São Miguel das

Turismo, a abertura foi realizada pela então subsecretária da Cultura e Turismo, Sonia Bastos. Os participantes ouviram palestras sobre os cinco eixos estruturantes da 1ª CNC e discutiram o regulamento da conferência, propondo alterações e aprovando-o em seguida. Em grupos divididos pelos cinco eixos temáticos, os presentes se reuniram, à tarde, para discussão e elaboração de propostas. No segundo dia de evento, os grupos tiveram um tempo determinado para a conclusão da Carta da Bahia, contendo as diretrizes para a política cultural, aprovadas na etapa estadual. Na plenária final, foi realizada a eleição de 24 delegados para representar a Bahia na Conferência Nacional.

O texto do primeiro parágrafo do Decreto nº 9.626, de 04 de novembro de 2005, que convocou a 1ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia, considerava que o processo de articulação, gestão e promoção conjunta de políticas a ser deflagrado pela realização da Conferência tinha como objetivo geral:

Formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e sociedade civil, promovendo o desenvolvimento social, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (DECRETO nº 9.626, 04/11/2005).

O objetivo ressaltado no Decreto Estadual estava em consonância com os ideais da 1ª Conferência Nacional de Cultura, que propagavam que os eventos nos municípios e nos estados deveriam subsidiar os respectivos órgãos gestores da área cultural, incluindo o Conselho Estadual de Cultura, na definição das diretrizes para elaboração de planos de cultura.

Entretanto, o paradoxo reside no fato de que as propostas elaboradas nas discussões realizadas nos âmbitos municipal e estadual na Bahia não resultaram na elaboração de planos por parte do Governo Estadual. O documento “Século XXI – Desafio da Cultura: política cultural da Bahia 2003-2020”, publicado pela Secretaria Estadual de Cultura e Turismo em 2005 e lançado em 2006, faz um retrospecto das ações da SECTUR na área de cultura entre 2003 e 2005 e apresenta um planejamento para ações que deveriam ser desenvolvidas pela Secretaria até 2020. O documento não faz nenhuma menção às conferências realizadas durante o ano de 2005, ou à inclusão das propostas discutidas nos municípios, embora cite a

incorporação de contribuições advindas de organismos e do meio cultural baiano. A construção do Plano Estadual de Cultura e a implantação do Sistema Estadual de Cultura, compromissos assumidos no protocolo de intenções acordado entre o Estado e o MINC, também não aparecem nas páginas do planejamento estratégico proposto pela Secretaria.

A 1ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia não gerou os resultados esperados. Por questões político-partidárias, entre outros motivos, a escuta pública deflagrada pelo Ministério da Cultura para a elaboração de políticas culturais não teve o efetivo apoio do governo Paulo Souto, tanto para a mobilização da população e das prefeituras para a realização das Conferências Municipais, quanto para o posterior encaminhamento das propostas. Com a participação ínfima de 5% dos municípios baianos e um número reduzido de pessoas, não foi possível considerar os resultados deste processo como reflexo das necessidades culturais de toda a Bahia.

3.2 Uma II Conferência Estadual de Cultura para quê?

Como vimos no capítulo anterior, o plano de governo da campanha de Jaques Wagner defendia a implantação de uma política cultural capaz de reconhecer e valorizar a diversidade das culturas e do patrimônio histórico da Bahia. Com a posse de um governo de esquerda no Estado e a recriação da Secretaria Estadual de Cultura, tornava-se imperativo a realização de uma nova conferência de cultura na Bahia através de uma ampla mobilização popular para a participação na elaboração das políticas públicas para o setor. O Decreto nº 10.438, de 03 de setembro de 2007, convocou a população para participar da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. O regulamento, publicado na Portaria nº 107, de 14 de setembro de 2007, previa a realização de três etapas: Encontros Municipais, Encontros Territoriais e a Conferência Estadual.

3.2.1 As motivações

Um dos principais desafios da equipe que assumiu a gestão da pasta estadual da cultura é a implantação do Sistema Estadual de Cultura (SEC-BA), em conformidade com o projeto de criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Trata-se de um modelo de gestão para a promoção conjunta de políticas de cultura pactuadas entre os poderes públicos e a

sociedade civil. Segundo texto divulgado pela SECULT, “a meta essencial do Sistema Estadual de Cultura é alinhar e integrar programas e ações culturais promovidos por diferentes áreas da administração direta e indireta, das esferas municipal e estadual, especialmente as fundações e autarquia vinculadas à Secretaria de Cultura”³⁸. Além do estabelecimento de competências e parcerias entre os diversos entes da federação, também são objetivos do SEC-BA: 1) o intercâmbio para ações de formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais; 2) a implantação de processos democráticos de participação na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural; e 3) o fomento a políticas públicas que afirmem a centralidade da cultura no fortalecimento das identidades, no desenvolvimento econômico e na transformação social.

A Superintendência de Cultura (SUDECULT) é o principal órgão responsável pela coordenação e organização do Sistema Estadual, que se desdobra em quatro eixos: a realização da II Conferência Estadual de Cultura; a reformulação do Conselho Estadual de Cultura; a criação das Câmaras Setoriais de Cultura; e, por fim, a implantação de representações da Secretaria no interior do Estado. Sendo assim, podemos afirmar que perspectiva de implantação do Sistema Estadual de Cultura foi uma das principais motivações para a realização da II Conferência Estadual de Cultura (II CEC-BA).

No primeiro semestre de 2007, os municípios foram convidados a assinar o “Protocolo de Intenções visando ao desenvolvimento de condições institucionais para a implantação do Sistema Estadual de Cultura”. No Protocolo, os municípios e o Governo Estadual pactuam uma série de compromissos, que incluem: a implantação de órgãos específicos para a gestão cultural; de Conselhos de Cultura; de Planos de Cultura; de sistema de financiamento específico; e a realização de Conferência Municipal. O Protocolo também prevê o estabelecimento de convênios aditivos para tratar do detalhamento das ações a serem desenvolvidas e do compartilhamento de recursos financeiros. O acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas fica a cargo do responsável institucional pela gestão municipal da cultura - secretário, diretor, coordenador ou presidente de Fundação Cultural.

Até o final de 2007, o Protocolo Estadual havia sido assinado por 52 municípios de 16 Territórios de Identidade. Boa parte destes protocolos foram assinados nos Encontros

³⁸ SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA. Diretoria de Integração Regional da Cultura. “Descentralização da Secretaria da Cultura e democratização do processo de formulação de políticas para o desenvolvimento da cultura no estado da Bahia - Um processo em construção”. 2007, p.3. Disponível em: www.cultura.ba.gov.br. Acesso em: 20/12/2007.

Territoriais de Cultura, durante a Conferência. No Território Bacia do Jacuípe, do total de 14 municípios, 13 assinaram o protocolo, o que representa um percentual de 93%. O Protocolo do Sistema Nacional de Cultura, válido também para o Sistema Estadual, já havia sido assinado anteriormente por 22 municípios. Destes, cinco reafirmaram o compromisso assinando também o Protocolo Estadual. Sendo assim, em 2007, um total de 69 municípios baianos se comprometeram a desenvolver uma série de ações para a implantação do SEC-BA.

A outra motivação para a realização da Conferência foi a elaboração do Plano Estadual de Cultura (PEC-BA), instrumento apartidário que vai estabelecer metas e prazos para a realização de políticas visando ao desenvolvimento cultural de todas as regiões da Bahia. Embora não tenha sido formalizado em lei, como no caso federal, o Governo do Estado anunciou a proposta de construção e implantação do Plano. A II CEC-BA foi planejada como instância participativa visando à articulação dos organismos e agentes culturais para formulação das diretrizes do Plano.

As propostas elaboradas durante as discussões nas etapas municipal, territorial e estadual deveriam gerar conteúdos para a formulação de planos de cultura nas três esferas, como forma de organizar a gestão cultural e facilitar a articulação entre poderes públicos e sociedade. Na cartilha *Cultura é o quê*³⁹, a SECULT assume o compromisso de apoiar a elaboração de Planos Municipais; articular a construção de Planos Territoriais; e de elaborar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura. A novidade fica por conta da iniciativa do Governo Estadual de promover a parceria entre os municípios para a execução de arranjos institucionais para a gestão territorial da cultura.

Embora o Sistema Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Cultura tenham sido identificados como as principais motivações para a realização da II Conferência Estadual de Cultura, a SECULT declarou a expectativa de que a realização das três etapas produziria outros benefícios indiretos. Os resultados finais esperados eram: 1) ampliar o conhecimento sobre a cultura baiana; 2) incentivar a participação de todos na esfera de decisão sobre a cultura; 3) promover o diálogo entre os poderes públicos, a população, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada; 4) provocar o fortalecimento das redes de cooperação municipais e territoriais; 5) fornecer subsídios para o planejamento das ações nos âmbitos

³⁹ A cartilha “Cultura é o quê”, publicada pela SECULT, foi distribuída durante as etapas de realização da II Conferência Estadual de Cultura. Contém informações sobre a participação, os procedimentos e as etapas da Conferência.

municipal, territorial e estadual; 6) contribuir para a definição do modelo de gestão dos planos territoriais e estadual (Cartilha Cultura é o quê?, 2007, p.5).

3.2.2 A mobilização

Para que a II CEC-BA atingisse os objetivos esperados e provocasse uma ampla participação popular na esfera de decisão sobre a cultura, era preciso uma campanha intensiva de mobilização. Já nos primeiros meses de 2007, a superintendente de cultura, Ângela Andrade e o diretor de Integração Regional, Hirton Fernandes, realizaram viagens pelo interior baiano, promovendo encontros com agentes culturais dos municípios para estimular a organização de grupos de trabalho para a Conferência. Segundo dados divulgados pela SUDECULT, até o final do mês de abril foram realizados encontros em 40 cidades de 25 Territórios de Identidade, com a presença de cerca de duas mil pessoas, representantes de 160 municípios.

Entre os dias 20 de julho e 07 de agosto, a SECULT realizou a seleção e contratação de 30 mobilizadores culturais para atuarem como representações da Secretaria no interior durante a construção da II Conferência Estadual de Cultura. A convocação e as normas do Processo Seletivo Simplificado, constantes dos Editais n° 001 e 002/2007, foram publicadas no Diário Oficial dos dias 21 e 25 de julho de 2007. Os pré-requisitos para a contratação eram: 2° grau completo; idade mínima de 18 anos; comprovada residência no território da opção da vaga; conhecimento sobre o movimento cultural na região; atuação mínima de um ano na área cultural; experiência com uso de computadores, principalmente editor de texto Word e Internet; e disponibilidade para viagens.

O processo seletivo foi composto por duas etapas. Na primeira, os candidatos deveriam preencher o requerimento de inscrição e o currículo resumido, conforme modelos disponíveis no site www.cultura.gov.br, e enviar pela internet até o dia 25 de julho. Do total de inscritos, 180 candidatos tiveram as inscrições deferidas, tendo sido convocados para a segunda etapa do processo, e 18 inscrições foram indeferidas por estarem com documentação incompleta ou por não atenderem aos pré-requisitos divulgados no Edital.

A segunda etapa constava de entrevistas e prova discursiva com os convocados, realizadas entre os dias 30 de julho e 01 de agosto, em Salvador, na sede da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Uma Comissão Especial, composta por funcionários, foi

designada pela Portaria 062, de 28 de maio de 2007, como responsável pela realização da seleção. Os requisitos a serem observados na entrevista eram: clareza e objetividade das respostas; comunicação oral; uso apropriado de palavras e expressões; desenvoltura e articulação pessoal no território de opção. Na Prova Discursiva, o candidato elaborou um texto dissertativo para que a Comissão avaliasse nível de conhecimento sobre a temática proposta, discernimento no vocabulário e segurança nas regras gramaticais.

O resultado com a relação dos selecionados foi divulgado no dia 02 de agosto de 2007, através da Portaria nº 087. Para sete territórios não houve mobilizadores selecionados: Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente, Itapetinga, Oeste Baiano, Sertão Produtivo, Vale do Jiquiriçá, Médio Rio das Contas. A SECULT realizou uma nova seleção, seguindo os procedimentos da anterior, especificamente para o preenchimento das vagas nestes territórios. O resultado final foi divulgado no dia de 08 de agosto de 2007, através da Portaria nº 089. Dos candidatos aprovados, os 30 que obtiveram as maiores notas foram convocados para contratação imediata com o prazo determinado de dois meses, com possibilidade de renovação por mais dois. Cada mobilizador ficou responsável por um Território de Identidade, à exceção dos territórios Chapada Diamantina, Litoral Sul, Vale do Jiquiriçá e Vitória da Conquista, que tiveram dois mobilizadores cada, devido a fatores como extensão geográfica, população e quantidade de municípios (TABELA 5). Após a contratação, os mobilizadores receberam treinamento em Salvador, no período de 13 a 17 de agosto.

Tabela 5 - Distribuição de vagas e mobilizadores selecionados

Território de Identidade	Municípios no Território	Quant. de Mobilizadores	Mobilizadores selecionados
Irecê	20	1	Maria do Socorro Ribeiro
Velho Chico	16	1	Maria Aparecida Ribeiro da Cruz
Chapada Diamantina	23	2	Marilídia Manhães Reis e Viviane dos Anjos Oliveira
Sisal	20	1	Elissandro Silva Magalhães
Litoral Sul	27	2	Romualdo Lisboa dos Santos e Egnaldo Ferreira França
Baixo Sul	14	1	Adriano Pereira de Queiroz
Extremo Sul	21	1	Raquel Machado Galvão
Itapetinga	13	1	Manoel Luiz de Souza
Vale do Jiquiriçá	21	2	Alexsandro Sousa Santos e Tales Brito Santos
Sertão do São Francisco	10	1	Wilson Sena Martins
Oeste Baiano	14	1	Natan Paes do Carmo
Bacia do Paramirim	9	1	Vandick Guimarães Coqueiro
Sertão Produtivo	19	1	Iana Rocha Domingues
Piemonte do Paraguaçu	14	1	Jarbas Silva Lima

Território de Identidade	Municípios no Território	Quant. de Mobilizadores	Mobilizadores selecionados
Bacia do Jacuípe	14	1	Rubens dos Santos França
Piemonte da Diamantina	9	1	José Manoel de Farias
Semi-Árido Nordeste II	18	1	Antonia Silva Brito
Agreste Alagoinhas/ Lit. Norte	22	1	Márcia Dias da Silva
Portão do Sertão	17	1	Marcos Roberto Martins Santos
Vitória da Conquista	24	2	Poliana Lima Bicalho e Alisson Fernando Menezes Lima
Recôncavo	20	1	Alex do Nascimento Teixeira
Médio Rio de Contas	16	1	Alysson Andrade de Oliveira
Bacia do Rio Corrente	11	1	Angélica Rodrigues de Oliveira
Itaparica	6	1	Augusto Flávio da Silva Roque
Piemonte Norte do Itapicurú	9	1	Rubenalva Alves de Souza
Metropolitana de Salvador	10	1	Jorge Luis Bispo Santos

FONTE: SECULT/SISCULT

O mobilizador foi o responsável pela articulação e realização dos Encontros Municipais de Cultura. Nesse sentido, a primeira função era o planejamento das atividades. Era preciso entrar em contato com o representante do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia no território, que daria apoio para os contatos iniciais. O mobilizador deveria programar uma visita em cada município para estabelecer contatos e parcerias com prefeitos e secretários de cultura; vereadores; e com grupos e instituições culturais. Ele também deveria organizar a participação de grupos artísticos para a celebração da cultura local, e identificar uma pessoa com atuação intelectual ou cultural reconhecida no município para ser convidado a proferir a fala inspiradora de abertura da reunião municipal.

A divulgação deveria ser feita através da articulação com os meios de comunicação locais, incluindo rádios comunitárias e demais meios alternativos. Também estava a cargo do mobilizador convidar os participantes: artistas, gestores de cultura, produtores culturais, professores, estudiosos da cultura, historiadores, lideranças jovens, lideranças religiosas, cozinheiras tradicionais, participantes de redes de culturas de paz, ambientalistas, agentes da inclusão digital, entre outros. Esperava-se das prefeituras municipais apoio na divulgação e na logística do evento. Durante o Encontro Municipal, o mobilizador deveria: orientar o trabalho nos grupos, de acordo com a metodologia; conduzir a plenária de apresentação dos resultados; coordenar a votação dos representantes do município; e realizar o registro fotográfico da reunião. Após cada evento municipal deveria ser redigido um relatório sobre o encontro.

Na etapa seguinte, o Encontro Territorial de Cultura, era preciso buscar o apoio dos órgãos municipais de cultura para organizar a ida do maior número de pessoas das cidades. O

mobilizador deveria mapear municípios com dificuldades de enviar representantes eleitos nos Encontros Municipais para o Encontro Territorial e para a Conferência Estadual. Durante a etapa territorial, deveria participar como facilitar dos grupos de discussão e dar apoio aos representantes da SECULT, responsáveis por conduzir o evento.

3.3 A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia

A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia foi dividida em três etapas subsequentes: Encontros Municipais de Cultura; Encontros Territoriais de Cultura; e Conferência Estadual. Este tópico tem como objetivo descrever as três etapas, buscando apresentar informações detalhadas sobre os métodos de trabalho e os números de participação.

Para cada uma dessas etapas havia uma metodologia específica para a condução das discussões nos trabalhos de grupo. O objetivo era que os resultados da etapa municipal pudessem ser úteis para a elaboração das propostas na etapa territorial e, conseqüentemente, os resultados dos encontros nos Territórios de Identidade fossem utilizados na Conferência Estadual. Nos encontros municipais e territoriais, a participação era aberta a todos os cidadãos. Apenas a Conferência Estadual deveria ter participação restrita aos representantes da sociedade civil e dos poderes públicos. Nas três etapas, os grupos discutiram propostas de acordo com sete temas setoriais, divididos em sub-temas, pré-definidos pela SECULT (TABELA 6).

Tabela 6 - Temas setoriais e Sub-temas da II Conferência Estadual de Cultura

Temas	Sub-temas
Patrimônio Material	Museus; Bens Culturais; Educação Patrimonial;
Patrimônio Imaterial	Culturas Populares; Culturas Indígenas; Afro-descendentes; Festas e Ritos
Pensamento e Memória	Livro; Leitura; Bibliotecas; Arquivos
Audiovisual e Radiodifusão	Audiovisual; Cinema; TV Pública/Comunitárias; Rádio Pública/Comunitárias
Expressões Artísticas	Teatro; Dança; Música; Circo; Artes Visuais; Literatura
Políticas e Gestão Cultural	Sistemas; Planos; Formação Cultural; Redes Culturais; Cooperação e Intercâmbio Cultural
Culturas Digitais	

FONTE: SECULT/SISCULT

Na terceira etapa, a Conferência Estadual, além das discussões dos temas setoriais, os grupos também elaboraram propostas de acordo com os seguintes temas transversais: Cultura e Campo; Cultura e Cidades; Cultura, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária;

Cultura e Educação; Cultura e Gênero; Cultura e Juventude; Cultura e Meio Ambiente; Cultura e Política; Cultura e Tecnologia; e Cultura e Turismo.

3.3.1 Os Encontros Municipais de Cultura

Os Encontros Municipais de Cultura tinham três objetivos principais: 1) celebrar a cultura local; 2) pensar temas com foco municipal; e 3) escolher representantes para as etapas seguintes. A programação acontecia durante um dia de trabalho. Pela manhã, os presentes assistiam a um vídeo sobre a cultura da Bahia, da Série Bahia Singular e Plural, produzida pela TVE. Uma autoridade do poder público municipal proferia a fala de abertura do evento, seguida de uma “fala inspiradora” de personalidade cultural do município. Em seguida, exibia-se um vídeo com a metodologia do encontro. O objetivo era garantir que a visão institucional da SECULT e os procedimentos da II CEC-BA fossem divulgados da mesma maneira em todos os municípios, de modo que os participantes recebessem as mesmas informações.

A metodologia previa dois momentos. Primeiro, os presentes se organizavam em grupos para responder à pergunta “Qual o lugar da cultura no município?”, identificando as expressões culturais locais. No final da manhã de trabalho, todos os grupos apresentavam suas reflexões e o mobilizador auxiliava na identificação de consensos nas respostas. À tarde, os presentes eram divididos em grupos para a discussão das políticas setoriais de acordo com os temas escolhidos pelos participantes. A depender do número de participantes, os grupos poderiam ser divididos de acordo com os sub-temas de cada tema setorial. O mobilizador orientava os grupos a tentar diagnosticar o que consideravam que é preciso fazer no município para a valorização e o desenvolvimento da cultura local. Na plenária final, cada grupo apresentava as suas propostas.

A eleição dos representantes da sociedade civil era feita no Encontro Municipal de Cultura, em plenária, através do voto direto e aberto. A quantidade de eleitos era proporcional ao número de habitantes de cada município (TABELA 7). Os representantes dos poderes públicos eram indicados pela Prefeitura Municipal e pela Câmara de Vereadores, nos municípios com mais de 60 mil habitantes. Os eleitos e indicados ficaram responsáveis por levar as propostas do município ao Encontro Territorial e articular a ida do maior número de pessoas, buscando, junto com o mobilizador cultural, apoio dos poderes públicos locais para custear o deslocamento.

Tabela 7 - Relação proporcional número de habitantes e de representantes de cada município

População	Número de representantes	Quantidade de municípios
até 40.000 habitantes	01	361
De 40.001 a 60.000 habitantes	02	28
De 60.001 a 80.000 habitantes	03	10
De 80.001 a 100.000 habitantes	04	04
De 100.001 a 150.000 habitantes	05	07
De 150.001 a 600.000 habitantes	09	06
Acima de 600.000 habitantes	17	01

FONTE: SECULT/SISCULT

Os Encontros Municipais de Cultura aconteceram no período de 20 de agosto a 13 de outubro de 2007. Foram realizados 390 encontros, o que representa 94% do total de 417 municípios da Bahia. Estiveram presentes nestes eventos 36.554 pessoas, sendo que a média foi de 94 participantes por encontro. O detalhamento dos percentuais revela que a média de realização dos Encontros Municipais de Cultura em cada Território foi de 93%. Dos 26 Territórios de Identidade, foram realizados encontros em todos os municípios de 11 territórios: Bacia do Paramirim, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Piemonte Norte do Itapicuru, Recôncavo, Região Metropolitana de Salvador, Sertão Produtivo, Sisal, Vale do Jiquiriçá, Velho Chico e Vitória da Conquista. Em outros nove territórios, a média de realização de encontros nos municípios foi de 93%: Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte (95%), Extremo Sul (95%), Portal do Sertão (94%), Semi-Árido Nordeste II (94%), Bacia do Jacuípe (93%), Baixo Sul (93%), Piemonte do Paraguaçu (93%), Itapetinga (92%) e Bacia do Rio Corrente (91%). Os territórios do Piemonte da Diamantina e Irecê registraram os percentuais mais baixos, respectivamente, 78% e 60%. Diante de tais indicadores, infere-se que não houve disparidade regional na realização dos eventos. Todos os territórios registraram elevados percentuais de realização dos encontros municipais.

Municípios que realizaram Encontros Municipais de Cultura

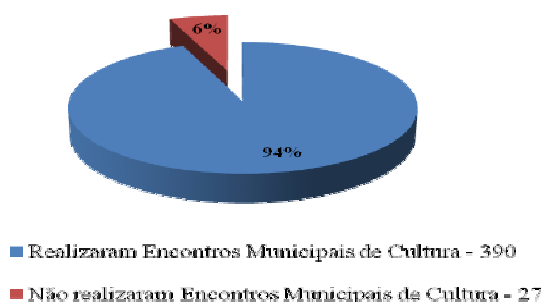


FIGURA 1 – Municípios que realizaram Encontros Municipais de Cultura - 2007
FONTE: SECULT/ SISCULT

3.3.2 Os Encontros Territoriais de Cultura

Os Encontros Territoriais ocorreram em cidades estratégicas dos 26 Territórios de Identidade, de 17 de setembro a 17 de outubro (TABELA 8). O primeiro encontro territorial foi realizado em Feira de Santana. De lá, partiram duas equipes da Secretaria de Cultura que seguiram roteiros diferentes para a realização de encontros simultâneos. Os três objetivos principais dos encontros nos Territórios de Identidade eram: 1) celebrar a cultura regional; 2) identificar e priorizar propostas territoriais; e 3) apontar proposições estaduais. Nesta etapa também era esperado que os participantes indicassem possíveis formas de constituir arranjos institucionais entre os municípios de cada território e apresentassem opiniões sobre as leis de incentivo estaduais e outras formas de financiamento público da cultura.

Tabela 8 – Relação das cidades onde foram realizados os Encontros Territoriais

Data	Território de Identidade	Cidade
17/09	Portal do Sertão	Feira de Santana
19/09	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas
19/09	Recôncavo	Santo Amaro
21/09	Baixo sul	Valença
21/09	Sisal	Serrinha
23/09	Semi-Árido Nordeste II	Cipó
23/09	Vale do Jiquiriçá	Mutuípe
25/09	Itaparica (BA/PE)	Paulo Afonso
25/09	Médio Rio de Contas	Jequié
27/09	Litoral Sul	Itabuna
28/09	Sertão do São Francisco	Juazeiro
29/09	Extremo Sul	Porto Seguro
30/09	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim
02/10	Itapetinga	Itapetinga
02/10	Piemonte da Diamantina	Jacobina
04/10	Irecê	Irecê
04/10	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
06/10	Chapada Diamantina	Lençóis
06/10	Sertão Produtivo	Guanambi
08/10	Velho Chico	Bom Jesus da Lapa
09/10	Bacia do Paramirim	Paramirim
10/10	Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória

Data	Território de Identidade	Cidade
11/10	Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba
13/10	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande
13/10	Oeste Baiano	Barreiras
17/10	Metropolitana de Salvador	Salvador

FONTE: SECULT

Os Encontros Territoriais eram realizados em dois dias de trabalho. No primeiro dia, as atividades começavam no início da tarde, com a realização de uma oficina sobre o Fundo de Cultura e o Fazcultura pela Superintendência de Promoções Culturais (SUPROCULT). O objetivo era apresentar de forma mais detalhada os mecanismos estaduais de financiamento da cultura e ouvir contribuições sobre as mudanças a serem efetuadas nestes instrumentos de modo a torná-los mais acessíveis aos grupos culturais do interior. Após a oficina, era iniciado o credenciamento dos participantes. Cada pessoa escolhia um tema e um sub-tema no qual desejava participar das discussões em grupo. A abertura oficial do evento com a presença de autoridades locais e de dirigentes da Secretaria Estadual de Cultura se dava à noite. Um representante da SUPROCULT apresentava o perfil cultural do Território de Identidade, com base em pesquisas realizadas pelo IBGE e outras fontes de informações, e proferia uma palestra sobre Economia da Cultura. A programação incluía apresentações de grupos culturais e artistas da região na abertura e no encerramento das atividades.

Na manhã do segundo dia, após uma breve apresentação geral sobre a condução dos trabalhos, os participantes se reuniam nos grupos temáticos. Todos os participantes recebiam fichas para o registro das propostas (ANEXO B), que poderiam ser do grupo, individuais ou anônimas (individuais sem identificação). Segundo a metodologia, todas as propostas deveriam ser registradas, mesmo que não tivessem sido discutidas pelo grupo ou não tivessem obtido a concordância de todos os participantes. A elaboração de propostas para o território deveria começar com a discussão dos resultados da etapa municipal trazidos pelos representantes eleitos em cada cidade, de modo que a produção do grupo abarcasse o que foi previamente discutido nos municípios.

As propostas coletivas deveriam ser classificadas como pontuais ou programáticas. As pontuais são aquelas consideradas específicas e de curto prazo. As propostas programáticas são as identificadas como estruturantes para o desenvolvimento cultural, visto que possuem caráter abrangente e são pensadas a longo prazo. Estas propostas deveriam ser classificadas como alta prioridade, média prioridade e baixa prioridade. As propostas

pontuais, individuais e anônimas eram entregues ao facilitador para a digitação. As propostas do grupo, programáticas e de alta prioridade deveriam ser lidas no grupo para a escolha das três mais relevantes. A escolha deveria ser feita por consenso ou por votação direta, a ser organizada pelo facilitador do grupo. Ao final, as três propostas escolhidas por cada sub-tema eram apresentadas para o grupo temático. Os participantes escolhiam um representante para apresentar as propostas mais significativas na plenária final. Os presentes às plenárias temáticas e à plenária final poderiam fazer comentários sobre o que foi apresentado e pedir esclarecimentos, mas não poderiam alterar o resultado final.

Os encontros nos 26 Territórios de Identidade contaram com a presença de 3.833 pessoas de 387 municípios, o que representa 84% do total dos municípios do Estado. Em seis territórios, registrou-se a participação de 100% dos municípios integrantes: Bacia do Paramirim, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru Recôncavo, Médio Rio de Contas e Região Metropolitana de Salvador. Os territórios com maior número de participantes inscritos foram: Semi-Árido Nordeste II, com 338, e Região Metropolitana de Salvador, com 293. O tema com maior número de participantes nos grupos de trabalho foi Expressões Artísticas, com 1.547, o equivalente a 41% dos inscritos. Na sequência estão Patrimônio Imaterial (22%), Políticas e Gestão Cultural (17%), Patrimônio Material (8%), Audiovisual e Radiodifusão (6%), Pensamento e Memória (5%) e Cultura Digital (1%).

Municípios participantes nos Encontros Territoriais por Território de Identidade em relação ao n° total

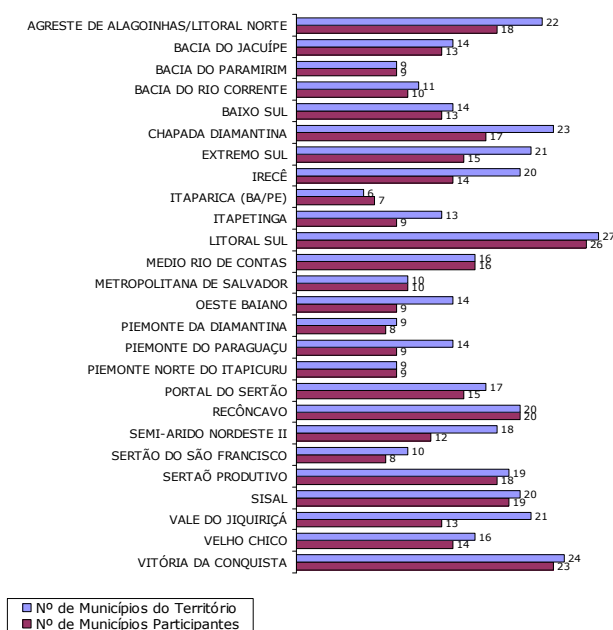


FIGURA 2 - Nº de municípios participantes nos Encontros Territoriais por Território de Identidade em relação ao n° total
 FONTE: SECULT/SISCULT

Durante a plenária final dos Encontros Territoriais, os presentes recebiam uma ficha com uma lista de 28 áreas de atuação no campo da cultura (ANEXO C). Cada participante deveria identificar três áreas que considerasse prioritárias para políticas públicas no território, classificando-as em primeiro, segundo e terceiro lugar. A área de Culturas Populares foi escolhida como prioridade máxima por 42% dos participantes, também para 12 dos 26 territórios. Teatro foi apontado em segundo lugar, com 24% das indicações, e Música em terceiro, com 6% (TABELA 9). Entre as prioridades apontadas é interessante notar que os sub-temas que integram a temática Gestão e Políticas Culturais (sistemas, planos, redes, formação, cooperação e intercâmbios culturais) aparecem de forma expressiva nos três níveis de prioridade. Tal fato indica que os participantes da II Conferência Estadual de Cultura estão atentos à necessidade de organização e institucionalização da gestão cultural de seus municípios e à construção de políticas públicas pactuadas entre os poderes públicos e a sociedade.

TABELA 9 - Prioridades temáticas por Território de Identidade

Território de Identidade	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	Formação Cultural	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Culturas Populares
Bacia do Jacuípe	Culturas Populares	Formação Cultural / Sistemas Culturais / Teatro	Bibliotecas
Bacia do Paramirim	Música	Bens Culturais	Teatro
Bacia do Rio Corrente	Teatro	Cinema	Música
Baixo Sul	Dança	Afro-descendentes / Culturas Populares / Sistemas Culturais	Planos de Cultura
Chapada Diamantina	Culturas Populares	Educação Patrimonial	Teatro
Extremo Sul	Bens Culturais	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Afro-descendentes
Irecê	Culturas Populares / Museus	Planos de Cultura	Bibliotecas / Culturas Digitais
Itaparica	Teatro	Culturas Populares	Música
Itapetinga	Culturas Populares	Museus	Afro-descendentes
Litoral Sul	Teatro	Sistemas Culturais	Bens Culturais
Médio Rio de Contas	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Artes visuais
Metropolitana de Salvador	Planos de Cultura	Formação Cultural	Sistemas Culturais
Oeste Baiano	Teatro	Bibliotecas	Bens Culturais
Piemonte da Diamantina	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Música
Piemonte do Paraguaçu	Teatro	Culturas Populares	Sistemas Culturais
Piemonte Norte do Itapicuru	Teatro	Sistemas Culturais	Culturas Populares

Território de Identidade	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3
Portal do Sertão	Culturas Populares	Bibliotecas	Cooperação e Intercâmbio Cultural
Recôncavo	Culturas Populares	Teatro	Planos de Cultura
Semi-Árido Nordeste II	Culturas Populares	Teatro	Afro-descendentes / Música
Sertão do São Francisco	Sistemas Culturais	Teatro	Culturas Populares
Sertão Produtivo	Teatro / Bibliotecas	Culturas Populares	Sistemas Culturais
Sisal	Culturas Populares	Formação Cultural	Teatro
Vale do Jiquiriçá	Culturas Populares	Afro-descendentes	Culturas Digitais
Velho Chico	Culturas Populares	Biblioteca	Formação Cultural / Sistemas Culturais
Vitória da Conquista	Música	Formação Cultural / Rádio Pública/Comunitária	Teatro

FONTE: SECULT/ SISCULT

3.3.3 A Conferência Estadual

A Conferência Estadual foi realizada no *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em Feira de Santana, de 25 a 28 de outubro de 2007, tendo por objetivos: 1) celebrar a cultura estadual; 2) confirmar e priorizar as propostas estaduais; 3) apontar diretrizes para o Plano Estadual de Cultura. No credenciamento, os participantes escolhiam as áreas de interesse para a participação nos grupos de discussão das políticas setoriais e transversais.

Na tarde do dia 25 de outubro, paralelo à programação oficial do evento, foram realizados os seguintes encontros com participação de representantes da SECULT: Encontro de Povos Indígenas, Encontro de Comunidades Quilombolas, Encontro de Profissionais de Comunicação e Encontro do Fórum Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura. A programação oficial foi iniciada no final da tarde, com a apresentação de filarmônicas do interior da Bahia e outras manifestações culturais. Estavam presentes o Governador da Bahia, Jaques Wagner, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o secretário de Cultura, Márcio Meirelles. Durante a solenidade de abertura, Jaques Wagner empossou simbolicamente o Conselho Estadual de Cultura. Em seguida, a secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Marília Muricy, proferiu a conferência “Cultura e Ética”. A noite foi encerrada com apresentações artísticas e concerto do cantor Tom Zé intitulado “Viajo 5ª Feira para Feira de Santana”.

A programação do segundo dia foi iniciada com a conferência “Cultura da infância: criança nova, criança eterna”, proferida pela professora e conselheira estadual de cultura, Lydía Hortélio. Em seguida, os participantes se dirigiram aos grupos para a discussão de propostas para as políticas setoriais. Cada participante recebeu uma cópia da publicação “Caderno de Cultura 01 – Cultura é o quê? Resultados dos Encontros Territoriais de Cultura”. O caderno foi publicado pela Secretaria de Cultura e continha o decreto que convocou a conferência; o regulamento; a síntese das etapas preparatórias e as propostas selecionadas nos Encontros Territoriais em cada tema e sub-tema. O objetivo da publicação era subsidiar a elaboração das propostas estaduais com base nas discussões anteriores. Na metodologia apresentada pela SECULT para os grupos de trabalho, os participantes foram incentivados a pensar propostas estratégicas em cada tema levando em consideração as seguintes abordagens: profissionalização e capacitação; difusão; memória e preservação; formas de financiamento; direitos culturais e legislação; dimensão econômica; inclusão social; papéis das esferas de governo; relacionamento com a educação e o meio ambiente; formas de gestão compartilhada ou consorciada; e sistemas de informação. Paralelo aos grupos de trabalho, também foi oferecida para professores da UEFS a oficina de Cultura Infantil e Griôs. No final da tarde, os representantes de cada grupo apresentaram os resultados na plenária geral. A programação foi concluída com apresentações culturais. À noite, um palco foi montado para que os músicos e artistas do Portão do Sertão se apresentassem.

No terceiro dia da etapa estadual, a discussão das políticas transversais foi antecedida por painéis mediados por dirigentes da Secretaria de Cultura e compostos por dois convidados com atuação reconhecida nas áreas a serem discutidas, incluindo especialistas do Governo Federal, acadêmicos, representantes de instituições privadas, titulares e membros das secretarias estaduais (TABELA 10). Tais painéis foram organizados com a finalidade de apresentar reflexões contemporâneas sobre a temática, de modo a motivar a discussão das propostas. Na plenária final, os representantes apresentaram as diretrizes elaboradas por cada grupo. A programação do terceiro dia contou ainda com a conferência “O Brasil e a Terra: Reconstrução do Pomar de Canudos”, proferida pelo diretor teatral e autor José Celso Martinez; e o com o concerto “...no Cantori Primêro, Lá na Casa dos Carneiros”, com o cantor Elomar e convidados.

Tabela 10 - Painéis para reflexão sobre as Políticas Transversais de Cultura

Painel	Coordenador SECULT	Convidados
Cultura e Campo	Lúcia Carvalho – diretora de projetos para o desenvolvimento da cultura, SUDECULT	Andrezito Santos Souza – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia (FETAG) Ronaldo Camboim – assessor da Sec. de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário Wilson Teixeira Cunha – superintendente de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia
Cultura e Cidades	Frederico Mendonça – diretor geral do IPAC	Afonso Bandeira Florence – secretário de Desenvolvimento Urbano Eugênio Lins – professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA Maria Brandão – consultora em Planejamento Urbano e Regional
Cultura, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária	Ângela Andrade – superintendente de Cultura	Benito Juncal – diretor de Desenvolvimento Territorial da SEPLAN Genauto França – professor da Escola de Administração da UFBA Selma Abdon Calheira – sócia-diretora da Cores da Terra Cerâmica e Ferro
Cultura e Educação	Ubiratan Castro – diretor geral da FPC	Antônio Carlos Gomes da Costa – consultor internacional em Educação Naomar Almeida Filho – reitor da UFBA Penildo Silva Filho – diretor do Instituto Anísio Teixeira
Cultura e Gênero	Lorena Coelho – assessora para Cultura Popular	Leandro Colling – professor da UFBA e da Faculdade Social da Bahia Marta Leone – professora da UEFS e da Faculdade Jorge Amado, Colaboradora do NEIM Vanda Machado – coord. do Projeto Ire Ayó da SECULT
Cultura e Juventude	Gisele Nussbaumer – diretora geral da FUNCEB	Isabel Gouveia – CIPÓ Comunicação Interativa Maria Eugenia Millet – coordenadora do CRIA Nilton Vasconcelos – secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Cultura e Meio Ambiente	Hirton Fernandes – diretor de Integração Regional, SUDECULT	Armando Almeida – presidente da Onda Azul José Augusto Tosato – diretor de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente Vera Lessa Catalão – professora da Universidade de Brasília
Cultura e Política	Carlos Paiva – chefe de gabinete	Gustavo Vidigal – gerente da Secretaria de Políticas Culturais - MINC Ruy Costa – secretário de Relações Institucionais
Cultura e Tecnologia	Pola Ribeiro – diretor geral do IRDEB	Antônio Cabral – professor da Fundação Getúlio Vargas, RJ Ides Ferreira – secretário de Ciência e Tecnologia e Inovação Messias Bandeira – diretor do Instituto de Mídia e Tecnologia
Cultura e Turismo	Paulo Henrique Almeida – superintendente de Promoções Culturais	Domingos Leonelli – secretário de Turismo Fátima Hanarque – professora de Turismo da UNEB Richard Alves – coordenador de Turismo do SEBRAE

FONTE: SECULT

Os trabalhos no último dia da conferência começaram com a palestra “A Bahia e sua História”, proferida pelo historiador e diretor geral da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro. A plenária final contou com a presença do Secretário Executivo do Ministério da

Cultura, Juca Ferreira, que lançou o Programa Mais Cultura. A Bahia foi o primeiro estado a assinar acordo com o Governo Federal para o Programa. Na plenária foram apresentadas diversas moções em apoio ao trabalho da Secretaria de Cultura, quando foi lida a carta de Feira de Santana, escrita por participantes da conferência e representantes da SECULT (ANEXO D).

Na Conferência Estadual, foi registrada a participação de 2.042 pessoas, sendo 1.465 participantes inscritos e 577 artistas baianos de grupos que se apresentaram nas celebrações culturais (ANEXO E). Embora estivesse previsto que a etapa estadual era destinada apenas aos representantes municipais, 931 presentes (63%) não eram delegados e apenas 534 delegados (36%) estavam representando 227 municípios. No evento também participaram 30 representantes de comunidades indígenas e 30 quilombolas convidados pela Secretaria Estadual de Cultura. Os participantes produziram 394 propostas para as políticas setoriais e 169 propostas sobre os temas transversais.

TABELA 11 - Distribuição dos participantes da Conferência Estadual de Cultura Bahia, 2007

Especificação	Instância da Representação	Total	%
Não Delegados	Não Delegados	931	63,60%
Delegados	Poder Público - Executivo Municipal	170	11,60%
	Poder Público - Legislativo Estadual	3	0,20%
	Poder Público - Legislativo Municipal	15	1%
	Sociedade Civil Eleito	293	20%
	Sociedade Civil Convidado	53	3,60%
	Sub-Total	534	36,40%
Total Geral		1465	100,00%

FONTE: SECULT /SISCULT

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Cultura da Bahia, 42.429 pessoas responderam à convocação pública para a elaboração de políticas culturais para o Estado. Foram 36.554 participantes nos Encontros Municipais, 3.833 nos encontros realizados nos 26 Territórios de Identidade e 2.042 pessoas presentes à Conferência Estadual, representando 64,5% dos municípios baianos.

Tabela 12 - Participação nas etapas municipal, territorial e estadual da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, 2007

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Total de Municípios	ENCONTROS MUNICIPAIS		ENCONTROS TERRITORIAIS		CONFERÊNCIA ESTADUAL	
		Encontros Municipais por Território	Nº de Inscritos	Nº de Municípios Participantes	Nº de Inscritos	Nº de Municípios Participantes	Nº de Inscritos
Portal do Sertão	17	16	1.087	15	119	17	372
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	22	21	979	18	131	12	30
Recôncavo	20	20	1.735	20	124	16	190
Baixo Sul	14	13	918	13	95	8	55
Sisal	20	20	1.573	19	173	18	45
Semi-Árido Nordeste II	18	17	4.875	12	338	7	48
Vale do Jiquiriçá	21	21	1.254	13	172	7	65
Itaparica (Ba/Pe)	6	5	318	7	99	2	7
Médio Rio de Contas	16	16	844	16	177	8	16
Litoral Sul	27	27	1.919	26	154	20	57
Sertão do São Francisco	10	8	384	8	95	6	20
Extremo Sul	21	20	1.614	15	156	10	34
Piemonte Norte do Itapicuru	9	9	602	9	130	9	21
Itapetinga	13	12	777	9	151	8	19
Piemonte da Diamantina	9	7	422	8	118	4	12
Irecê	20	12	627	14	143	11	25
Vitória da Conquista	24	24	2.490	23	132	11	25
Chapada Diamantina	23	20	1.390	17	129	15	54
Sertão Produtivo	19	19	4.320	18	188	17	45
Velho Chico	16	16	1.335	14	61	11	29
Bacia do Paramirim	9	9	1.135	9	171	5	12
Bacia do Rio Corrente	11	10	1.803	10	105	9	13
Piemonte do Paraguaçu	14	13	933	9	122	10	21
Bacia do Jacuípe	14	13	1.628	13	200	12	35
Oeste Baiano	14	12	585	9	57	7	15
Metropolitana de Salvador	10	10	1.007	10	293	9	200
TOTAL GERAL	417	390	36.554	354	3.833	269	1.465
Integrantes de grupos artísticos que participaram da Conferência Estadual							577
Total de participantes na Conferência Estadual							2.042
Total de participantes na II Conferência Estadual de Cultura							42.429

FONTE: SECULT/SISCUULT

No pronunciamento de abertura da Conferência Estadual, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmou que esse número de participação “precisa repercutir”. Para ele, a mobilização promovida reflete “o esforço de re-engenharia institucional, o esforço de reciclagem da maneira de governar” o Estado. “A Secretaria de Cultura ganhou um outro plano, uma outra capacidade de mobilização, uma outra vontade política, uma outra

capacidade de exercer e exercitar essa vontade, em conjunto com os municípios da Bahia”⁴⁰. Na II Conferência Estadual de Cultura, o Governo do Estado da Bahia, pela primeira vez, convocou a sociedade para uma discussão ampla sobre as prioridades para os investimentos públicos no setor e propôs uma gestão compartilhada com outras esferas do poder público.

3.4 A Pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia

Ao refletirmos sobre os números de participação social na II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, algumas questões são levantadas: Quem são as pessoas que responderam à convocação governamental e se dedicaram durante alguns dias à discussão da temática cultural? Como ficaram sabendo da II Conferência Estadual de Cultura? O que as motivou a participar do processo? O que acharam da metodologia de trabalho nos grupos de discussão? Os encontros atenderam às expectativas iniciais? O que esperam que o Estado realize com os resultados? Elas acreditam na possibilidade de uma gestão cultural compartilhada entre as esferas do poder público e a sociedade civil? Essas são algumas das questões que motivaram a realização desta dissertação de mestrado. Vimos no primeiro capítulo que a participação é um processo de aprendizado que contribui para o empoderamento da população no sentido do fortalecimento de sujeitos autônomos, com consciência crítica. Levando em consideração a costumeira pouca motivação da população para a participação, interessava-nos saber que resultados subjetivos a participação na II CEC-BA poderia ter causado nos participantes.

Para realizar uma pesquisa sobre a participação da população na elaboração de políticas públicas durante a II CEC-BA era preciso entrevistar as pessoas que estiveram envolvidas no processo. Entretanto, a extensão territorial da Bahia e as diferentes origens dos possíveis respondentes impossibilitaram a realização de um *survey* presencial, levando em consideração os elevados custos financeiros que tal empreitada acarretaria. Sendo assim, optamos por realizá-lo através da internet, com questionário enviado por e-mail para os participantes da II Conferência. Para garantir a segurança e a credibilidade do processo,

⁴⁰ “O mundo quer que a Bahia marque a sua diferença”. Pronunciamento do Ministro Gilberto Gil na abertura da II Conferência Estadual de Cultura. Feira de Santana, 25/10/2007.

contratamos o programa *Question Pro Survey Software*, para realização de *survey* na internet, produto da empresa norte-americana *Survey Analytics Enterprise*⁴¹.

A população-alvo da pesquisa foi composta pelos participantes das três etapas da II CEC-BA. Por isso, tomamos como referência inicial as 1.465 pessoas que se inscreveram para os grupos de discussão da Conferência Estadual. Tendo em vista as limitações da pesquisa a ser realizada pela internet, apenas poderíamos entrevistar os participantes que forneceram endereços eletrônicos (e-mail) ao se inscrever na etapa estadual, o que representa um total de 955 pessoas. Porém, deste total, 217 e-mails fornecidos pelos participantes estavam inativos ou inválidos. Sendo assim, chegamos ao total de 692 possíveis respondentes.

Tabela 13 - Escopo da pesquisa

Escopo da pesquisa	
Total de participantes na etapa estadual	2.042
Grupos artísticos	557
Inscritos nas discussões	1.465
Participantes que forneceram endereço eletrônico (e-mail)	955
Endereços eletrônicos inválidos	217
Participantes com e-mails válidos – possíveis respondentes	692

A pesquisa foi realizada entre os dias 04 de janeiro e 17 de fevereiro de 2008. Enviamos convites com o link do questionário para 692 pessoas nos dias 04/01, 14/01, 21/01, 28/01 e 10/02. Destas, 430 pessoas responderam ao questionário, o que representa 29% dos inscritos na etapa estadual da II CEC-BA e 62% dos possíveis respondentes. Porém, os questionários de 277 pessoas foram invalidados por estarem incompletos. A pesquisa foi respondida completamente por 153 pessoas, o que representa 10% do total de inscritos na Conferência Estadual e 22% dos participantes que forneceram endereço eletrônico.

Tabela 14 - Participação na pesquisa

Participação na pesquisa	Total de inscritos		Possíveis respondentes	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Participantes da Conferência Estadual	1465	100%	692	100%
Responderam ao questionário	430	29%	430	62%
Questionários incompletos – inválidos	277	19%	277	40%
Questionários completos – válidos	153	10%	153	22%

Levando em consideração que a pesquisa online não inclui a interação entrevistador-entrevistado, era preciso construir um questionário que atendesse às necessidades da

⁴¹ Para informações, acesse www.questionpro.com

investigação, porém, sem demandar excessivamente tempo e esforço dos entrevistados. As perguntas foram formuladas buscando clareza, numa abordagem consultiva. Optou-se por dois tipos de perguntas: 1. questões com opções de respostas classificadas numa escala de muito bom a muito ruim; e 2. questões abertas, para que os participantes pudessem expressar suas opiniões livremente (APÊNDICE A).

Cada possível respondente recebeu por e-mail um convite com a apresentação da pesquisa, uma explicação dos seus objetivos e o esclarecimento de que a identidade dos entrevistados seria confidencial, ou seja, as declarações prestadas seriam apresentadas de maneira a não possibilitar a identificação dos participantes. Um link claramente sinalizado levava o respondente à página da pesquisa. O questionário estava dividido em quatro partes: Encontro Municipal de Cultura, Encontro Territorial de Cultura, Conferência Estadual, e perfil do participante. As respostas eram digitadas diretamente na página e no final o respondente apenas clicava em um botão para concluir o questionário. Por fim, aparecia uma mensagem agradecendo a participação e informando que o processo havia sido concluído com sucesso. O endereço eletrônico da pesquisadora também foi fornecido para que os entrevistados pudessem tirar dúvidas.

A análise das questões fechadas foi efetuada através do percentual de respostas de cada item: muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim. Nas questões abertas, optamos por um procedimento analítico de identificação da ocorrência de palavras e termos significativos nos comentários dos entrevistados. Classificamos as respostas de acordo com a frequência de termos que a identificavam com determinadas questões ou pontos de vista. Assim, foi possível agrupar as opiniões que revelavam diferentes posicionamentos diante do processo de participação social na elaboração de políticas públicas de cultura durante a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Para garantir a privacidade dos entrevistados, o sistema gerava um código diferente para cada questão aberta respondida, de modo que as respostas possam ser apresentadas e analisadas sem identificar nominalmente o respondente.

As respostas dos entrevistados geraram as informações que apresentamos a seguir. Optamos por organizar os resultados da pesquisa nos seguintes tópicos: perfil dos participantes, divulgação, atuação dos mobilizadores, motivações para a participação, metodologia, participação popular, participação dos poderes públicos, resultados dos encontros e democratização da esfera de decisão.

3.4.1 Perfil dos participantes

A partir dos resultados da pesquisa, traçamos um perfil dos participantes. O público pesquisado está na faixa etária de 18 a 68 anos, com média de idade de 33 anos. Em relação ao gênero, observa-se uma presença maior do sexo masculino (60%). Quanto à cor/raça, há um equilíbrio entre os participantes que se declararam pardos (39%) e negros (35%). Também foi representativo o percentual de participantes que se consideram brancos (23%).

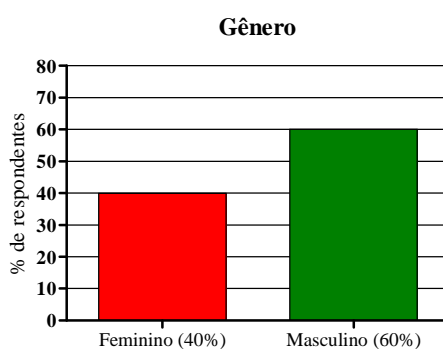


FIGURA 3 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Gênero

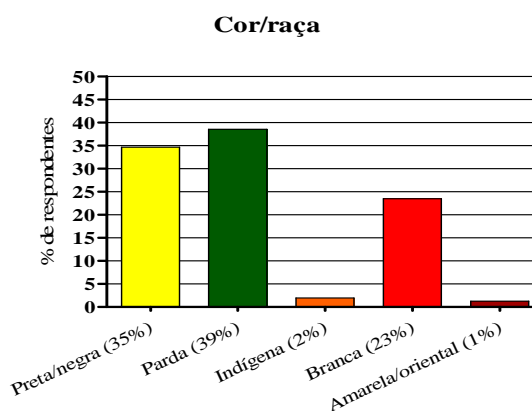


FIGURA 4 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Cor/raça

No que se refere ao grau de escolaridade, 21% têm nível médio concluído e 69% dos entrevistados já cursaram ou estão cursando o nível superior, sendo que deste total 16% já concluiu uma pós-graduação. A renda média de 33% dos participantes varia entre um e dois salários mínimos (entre R\$350,00 e R\$ 700,00 na época).

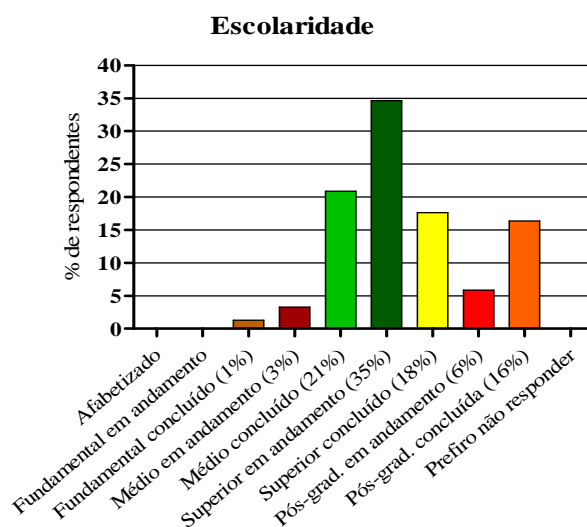


FIGURA 5 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Escolaridade

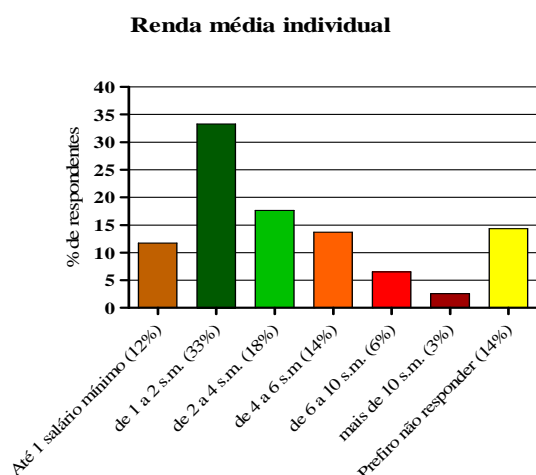


FIGURA 6 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Renda média individual

Na questão sobre a profissão dos entrevistados, foram citadas 50 diferentes ocupações. As que apareceram com maior frequência foram: professor (32%), funcionário público (15%) e músico (10%). Na área cultural foram citadas outras profissões como dançarino, ator e artista plástico; assim, podemos concluir que 22% dos participantes atuam na área cultural profissionalmente. É interessante cruzar este dado com as respostas de uma outra questão. Quando perguntamos em qual grupo de representantes que participaram da II CEC-BA os respondentes se enquadravam, 40% declararam ser profissionais da cultura (produtores culturais, gestores e artistas); 20% são representantes dos poderes executivo, legislativo ou judiciário municipal; 19% fazem parte de movimentos sociais (instituições,

ONG's, OSIP's, etc); e 16% são representantes da sociedade civil que não são profissionais da cultura e não representam movimentos sociais.

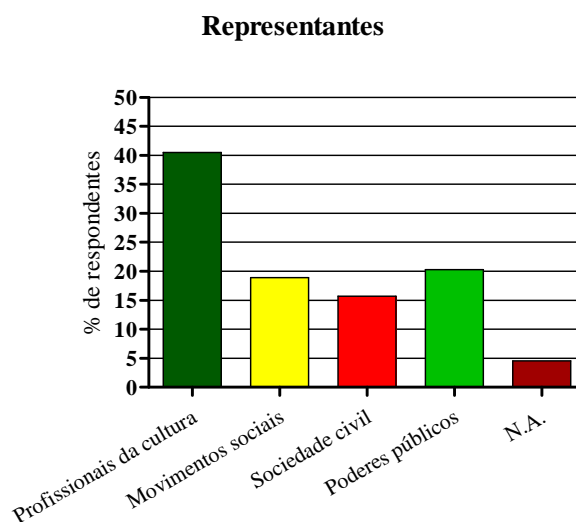


FIGURA 7 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Representantes

Através destes dados podemos inferir que, embora a maioria dos participantes tenha se identificado como profissional da cultura, boa parte destes profissionais não atuam exclusivamente na área artística, mantendo uma outra profissão, o que revela a realidade da maioria dos agentes culturais que atuam na Bahia, principalmente no interior do Estado. Para muitos, como é difícil conseguir se sustentar financeiramente com recursos advindos da prática artística profissional, é preciso manter outros empregos formais como fontes de renda.

Do total dos entrevistados, 87% participaram das três etapas da II Conferência Estadual de Cultura, sendo que 100% participaram na reunião estadual. Os respondentes residem em 89 diferentes municípios baianos, que representam os 26 Territórios de Identidade, conforme relacionado na tabela abaixo:

TABELA 15 - Distribuição dos respondentes da pesquisa por território de origem

Território	Respondentes	Percentual
01 - Irecê	5	3,27%
02 - Velho Chico	4	2,61%
03 - Chapada Diamantina	5	3,27%
04 - Sisal	4	2,61%
05 - Litoral Sul	7	4,58%
06 - Baixo Sul	2	1,31%
07 - Extremo Sul	6	3,92%
08 - Itapetinga	3	1,96%
09 - Vale do Jiquiriçá	1	0,65%
10 - Sertão do São Francisco	3	1,96%
11 - Oeste Baiano	1	0,65%
12 - Bacia do Paramirim	2	1,31%
13 - Sertão Produtivo	10	6,54%
14 - Piemonte do Paraguaçu	2	1,31%
15 - Bacia do Jacuípe	12	7,84%
16 - Piemonte da Diamantina	1	0,65%
17 - Semi-Árido Nordeste II	4	2,61%
18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	4	2,61%
19 - Portal do Sertão	31	20,26%
20 - Vitória da Conquista	7	4,58%
21 - Recôncavo	9	5,88%
22 - Médio Rio de Contas	2	1,31%
23 - Bacia do Rio Corrente	3	1,96%
24 - Itaparica (BA/PE)	1	0,65%
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	8	5,23%
26 - Metropolitana de Salvador	16	10,46%
Total	153	100,00%

Todos os respondentes da pesquisa participaram das discussões em grupo. Nos grupos de trabalho das políticas setoriais, os temas nos quais houve maior participação dos entrevistados foram Políticas e Gestão Cultural e Expressões Artísticas, ambos com 33% na territorial e, respectivamente, com 38% e 29% na etapa estadual. Nas discussões das políticas transversais, realizadas durante a terceira etapa da conferência, a maioria dos respondentes da pesquisa escolheu os temas Cultura e Educação (29%), Cultura e Política (16%), e Cultura e Meio Ambiente (14%).

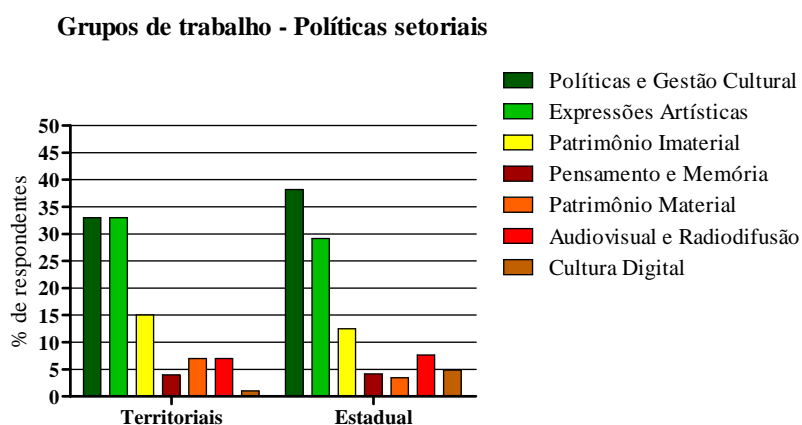


FIGURA 8 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: grupos de trabalho – Políticas Setoriais

Grupos de trabalho - Políticas transversais

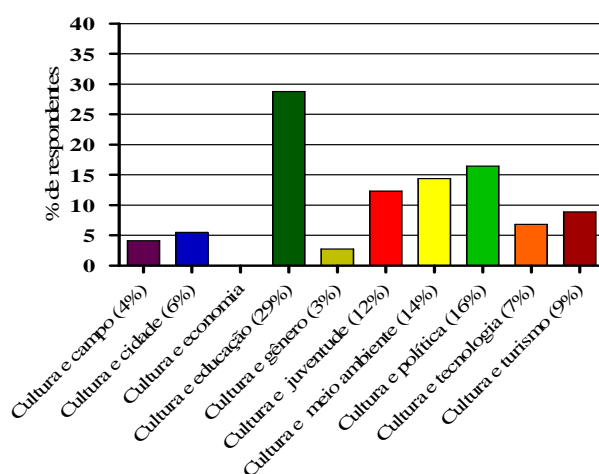


FIGURA 9 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: grupos de trabalho – Políticas Transversais

A pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia reúne entrevistados de todos os 26 territórios que participaram nos grupos de discussão das políticas setoriais e transversais, nas três etapas da Conferência. Tais fatores validam os resultados que estamos apresentando, pois demonstram que os subgrupos relevantes para a investigação sobre a participação social na elaboração de políticas públicas através da Conferência estão adequadamente representados na amostra de 10% dos inscritos na etapa estadual que responderam à pesquisa. A tabela abaixo apresenta um resumo do perfil dos participantes da pesquisa.

TABELA 16: Perfil dos participantes da pesquisa

Quesito	Perfil da maioria dos participantes	Percentual
Faixa Etária	18 a 68 anos	
Nº de cidades de residência	89	
Nº de Territórios de residência	26	
Gênero	Masculino	60%
Cor/raça	Pardos e negros	39% e 36%
Escolaridade	Superior concluído ou em curso	69%
Renda mensal	Entre um e dois salários mínimos	33%
Profissão	Professor	32%
Grupo que representavam	Profissionais de cultura	40%
Participação na Conferência	Participaram nas três etapas	87%
GT na etapa territorial	Políticas e Gestão Cultural; Expressões Artísticas	Empatam com 33%
GT setorial na etapa estadual	Políticas e Gestão Cultural	38%
GT transversal na etapa estadual	Cultura e Educação	29%

3.4.2 Divulgação

O material gráfico da campanha publicitária da II Conferência Estadual de Cultura trazia uma imagem composta por impressões deixadas por mãos sujas de tintas nas cores vermelho, amarelo, verde e azul sobre um fundo claro. Por cima, uma tarja preta com a seguinte frase impressa: Cultura é o quê? No spot para rádio e no VT para televisão, vozes de pessoas de diversas faixas etárias repetiam a questão “Cultura é o quê?”. A campanha da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia convocava a população para discutir conjuntamente a cultura dos municípios, dos territórios e do Estado. Conforme veremos no último subtítulo deste tópico, a questão intrigante “Cultura é o quê?” cumpriu seu papel, pois chamou a atenção para a importância de refletir sobre os muitos significados contidos na palavra cultura e quais compromissos devem ser assumidos pelos poderes públicos e pela sociedade para a gestão das políticas para a área.

Para saber o principal meio divulgador da II CEC-BA, perguntamos aos entrevistados como eles ficaram sabendo da realização do Encontro Municipal de Cultura (EMC). O mobilizador cultural foi responsável pela divulgação direta para 39% dos participantes. Apenas 12% das pessoas ficaram sabendo através da publicidade. A grande maioria obteve informações no meio cultural e artístico através de: grupos ou instituições

culturais (27%), do boca à boca (13%), do informativo online da SECULT (6%) e de eventos anteriores realizados pela Secretaria (3%).

Como você ficou sabendo da realização do Encontro Municipal de Cultura?

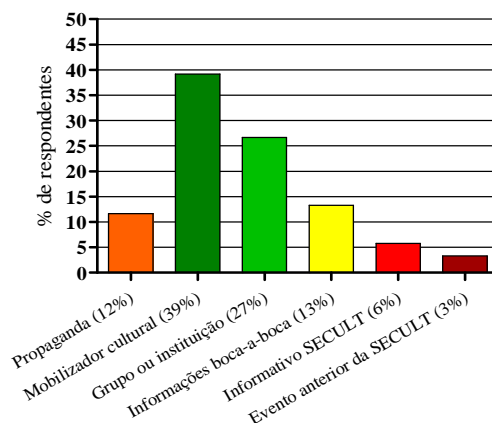


FIGURA 10 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Como ficou sabendo da realização do EMC?

Podemos constatar que as informações sobre os eventos circularam de forma ampla nos meios culturais. No entanto, o número reduzido de entrevistados que declararam que ficaram sabendo da Conferência através da publicidade pode significar que a divulgação atingiu pouco a parcela da população que não está envolvida diretamente com atividades artísticas. Voltando à informação já apresentada (FIGURA 7) sobre em qual grupo de representantes que participaram da II CEC-BA os respondentes se enquadravam, apenas 16% eram representantes da sociedade civil que não são profissionais da cultura e não representam movimentos sociais. Estes dados podem ser analisados sob dois ângulos. Por um lado, é importante perceber que a classe artística e cultural participou efetivamente da Conferência, o que é vantajoso visto que os agentes culturais atuantes estão aptos para levantar demandas e sugerir propostas para o desenvolvimento cultural do Estado. Todavia, ao considerarmos que todo sujeito é também produtor de cultura, a participação dos cidadãos comuns nas discussões é de suma importância para a efetivação da democracia cultural. Além disso, defendemos que os mecanismos de escuta devem contribuir para alterar o nível e o grau de participação política de parte da população que sempre se manteve afastada da esfera de decisão. Podemos considerar que a Conferência cumpriu de certa forma este papel, visto que 16% dos entrevistados declararam não possuir vínculos com as áreas social e cultural. Entretanto, vale

ressaltar que maiores investimentos nos meios de comunicação de massa poderiam ter resultado na atração de parcela mais expressiva da população em geral.

Quanto à divulgação do encontro nos municípios, a opinião dos entrevistados se divide entre boa e regular (ambas com 27%) e muito boa (23%). No encontro territorial, a maioria (48%) achou que a divulgação foi boa. Não questionamos a respeito da divulgação na etapa estadual tendo em vista que a participação nesta etapa estava, a princípio, restrita aos representantes municipais e convidados diretos da Secretaria de Cultura.

Avaliação da divulgação dos encontros

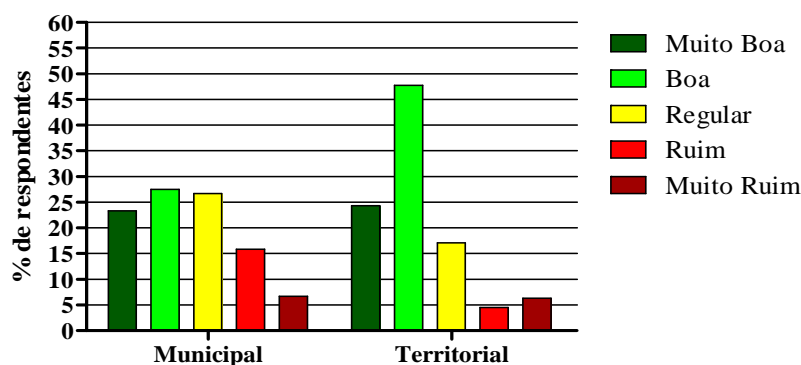


FIGURA 11 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Avaliação da divulgação dos encontros

3.4.3 Atuação dos mobilizadores

Certamente, os mobilizadores culturais exerceram um papel fundamental na divulgação e na organização das etapas municipal e territorial, bem como no incentivo direto à participação dos representantes na Conferência Estadual. Os entrevistados avaliaram como boa (36%) a atuação dos mobilizadores nos municípios e como muito boa (37%) na etapa territorial.

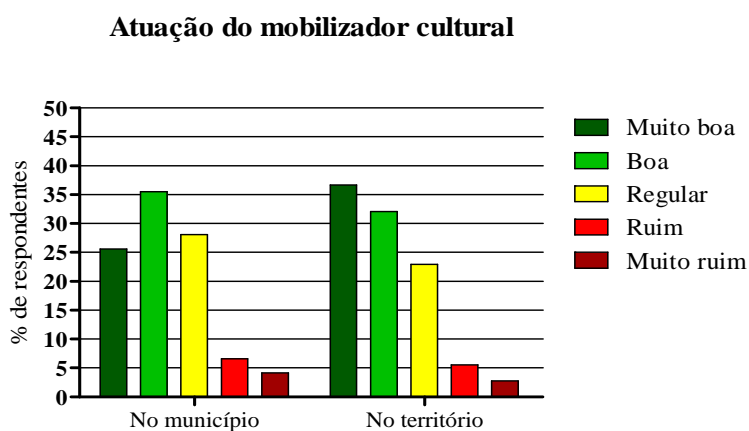


FIGURA 12 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Atuação do mobilizador cultural

Enviamos um questionário específico para os mobilizadores para saber como eles avaliam: 1. o processo seletivo, o treinamento dos mobilizadores e as funções; 2. a relação com as instituições locais (prefeituras, associações, grupos culturais, etc.) para a realização dos encontros municipais e territoriais; 3. a participação social nos encontros; e 4. a metodologia aplicada. Do total de 30 mobilizadores, sete responderam ao questionário.

Todos os mobilizadores entrevistados ratificaram a lisura do processo seletivo. Alguns mencionaram, inclusive, que concorreram com pessoas indicadas por autoridades políticas de seus respectivos territórios e foram selecionados por atenderem aos requisitos do Edital. Na opinião deles, o treinamento em Salvador foi útil visto que aprenderam a usar dinâmicas de trabalho que foram proveitosas na prática da mobilização. Em relação às funções, foram ressaltadas algumas dificuldades enfrentadas para o cumprimento do calendário de Encontros Municipais, como, por exemplo, o tempo escasso, os deslocamentos problemáticos entre cidades geograficamente distantes ou com estradas precárias e o pouco acompanhamento da SECULT.

Considero que o processo de seleção foi bastante democrático; os critérios de escolha desde a inscrição, passando pela etapa de entrevista e prova escrita, foram muito bem elaborados, voltados para a área cultural, o que veio culminar no excelente treinamento realizado por essa Secretaria de Cultura, através de profissionais altamente capacitados e que tiveram a paciência de ouvir toda a ansiedade com que chegamos a Salvador para receber o treinamento (0436, 14/12/2007).

As funções foram bem delimitadas no processo de treinamento. No mais, acredito que o contato com a SECULT poderia ter sido facilitado se o diálogo com os Territórios tivessem sido divididos por pessoa na equipe da Secretaria e se os Relatórios pudessem ser digitados online. Como eu fazia o trabalho e quase não recebia, “ok, siga em frente” ou uma ligação de vez em quando (só quando tinha pepino), ficava sem saber se tava caminhando bem ou não (0820, 18/12/2007).

Tive dificuldades em me relacionar com alguns gestores municipais de cultura. Foi aí que apliquei um pouco do que aprendi com as psicólogas do treinamento e consegui mobilizar para a realização dos encontros municipais de cultura (0305, 11/12/2008).

O relacionamento com as instituições locais, segundo os mobilizadores foi em geral estabelecido na forma de parceria. Eles afirmaram ter passado por dificuldades em cidades cujos administradores públicos não acreditam que os investimentos em cultura são importantes e/ou nos municípios onde não existe um órgão específico para a gestão da cultura.

Tive um pouco de dificuldade nos primeiros encontros com os gestores municipais de cultura (não em todas as cidades), onde não há um órgão exclusivo de cultura, ou é fundação, departamento ou é secretaria compartilhada (esporte, turismo e meio ambiente) (0617, 17/12/2007).

De todas as autoridades municipais, os mais difíceis para os contatos eram os prefeitos. Para alguns deles cultura não dá dinheiro (0321, 14/12/2007).

Em relação à participação, os mobilizadores acreditam que as pessoas estavam interessadas nos eventos e participaram ativamente das discussões. Em alguns lugares, porém, eles relataram que a população estava incrédula em relação às iniciativas dos governos. Eles ressaltaram também que a presença do público foi menor nas cidades onde não houve apoio da prefeitura.

Realizamos um trabalho totalmente novo, mexemos numa área que nunca foi prioridade em nenhum momento da nossa história e sacudimos 26 territórios de identidade e isto nos tornou coadjuvantes da realidade local de cada um destes lugares, geramos expectativas (0436, 14/12/2007).

De uma certa forma as pessoas estavam mobilizadas, os presentes nos encontros participaram efetivamente das discussões. A participação só foi pequena onde as prefeituras não fizeram uma divulgação massiva para estes encontros (0617, 17/12/2007).

O descrédito do povo para com a ação de qualquer ente governamental foi gritante e evidenciado em todos os municípios por onde realizei os encontros de cultura, contudo, aos poucos fomos apresentando de forma verdadeira, sem mentiras ou qualquer tipo de maquiagem demagógica, as propostas deste governo para a pasta de cultura, salientando que precisamos no mínimo acreditar em algo que se mostra novo, precisamos ter a esperança de que podemos ter uma política cultural que chegue também ao interior baiano (0316, 12/12/2007).

No geral, a metodologia foi elogiada pelos mobilizadores. A ressalva feita foi em relação à pergunta “Qual o lugar da cultura no município”, que deveria guiar a primeira parte do trabalho em grupo nos Encontros Municipais de Cultura. Decerto, o sentido da palavra “lugar” na questão é ambíguo. Alguns participantes entendiam que se tratava dos espaços físicos e equipamentos culturais (praças, sítios históricos, teatros, cinemas, museus, galerias), enquanto outros faziam referência a um sentido figurado.

Eu acho que nas primeiras cidades eu tive dificuldade em aplicar a metodologia talvez por nervosismo ou por falta de experiência. Quando peguei o “tombo” da coisa foi tudo legal, a metodologia fluía naturalmente e não houve evasão por conta desta metodologia (0617, 17/12/2007).

A metodologia foi muito bem aceita, ela era prática e com isso a acessibilidade e recepção do público foi bastante proveitosa. Somente a expressão LUGAR teve que ser reexplicada várias vezes, até que em alguns encontros a minha fala já levava a substituição da pergunta pelo tema da Conferência: CULTURA É O QUÊ? (0820, 18/12/2007).

Quanto à metodologia aplicada, gostei muito dos vídeos e não apreciei as dinâmicas. E tive problemas com a primeira pergunta: “qual lugar da cultura?”. Acho que tinha que ter uma metodologia diferente para grupos pequenos, médios e grandes. A escolhida funcionava muito bem em grupos médios (0436, 14/12/2007).

3.4.4 Motivações para a participação

Perguntamos aos participantes o que os motivou a participar de cada etapa da II Conferência Estadual de Cultura. Para analisar as respostas que apresentavam mais de uma justificativa, buscamos identificar nelas o fator fundamental que levou a essa participação, a principal motivação.

Assim, analisando as respostas sobre a motivação para o Encontro Municipal de Cultura, foi possível agrupá-las em seis diferentes tópicos: 1. participação na elaboração de políticas públicas; 2. desenvolvimento da cultura no município; 3. interesse pessoal ou profissional no tema; 4. importância da cultura; 5. divulgação e valorização da cultura local; e 6. a nova política cultural do Estado.

O interesse em participar das discussões sobre a elaboração de políticas culturais para o Estado foi apontado pela maioria dos respondentes (43%) como o fator motivacional para a presença nos encontros municipais. Em quase todas as respostas classificadas neste grupo são recorrentes termos que fazem alusão ao fato de que esta foi a primeira vez que a população local se reuniu para discutir políticas públicas de cultura. Das respostas, é possível inferir: a valorização deste espaço de discussão; uma renovação de “esperanças” causada pela

possibilidade de opinar e contribuir para o desenvolvimento cultural; e um senso de responsabilidade daqueles que se apresentam como profissionais da área da cultura em participar das discussões.

Pela primeira vez ter a oportunidade de discutir junto com a sociedade civil políticas públicas para a cultura do nosso Estado e de nosso município. Ficamos muito felizes de reunir toda a população do município para discutir a cultura com o governo (2671020, 16/01/2008).

A possibilidade de discutir a cultura da cidade com os artistas e representantes do poder público e principalmente pela possibilidade de interferir e contribuir para a tomada de decisões no campo de políticas públicas para a cultura popular (2671253, 14/01/2008).

Por fazer parte do mundo artístico. Por isso, participei com o intuito de contribuir para a formulação da política cultural para o estado, pois acredito que as artes, em geral, podem mudar o mundo (2671066, 16/01/2008).

O segundo fator motivacional mais citado pelos participantes da pesquisa foi o desenvolvimento cultural do município (18%). Muitas respostas apontavam a falta de uma política cultural municipal, além da necessidade de investimentos na cultura local e de articulação e mobilização da classe artística e da comunidade:

A preocupação com a falta de Cultura em minha cidade! A necessidade de oferecer aos jovens algo valoroso, que se sobreponha ao vício da bebida e da droga (2650458, 07/01/2008).

Quero que haja mais investimentos na cultura de meu município e nos outros de nossa Bahia, afinal, cultura é primordial para a formação humana (2673886, 17/01/2008).

Levantar questionamentos acerca de melhoria na Cultura local de nosso município, bem como, fazer com que todos valorizemos mais a nossa cultura, pois é muito rica, precisando de mais incentivos por parte dos políticos de nossa região e por parte da sociedade civil organizada (2699159, 28/01/2008).

Os entrevistados (17%) também citaram fatores profissionais ou pessoais que motivaram a participação no evento. Houve, porém, uma diferença nítida entre os que atribuíram a motivação a interesses pessoais ou profissionais no tema, com evidente relação entre o interesse pelas discussões e possíveis benefícios diretos para a atuação profissional; e outros, que afirmaram ter participado por estarem trabalhando no evento ou representando uma instituição. Alguns entrevistados declararam que participaram para obter informações sobre recursos financeiros para apoio a projetos culturais.

Como desenvolvo pesquisa dentro desta linha temática, resolvi participar do encontro, pois poderia ser bastante útil para mim (2677292, 18/01/2008).

Sou produtor cultural e é importante que esteja a par da cultura municipal, estadual e federal... (2706107, 30/01/2008).

Sou diretor de cultura do meu município (2659875, 11/01/2008).

Estava trabalhando na Secretaria Municipal de Cultura, fui a organizadora do evento no nosso município (2650556, 07/01/2008).

Para 14% dos entrevistados, a principal motivação para a participação foi o tema cultura. Eles citaram o caráter transversal da cultura e sua importância como fator de desenvolvimento humano.

Entendo a cultura como fator primordial para o desenvolvimento humano (2645136, 04/01/2008).

Minha paixão por cultura e minha atuação na mesma com artesanato e poesia (2682708, 21/01/2007).

Sou apaixonado por cultura. Eventos culturais sempre me chamam a atenção, ainda mais o projeto de descentralização da cultura baiana parece ser muito interessante, não poderia ficar de fora. O povo baiano precisa mostrar sua identidade cultural e eu faço parte desse povo (2709249, 01/02/2008).

Nos Encontros Territoriais de Cultura, assim como nos Encontros Municipais, o desenvolvimento cultural do município e a participação na elaboração de políticas públicas de cultura continuaram sendo os principais fatores motivacionais citados pelos entrevistados. Ocorreu, entretanto, uma inversão: a preocupação com o desenvolvimento do município foi a motivação mais citada (38%). O interesse dos entrevistados era dar continuidade aos trabalhos iniciados nos Encontros Municipais, de modo a garantir que as propostas do município fizessem parte do Plano de Cultura do Território. Os participantes também estavam interessados em conhecer os agentes culturais e as propostas das outras cidades do Território, embora esta não tenha sido a principal motivação dos entrevistados classificados neste grupo.

Contribuir com a construção de políticas culturais do meu município e conhecer os grupos e trabalhos culturais do território (2658032, 10/01/2008).

Dar continuidade aos trabalhos iniciados no encontro municipal, bem como conhecer as propostas dos outros municípios que compõem nosso território (2699596, 28/01/2008).

Lutar pelas propostas discutidas em meu município para que todos conseguissem visualizar realmente um trabalho coletivo e não o individualismo (2699966, 28/01/2008).

Também foi bastante citado pelos entrevistados (23%) o desejo de participar na elaboração de políticas públicas de cultura para o Território de Identidade.

Discutir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de nosso território (2645122, 04/01/2008).

A intensa participação e a possibilidade de contribuição para as políticas culturais para o território (2671066, 16/01/2008).

Por ter entendido a seriedade da iniciativa. Assim, nós que trabalhamos com cultura, esquecidos e desvalorizados, poderíamos, enfim, ter voz e vez (2699164, 28/01/2008).

A possibilidade de articulação dos municípios do território para a gestão de projetos comuns motivou a participação de 13% dos entrevistados. É interessante notar que, embora esta forma de parceria para a gestão da cultura seja algo novo, os agentes culturais têm se mostrado interessados em efetivar propostas para o desenvolvimento cultural dos Territórios de Identidade, sem privilegiar apenas suas próprias necessidades.

O que me motivou foi a necessidade de criarmos um elo de ligação; ou seja, um intercâmbio entre os municípios do território. E, acima de tudo, conhecer a política de cultura das cidades vizinhas (2645113, 04/0/2008).

O desejo de integração cultural da minha cidade com as demais da Bacia do Jacuípe (2647580, 06/01/2008).

O resgate das expressões culturais do território e troca de experiências (2698845, 28/01/2008).

Para alguns entrevistados (11%), o interesse está na possibilidade de estabelecer uma rede de contatos profissionais no território, aproveitando a ocasião para conhecer agentes culturais de outras cidades.

O fato de ser um encontro a nível regional, o que me possibilitou conhecer pessoas que agem na área de cultura, e discutir com as mesmas sobre problemas similares, além de aumentar a minha rede de contatos (2753526, 08/02/2008).

Sabia que no Encontro poderia conhecer mais pessoas da minha região que também trabalham com cultura. Assim, fiz muitos contatos para podermos organizar eventos conjuntamente e trocar experiências (2247289, 21/01/2008).

Na seqüência, aparecem os entrevistados que afirmaram ter participado do Encontro Territorial por que eram representantes eleitos nos encontros municipais (11%). Também registramos respostas que apontavam o interesse pessoal ou profissional no tema como o motivo para a participação no evento (9%).

Na Conferência Estadual, as principais motivações para a participação apontadas pelos entrevistados, foram: 1. participar do momento histórico; 2. representar um município e dar continuidade ao trabalho; 3. interesse em discutir políticas públicas no âmbito estadual; 4. possibilidades de intercâmbio; e 5. busca de informações.

A maior parte dos entrevistados (51%) afirmou que a II Conferência Estadual de Cultura foi um acontecimento histórico do qual não poderiam deixar de participar. Os

participantes ressaltaram a mobilização da classe artística e a abertura do governo para a escuta como os fatores que incentivaram a participação.

Pela primeira vez na história de cultura na Bahia, se fez um movimento cultural desse. Essa foi a principal motivação em todos os municípios que participaram dessa conferência, além de sabermos que nossas propostas estarão fazendo parte do Plano Cultural do Estado da Bahia. Isso é grandioso demais para nós diretores de Cultura. Essa valorização jamais será esquecida por nós (2671020, 16/01/2008).

A motivação de estar participando de um momento histórico da democracia brasileira, na qual os artistas tiveram suas opiniões ouvidas e a população pôde contribuir com o governo dando idéias e requerendo seus direitos culturais (2671058, 16/01/2008).

Momento único na história da política cultural baiana. Momento de congregar, conhecer a cultura do Estado, estar frente a frente com as pessoas dos diversos territórios que simbolizam a nossa diversidade, formando a nossa identidade. Fechar o ciclo, depois de acompanhar os encontros nas esferas menores. Poder opinar, discutir ouvindo a opinião de outros que trazem as demandas dos seus municípios, tal qual eu (2671016, 16/01/2008).

Os respondentes (18%) também afirmaram ter ido participar da etapa estadual por serem representantes, eleitos ou indicados, de seus municípios. Sobretudo, infere-se das respostas uma posição de responsabilidade quanto à continuidade do trabalho iniciado nas etapas anteriores, de forma a garantir que as propostas do município entrem no planejamento estadual.

Fui convidada pela Secretaria Municipal de Educação a representar o município e também pelo envolvimento com artes, em especial literatura, sou poeta e preciso defender os interesses dos artistas (2646531, 05/01/2008).

Para brigar pelas propostas elencadas no Encontro Municipal e no Encontro Territorial. Participei como representante para levar as propostas do meu município, pois a nossa cultura é rica e precisa ser valorizada, revitalizada, dando uma injeção de ânimo conseguiremos levar as nossas manifestações culturais ao conhecimento do mundo (269159, 28/01/2008).

A declaração do desejo de discutir políticas públicas de cultura continuou presente também na etapa estadual. Este foi a terceira resposta com maior incidência (15%).

O forte desejo de contribuir com a formulação das políticas públicas do meu Estado (2658745, 10/01/2008).

Novamente, a questão das propostas de debate, a Bahia precisava ouvir o que o povo tinha a dizer sobre as necessidades dos municípios (2671017, 16/01/2008).

Para alguns participantes (8%), a motivação maior foi a programação artística do evento. Eles afirmaram que foram à etapa estadual para ver ou conhecer os grupos culturais que estariam se apresentando na programação e trocar experiências e contatos com artistas de diversas cidades da Bahia.

Basicamente, poder interagir com muitas pessoas que são do meio cultural e trocar experiências (2657276, 09/01/2008).

Pessoalmente, conhecer e reconhecer a cultura em suas mais variadas formas o intercâmbio a articulação a partilha e sobretudo colaborar com o sucesso da conferência tão bem pensada e realizada (2656223, 09/01/2008).

Alguns entrevistados (7%) responderam que queriam conhecer mais os programas e projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado e ter a oportunidade de obter mais informações. Como na etapa estadual, todos os dirigentes da SECULT e dos órgãos vinculados estavam presentes. Esta ocasião foi encarada como uma grande oportunidade de aproximação, esclarecimento de dúvidas e busca de apoios pontuais.

O motivo foi Conhecer todos os Programas da Secretaria de Cultura, também o lançamento do Programa Mais Cultura pelo Ministro Gil, e participação do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura. Foi muito importante para a organização da Secretaria de Cultura do nosso município (2650556, 07/01/2008).

Fui representar a minha cidade, uma vez que a mesma é muito carente de cultura e principalmente no que se refere a recursos financeiros; fui na expectativa de descobrir como adquirir tais recursos para incentivar a cultura do meu município, principalmente a cultura popular, porém a burocracia e os entraves são muitos principalmente para a minha cidade que conta com apenas mil habitantes (2691054, 23/01/2008).

Entre os entrevistados que foram à Conferência Estadual buscando informações, dois afirmaram que não participaram das etapas anteriores por falta de conhecimento do processo em curso. A motivação principal para a ida à etapa estadual, nestes casos, foi a necessidade de se integrar às discussões e procedimentos da II Conferência Estadual de Cultura.

Sou de uma comunidade carente e em contraste com isso possuímos uma diversidade cultural muito grande, e o poder público nada faz para divulgar e ajudar a desenvolver nossa cultura. Então, como não foram divulgados os encontros municipal e territorial e conseqüentemente não pudemos participar e representar nosso distrito, a Conferência Estadual foi a oportunidade que tivemos para ficar por dentro das questões relacionadas à cultura (2682675, 21/01/2008).

Interesse em saber do que se tratava, pois outros colegas de outras cidades estavam participando e fiquei à parte em meu município, pois aqui não foi colocada abertamente a proposta do governo e a participação ficou restrita a um grupo que até hoje não sei quem faz parte, descobri quem era o nosso mobilizador na II Conferência (2676989, 17/01/2008).

Ao analisarmos os fatores elencados pelos participantes nas três etapas, é possível afirmar que os principais motivos declarados foram: a vontade de participar na elaboração de políticas públicas de cultura, a preocupação com o desenvolvimento da cultura nos municípios onde residem e interesses pessoais ou profissionais, incluindo a busca de informações e a

articulação com outros agentes culturais do município, do território e do estado. As duas primeiras motivações são indicativos da mudança que ocorre na contemporaneidade na relação da população com os mecanismos de participação. As respostas revelam que os participantes conhecem as possibilidades de obter resultados diretos e subjetivos através da participação popular.

A maioria dos respondentes expressou desejo pessoal de compartilhar das decisões sobre as políticas públicas de cultura. Eles estavam dispostos a tomar decisões sobre a vida de todos no tempo em que poderiam estar tratando de assuntos pessoais. Estavam conscientes de que o papel do cidadão vai além da obrigação de votar e do direito de ver votado e não estavam considerando que a elaboração de propostas para a melhoria das condições de vida é apenas papel dos representantes políticos eleitos pelo voto da população. Os outros dois motivos citados – o desenvolvimento dos locais onde vivem e a construção de redes de relacionamento – demonstram o reconhecimento de que a participação deles é fundamental para que as ações públicas sejam eficazes e atendam às demandas dos beneficiários e que este processo pode fortalecê-los enquanto cidadãos e profissionais.

3.4.5 Metodologia

Para muitos participantes da II CEC-BA, o processo de realização de uma conferência era algo novo. A escolha de temas, a organização de grupos de trabalho, a discussão de propostas, o tempo pré-determinado, a atuação de facilitadores e a apresentação de resultados nas plenárias finais poderiam se constituir em um desafio para a participação efetiva caso a metodologia não estivesse clara e o evento bem organizado.

Com esta preocupação, pedimos aos participantes que avaliassem as metodologias aplicadas nas etapas municipal, territorial e estadual. Neste sentido, verificamos que a divisão dos temas para a discussão das políticas setoriais foi considerada boa nas três etapas para 56%, 57% e 52% dos entrevistados, respectivamente. Da mesma forma, a organização dos trabalhos em grupo foi boa nos encontros municipais, territoriais e na Conferência Estadual para 49%, 52% e 52% dos entrevistados. O tempo para discussão das propostas foi o fator que obteve avaliação mais baixa pelos entrevistados. Nos Encontros Municipais, o resultado empatou entre boa e regular com 38%. Nas reuniões territoriais e na estadual, o tempo foi avaliado como regular por 43% e 39% dos respondentes. Nas três etapas, a mediação foi

avaliada como boa por cerca de 48% e a programação foi considerada boa por 45% dos participantes.

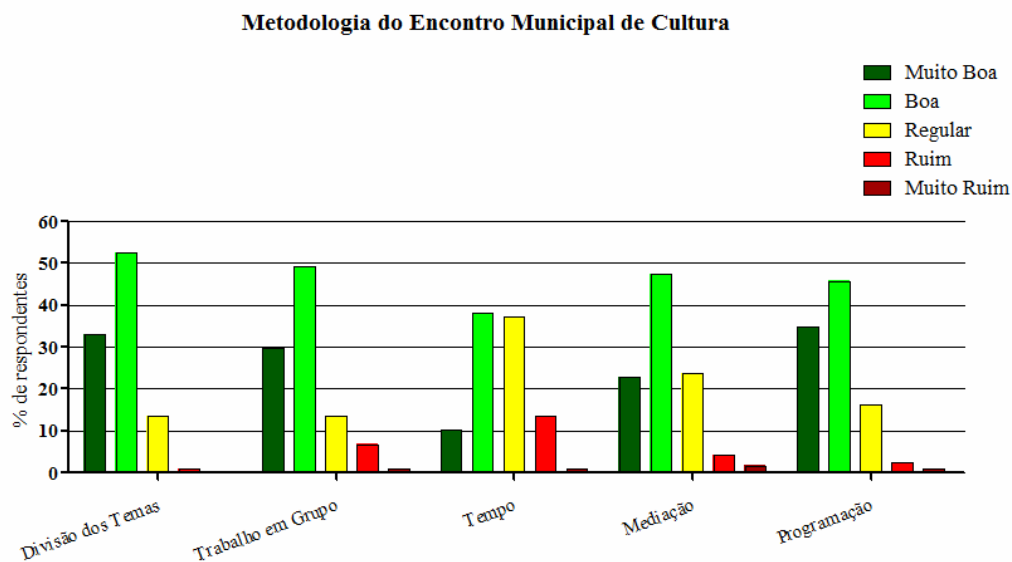


FIGURA 13 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Metodologia do Encontro Municipal de Cultura

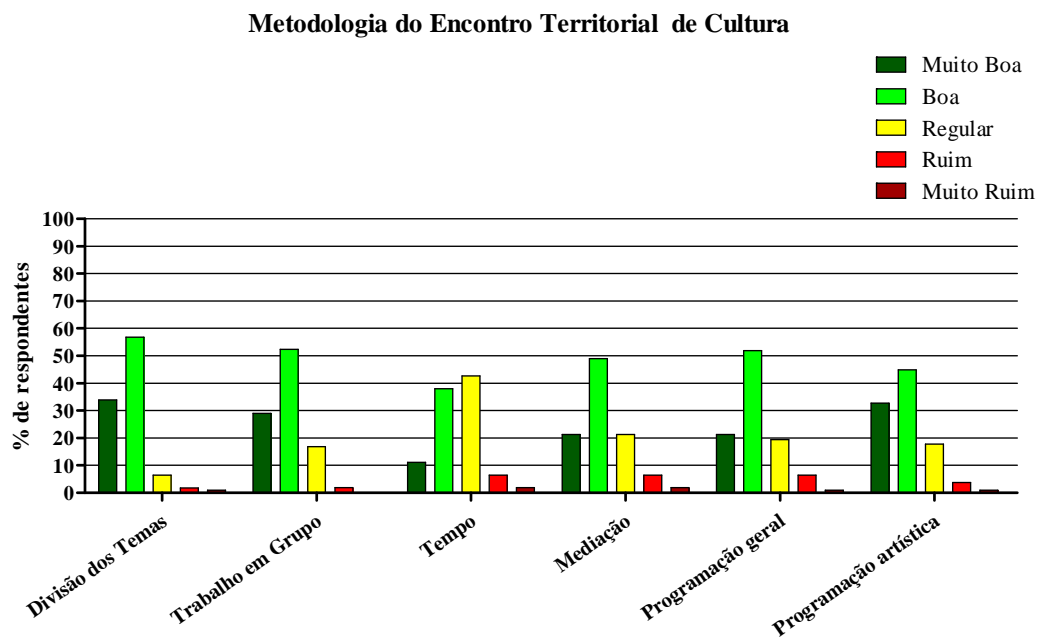


FIGURA 14 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Metodologia do Encontro Territorial de Cultura

Na Conferência Estadual, os participantes também avaliaram como boa tanto a infraestrutura da UEFS para o evento (44%) como a programação dos painéis transversais (63%) e o trabalho nos grupos de discussão das políticas transversais (46%).

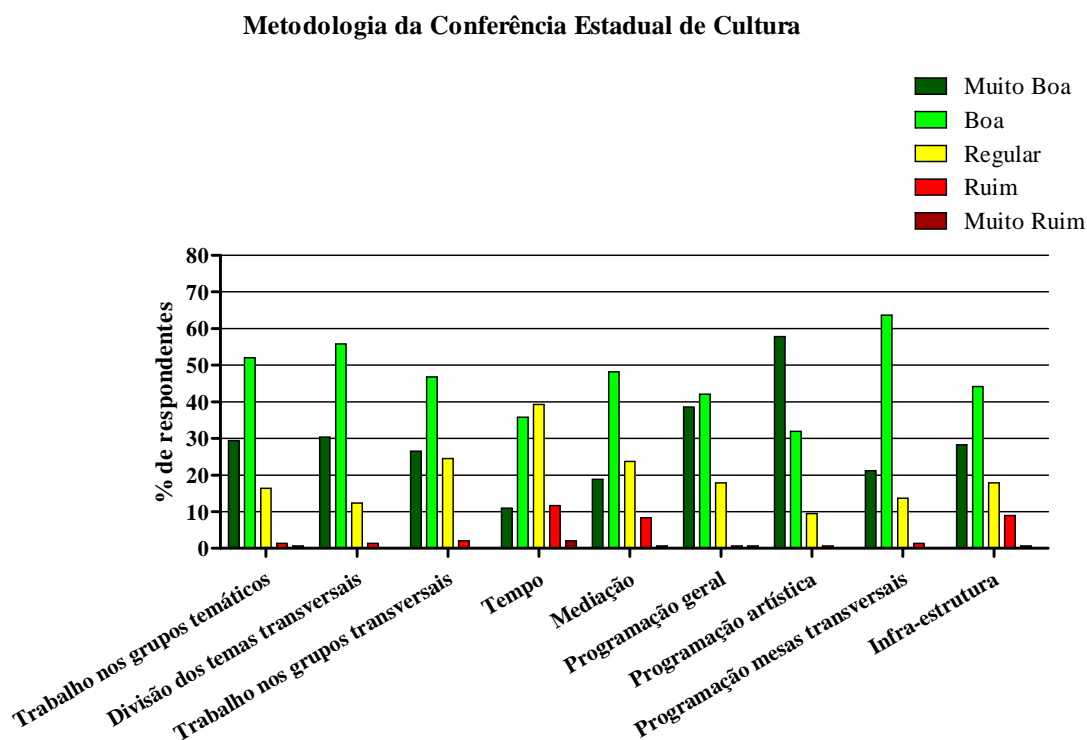


FIGURA 15 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Metodologia da Conferência Estadual de Cultura

Como ressaltamos no primeiro capítulo desta dissertação, para que os mecanismos de escuta pública sejam eficientes e promovam a efetiva democratização da esfera de decisão, é preciso que eles sejam organizados de modo a permitir a participação de pessoas comuns, da população em geral, e não apenas daqueles que já estão acostumados a participar de iniciativas similares. Na opinião dos participantes, o único item da metodologia que mereceu ser avaliado como regular foi o tempo para a discussão das propostas. O tempo é um dos fatores mais importantes para a qualidade da participação social na elaboração das políticas públicas. É preciso que as pessoas tenham tranquilidade para discutirem as propostas e chegarem a consensos, e esta tarefa se torna difícil quando o tempo é insuficiente.

3.4.6 Participação popular

Estávamos interessados em verificar o que os respondentes acharam da participação da população. A finalidade era saber se eles consideraram que os segmentos artísticos, culturais, sociais, entre outros, estavam devidamente representados nos encontros. A mobilização e a participação da população foi considerada entre boa (35%) e regular (33%) no Encontro Municipal. O mesmo ocorreu na etapa territorial, 38% consideraram boa e 35% regular. Na etapa estadual, a participação popular foi considerada boa por 45% dos entrevistados. O percentual de participantes que considerou a participação ruim ou muito ruim foi inferior a 10% em todas as etapas. Para os entrevistados, a participação poderia ter sido melhor se o evento tivesse sido programado com maior antecedência e se a divulgação fosse mais ampla.

Mobilização e participação da população local

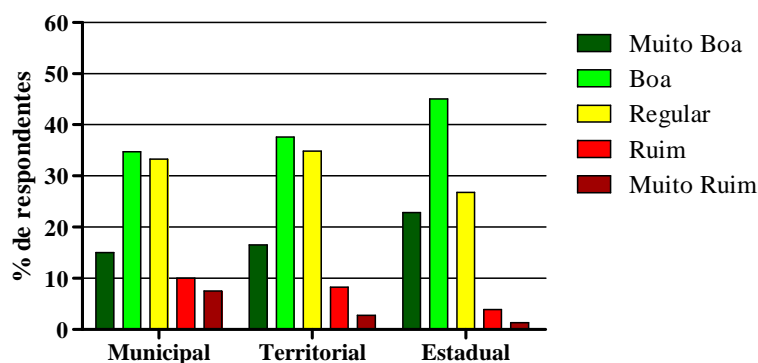


FIGURA 16 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Mobilização e participação da população local

Perguntamos aos entrevistados se eles consideravam importante a participação da população na elaboração de políticas públicas de cultura e pedimos que justificassem as suas respostas. Como era de se esperar, todos os 153 afirmaram que a participação é importante.

Você considera importante a participação da população na elaboração de políticas públicas de cultura?

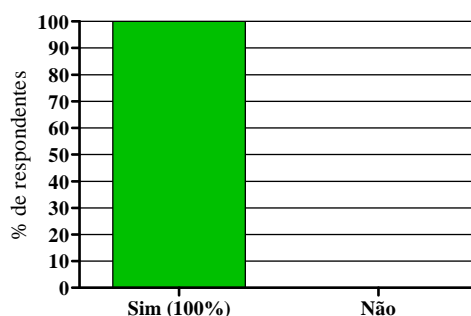


FIGURA 17 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Você considera importante a participação da população na elaboração de políticas públicas de cultura?

Foi possível elencar as justificativas apresentadas pelos entrevistados em dois grupos. No primeiro grupo, separamos as respostas que faziam referência ao fato de que a população é a principal beneficiária das ações do poder público e que, por isso, deveria participar de forma ativa na esfera de decisão sobre as políticas culturais. A comunidade vivencia as dificuldades da produção cultural, principalmente no interior do Estado. Por isso, seus conhecimentos e experiências devem ser aproveitados para garantir que as políticas possam atender efetivamente aos anseios e necessidades da população.

Se o povo não fala o que precisa como o governo pode fazer um bom trabalho, a participação popular é essencial para podermos cobrar depois (2656297, 09/01/2008).

Porque assim é possível a promoção de políticas públicas com os múltiplos olhares, a partir das diversas experiências dos diversos grupos que serão os sujeitos protagonistas da sua história (2645113, 04/01/2008).

Sim, pois nós que vivenciamos e fazemos e mantemos a cultura viva, sem isso não justificaria a cultura no Estado, pois nos gabinetes não existem bolas de cristal para os gestores adivinharem o que precisa ser feito para manter uma cultura tão plural como é na Bahia, viva e deslumbrante (2676989, 17/01/2008).

No segundo grupo, elencamos os entrevistados que fizeram referência aos princípios da cidadania e da democracia para justificar o fato de considerarem importante a deliberação popular.

Fundamental, este já é um desejo antigo pela aplicação da democracia, com a população atuando na formulação das políticas públicas, faltava a prática em nosso Estado. Que bom que pude acompanhar sua concretização! (2658745, 10/01/2008).

A população de modo geral tem que assumir a responsabilidade do seu destino em todos os sentidos, não delegando total e imparcialmente as responsabilidades para os governantes que na maioria das vezes nos envergonham com as suas decisões (2698841, 28/01/2008).

Porque a participação popular é a essência do próprio regime democrático, havendo uma acomodação natural das pessoas por conta do sistema representativo eleitoral, bem como, pela desinformação e baixa escolaridade de contingentes expressivos da população. Por isso o processo de Encontros Municipais e Territoriais preparatórios par Conferências Estaduais nos mais diversos segmentos de políticas públicas deve continuar (2760767, 17/02/2008).

3.4.7 Participação dos poderes públicos

As opiniões dos entrevistados em relação à participação dos poderes públicos no processo de realização da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia se dividem. Na etapa municipal, a maioria dos entrevistados considerou a participação regular (29%). Nos encontros territoriais e na etapa estadual, todavia, os entrevistados avaliaram a participação dos poderes públicos, respectivamente, como boa (35% e 27%) e regular (34% e 25%). É interessante notar que, na opinião dos entrevistados, o nível de envolvimento dos poderes públicos municipais cresceu na medida em que os eventos foram acontecendo. Esse crescimento pode estar relacionado à consolidação da conferência como um trabalho encarado com seriedade pelo Governo do Estado. No primeiro momento, muitos prefeitos e secretários de cultura mantinham certa desconfiança na realização dos encontros para a discussão de propostas, iniciativa nova na gestão pública da cultura na Bahia. A partir do trabalho efetuado nos Encontros Municipais, a confiança e o desejo de participar aumentaram.

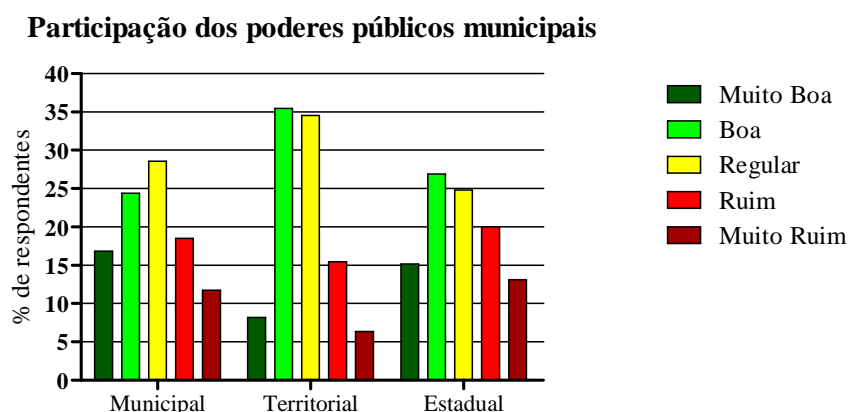


FIGURA 18 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: participação dos poderes públicos municipais

O apoio financeiro das prefeituras foi fundamental para o deslocamento dos participantes para as etapas territorial e estadual. Perguntamos aos entrevistados como eles

custearam as despesas de transporte aos eventos que aconteceram fora da cidade onde residem. Para a etapa territorial, 57% dos respondentes contaram com o apoio da prefeitura, 24% usaram recursos próprios, 4% tiveram apoio da instituição ou do grupo cultural do qual faz parte.

Com que meios financeiros você se transportou até a cidade do Encontro Territorial?

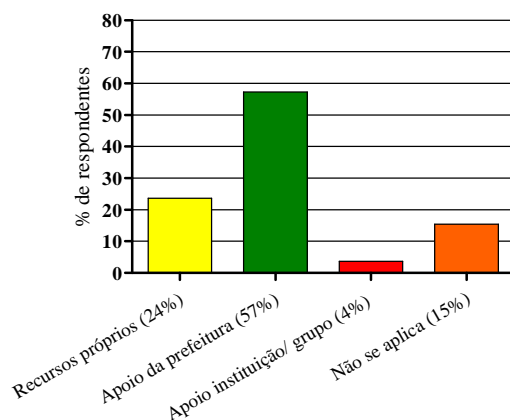


FIGURA 19 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Com que meios financeiros você se transportou até a cidade do Encontro Territorial?

Na Conferência Estadual, as prefeituras apoiaram a ida de 55% dos respondentes. Utilizaram recursos próprios 20% dos participantes e 9% tiveram o apoio de instituições e grupos do qual fazem parte. São residentes em Feira de Santana 16% dos entrevistados.

Com que meios financeiros você se transportou até Feira de Santana para participar da etapa estadual ?

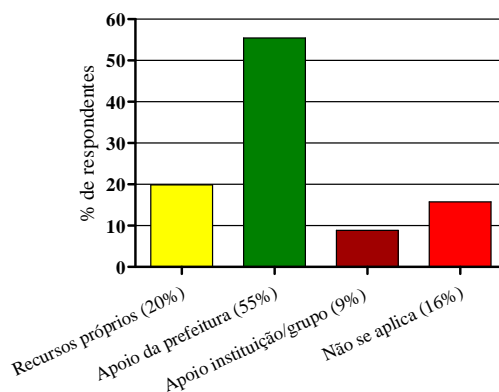


FIGURA 20 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Com que meios financeiros para a Conferência Estadual?

Estes indicadores revelam certa mudança na relação das prefeituras com os processos de participação. Como vimos anteriormente, apenas 20% dos entrevistados eram representantes dos poderes públicos municipais. Portanto, as prefeituras não só enviaram seus representantes como se convenceram da necessidade de apoiar também a participação dos membros da sociedade civil. No entanto, ainda foi grande o número de participantes que arcaram as despesas com recursos próprios.

Por fim, questionamos aos participantes se eles acreditam que a parceria entre os municípios do território para a gestão conjunta de um plano territorial para o desenvolvimento da cultura é possível. 95,5% dos entrevistados responderam que sim, acreditam que a gestão cultural compartilhada entre os municípios de um território é possível. Apenas 4,5% dos entrevistados afirmaram que não acreditam que esta parceria pode se efetivar com sucesso.

Você acredita que a parceria entre os municípios do seu território para a gestão conjunta de um plano territorial para o desenvolvimento da cultura é possível?

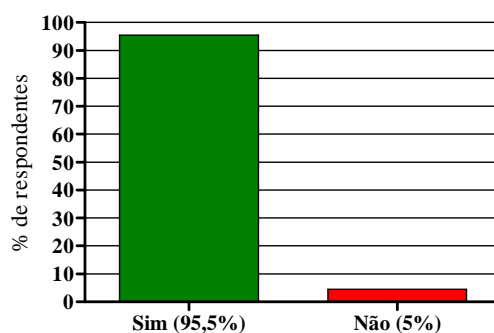


FIGURA 21 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Parceria entre os municípios do território

3.4.8 Democratização da Esfera de Decisão

A II Conferência Estadual de Cultura foi singular na medida em que proporcionou a participação democrática da população na esfera de decisão sobre a cultura. Esta é a opinião de 94% dos participantes que consideram que a Conferência foi um processo democrático. Apenas 6% dos entrevistados responderam negativamente à questão.

Você considera que a II Conferência Estadual de Cultura foi um processo democrático?

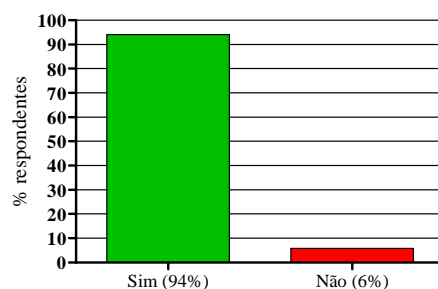


FIGURA 22 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: A II CEC-BA foi um processo democrático?

A iniciativa do Governo do Estado de realizar a II CEC-BA foi considerada muito boa por 86% dos participantes e boa por 12,5%. Apenas 1,5% dos entrevistados respondeu que a iniciativa foi regular. Não foram registradas respostas nos itens ruim ou muito ruim.

Como você avalia a iniciativa do Estado de ter convocado a população para discutir políticas públicas de cultura?

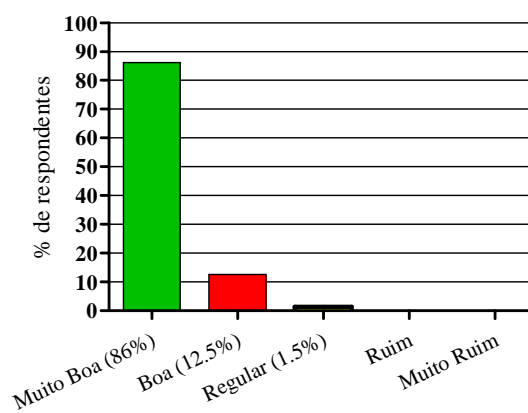


FIGURA 23 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Avaliação da iniciativa do Estado

Questionamos aos entrevistados se eles acreditavam que o processo de realização da II Conferência Estadual de Cultura havia provocado uma mobilização das pessoas na cidade ou no território onde residem para participar de forma mais ativa na gestão da cultura local. 76% dos entrevistados afirmaram que houve mobilização em suas respectivas localidades como resultado da conferência e 24% acham que isso não aconteceu.

Na sua cidade e/ou território, você acredita que o processo de realização da II Conferência Estadual de Cultura provocou uma mobilização das pessoas para participar de forma mais ativa na gestão da cultura local?

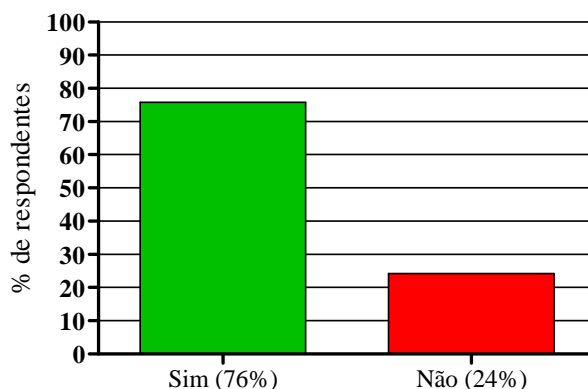


FIGURA 24 – Pesquisa de avaliação II CEC-BA: Mobilização como resultado da II CEC-BA

Verificamos na pesquisa que a grande maioria dos entrevistados acredita que a II Conferência Estadual de Cultura foi um processo democrático. Eles avaliaram como muito boa a iniciativa do Estado de ter realizado uma nova conferência de cultura e acreditam que este processo provocou uma mobilização das pessoas para participarem de forma mais ativa na gestão cultural no local onde vivem. A opinião dos participantes apresentadas nestas três questões legitima o potencial transformador dos mecanismos de participação social na elaboração de políticas públicas de cultura quando organizados visando ao efetivo envolvimento da população.

3.4.9 Resultados dos encontros

Para verificar se os participantes ficaram satisfeitos com as propostas elaboradas durante os encontros, perguntamos qual a opinião deles sobre os resultados e se eles consideram que essas propostas refletem as necessidades culturais do município, do território e do estado. Para cada etapa, dividimos as respostas em: 1. satisfeitos; 2. regularmente satisfeitos; e 3. desconfiados.

Nos Encontros Municipais de Cultura, 80% dos participantes declararam estarem satisfeitos com os resultados do evento; 17% acharam os resultados regulares; e 3% ficaram desconfiados dos resultados.

Como principais motivos para a satisfação, foram citados: as propostas refletiram as discussões nos grupos e as reais necessidades do município; os participantes estavam conscientes e interessados na discussão; o evento contou com a participação dos diversos grupos e instituições culturais da cidade, proporcionando uma interação entre os mesmos; as discussões motivaram um interesse pelas manifestações da cultura local; a metodologia do evento, que permitiu a participação e o envolvimento de todos os presentes.

As propostas foram elaboradas com a participação de todos os segmentos de cultura do município, por isso estão de acordo às necessidades do mesmo (2650556, 07/01/2008).

Encontro participativo, com destaque para a integração territorial dentro do próprio município. Frases do tipo: "não sabia que existia tal manifestação cultural em nosso município", foram freqüentes (2671237, 16/01/2008).

Com certeza refletiram muito principalmente porque foi aberto a todos os grupos, índios, quilombolas, pescadores, grupos folclóricos, artesanatos e toda a sociedade civil (2698914, 28/01/2008).

37% dos respondentes, embora tenham declarado que estavam satisfeitos com os resultados das discussões, fizeram questão de ressaltar alguns aspectos que consideravam relevantes. Muitos declararam receio quanto à concretização efetiva das propostas em seus municípios e outros demonstraram esperança de que estas propostas sejam transformadas em ações.

As propostas refletem, sim, parte de nossa necessidade. No entanto, são propostas inovadoras e que nos deixam bastante esperançosos e com medo: medo de ficar só neste encontro, de nada ou quase nada ir em frente. A gente do interior é muito dependente, até para mantermos nossa cultura... Seria maravilhoso que as propostas apresentadas no encontro fossem discutidas com carinho (2646328, 05/01/2008).

Os resultados refletem os anseios das pessoas que trabalham com cultura no município e as reais necessidades da cidade. Agora vamos ver se o governo estadual vai cumprir a sua parte (2647665, 06/01/2008).

As propostas refletem, sim, mas acredito que será uma tarefa árdua colocá-las em prática (2671006, 16/01/2008).

Também foram citados aspectos como o pouco tempo para discussão das propostas durante o trabalho; a pouca divulgação do evento, que resultou em uma pequena participação da comunidade em geral; e a falta de discussão sobre os métodos de aplicação das propostas. Alguns entrevistados declararam ter ficado decepcionados com as dificuldades de andamento

das discussões dentro dos grupos, o que impediu o avanço das propostas para a discussão de métodos.

Sim, refletem. Porém, um dia deixa apenas a desejar; o tema cultura é muito diversificado, principalmente popular para ser discutido em um dia (2677945, 18/01/2008).

O resultado foi positivo, embora não tenha atingido grande parte da população, aqueles que gostam de arte e valorizam a cultura local, bem como, a universal mostraram interesse em participar e estão tentando mobilizar a sociedade a valorizar a cultura e a arte local (2646531, 06/01/2008).

Sim, mas boas propostas apenas não são suficientes sem métodos efetivos de suas aplicações. Faltou mais discussão sobre esses métodos, mesmo que isso seja, a priori, uma incumbência do poder estadual (2647825, 06/01/2008).

Os resultados foram considerados regulares por 17% dos entrevistados, que declararam que os mesmos refletiam apenas “em parte” ou “de certa forma” as necessidades culturais do município. Também foram citadas: a pouca participação dos segmentos culturais da cidade; a falta de consenso entre os diferentes grupos para votação das propostas; a falta de discussão sobre os planos municipais de cultura; o excesso de apresentações artísticas que “distráram” os participantes; e a falta de articulação entre os grupos após o evento.

Certamente, quando a participação da população é pouca ou quase nada, complica ou não reflete o interesse coletivo, pois poucos decidem por muitos... creio que, na medida do possível, o que propomos atende uma boa parte das necessidades culturais do nosso Município (2673860, 17/01/2008).

Refletem em parte. Tudo foi muito rápido, sem divulgação. Acho que a população não teve a oportunidade de participar efetivamente (2677833, 18/01/2008).

Ficou um pouco em aberto, já que houve muitas apresentações deixando as pessoas um pouco distraídas (2698840, 28/01/2008).

Em 3% das respostas estavam contidos fatores de indignação e descontentamentos diversos. Classificamos estes entrevistados como desconfiados.

Poucas propostas práticas, só participa quem já esta inserido no contexto e o evento não chega à comunidade (2678118, 18/01/2008).

Não pude ficar até o final das apresentações dos grupos de trabalhos, não recebi nenhuma comunicação a respeito, a primeira pessoa que tratou deste assunto comigo foi você, através desta pesquisa (2676989, 17/01/2008).

Ainda espero resultado (2667228, 14/01/2008).

Em relação aos Encontros Territoriais, dos 153 entrevistados pela pesquisa, apenas cinco não responderam positivamente à questão sobre os resultados dos encontros:

Refletem algumas das necessidades (2671554, 16/01/2008)

Deixou a desejar... (2659875, 14/01/2008)

Ainda estou aguardando resultado (26667228, 14/01/2008).

Gostei... porém, muitos dos resultados foram marretados... tendenciosos... visivelmente para fechar um cronograma estourado... inviável... Já as propostas não refletem em todo as necessidades dos segmentos culturais e de seus agentes fazedores de cultura...Sem falar na insanidade, elitista e preconceituosa, da forma como foi imposta, quanto ao acesso dos recursos... privilegiando em demasia Salvador e esquecendo de forma xenófobica o interior...Isso é um absurdo (681984, 11/02/2008).

Em parte, sim. Os resultados foram de acordo com o desejo de quem estava lá, representando formalmente ou não os municípios. Não percebo, de maneira geral, que o resultado reflita fielmente as necessidades, entretanto acredito ter sido avanço enorme o formato de consulta, a discussão e os resultados obtidos (2735961, 14/02/2008).

Todos os outros entrevistados consideraram que as propostas produzidas nos Encontros Territoriais refletem as necessidades culturais dos Territórios. Porém, alguns se declararam receosos quanto à aplicabilidade das propostas e outros reclamaram, novamente sobre a participação da população, que poderia ter sido maior se o evento fosse melhor divulgado; sobre o pouco tempo para a discussão das propostas; e que, em alguns casos, o interesse individual dos municípios era maior que o interesse territorial.

Com certeza. Cada cidade expôs muito bem as necessidades para o desenvolvimento e crescimento da cultura nos territórios como também da valorização de ambos os níveis dentro de vários temas apresentados nos grupos temáticos (2671020, 16/01/2008).

Acredito que as necessidades dos territórios foram abordadas com clareza e espero que o poder público cumpra suas promessas e a sociedade civil reivindique o que lhe é de direito quanto ao acesso à cultura e lazer de qualidade (2645113, 04/01/2008).

Sim. Mas poderiam ter sido mais amplas se o encontro tivesse mais tempo para se realizar e uma divulgação maior (2645136, 04/01/2008).

Sim, porém alguns municípios ficaram mais ligados nas necessidades individuais em detrimento das coletivas (2651594, 08/01/2008).

As respostas concedidas sobre os resultados da Conferência Estadual revelam que a maioria dos participantes (78%) ficou satisfeita com a etapa final do processo. Alguns entrevistados declararam que a II CEC-BA pode ser considerada um marco para as políticas culturais na Bahia.

Não tenho dúvida! Todos os temas que foram discutidos na conferência Estadual de Cultura será enriquecedor para o desenvolvimento de políticas públicas para a cultura do Estado da Bahia. O Governo está de parabéns, também o Secretário de Cultura, pelo apoio ao cultural e pela participação diária na Conferência Estadual de Cultura, junto com o povo em todos os momentos.

A Conferência Estadual foi um marco nos seguintes aspectos: valorização das culturas regionais, democracia e participação popular e resgate da auto-estima das diversas expressões culturais (2698845, 28/01/2008).

Acredito que este foi um momento histórico de escuta, especialmente do interior do Estado que sempre estive alijado das políticas de cultura. Foi um primeiro passo com boas perspectivas para o presente e o futuro (2658032, 10/01/2008).

17% dos entrevistados que declararam satisfação em relação ao resultado, todavia expressaram alguns fatores que condicionam esta satisfação. O principal fator apontado foi a incerteza quanto à aplicabilidade das propostas e a capacidade do Governo do Estado de torná-las efetivas em todos os territórios baianos.

Refletem. O que se espera agora é que o Governo estadual passe do discurso à ação (2646364, 05/01/2008).

As necessidades da Bahia foram apresentadas com responsabilidade e muita esperança de ações efetivas para realização das propostas, que espero sejam postas em prática (2646531, 05/01/2008).

Os insatisfeitos com os resultados foram 5% dos entrevistados. Em quase todas essas respostas os motivos apresentados para justificar a insatisfação estão ligados ao descontentamento quanto à infra-estrutura de realização do evento e à qualidade da participação. Alguns alegaram que muitos participantes estavam descompromissados com o trabalho que estava sendo realizado.

O encontro foi importante. O ruim foi desnivelamento dos participantes, a falta de cumprimento dos horários e o pouco tempo para discutir assuntos tão sérios. Acredito que grande parte das propostas não reflete as necessidades culturais do Estado da Bahia (2656236, 09/01/2008).

Não vi bons resultados. A infra-estrutura deixou a desejar, apesar da organização da Sec. de Cultura. O espaço não foi legal. As pessoas não se concentravam (2700765, 28/01/2008).

Tendo em vista a quantidade de propostas elaboradas nas três etapas, perguntamos aos entrevistados quais são as suas expectativas quanto ao que será feito com os resultados da II Conferência Estadual de Cultura. Do total de respondentes, 57% esperam que as propostas sejam efetivadas. Neste grupo, é possível dividir aqueles que afirmam que todas as propostas devem ser colocadas em prática e os entrevistados que acreditam que a efetivação das propostas não se dará completamente.

Espero que tudo que foi colocado seja realmente feito; assim, teremos uma sociedade mais ativa neste processo (2664706, 14/01/2007).

As melhores possíveis. Espero que tanto a sociedade como o Governo Estadual se mobilizem no sentido de materializar as propostas da conferência (2645092, 04/01/2008).

Acredito na boa intenção do Secretário de Cultura, Sr. Márcio Meirelles. Se o mesmo continuar à frente desta Secretaria, quem sabe um pouco do que foi proposto pode acontecer (2647665, 06/01/2008).

Os participantes que esperam que pelo menos parte das propostas se torne ações do governo explicaram que alguns fatores como o curto espaço de tempo e os escassos recursos financeiros da pasta da cultura podem dificultar a efetivação total das propostas.

Que nossos governantes cumpram o tratado ou pelo menos boa parte dele, como os itens considerados prioritários e fundamentais para a verdadeira afirmação que a Bahia é movida pela cultura, sem distinção (2673860, 17/01/2008).

Que seja efetuado pelo menos 40% do que foi discutido. Que não fique apenas no papel e no imaginário das pessoas. Que se realize, mesmo em menor escala, mas que os primeiros passos sejam dados (2650458).

Não será um espetáculo da prática de propostas, pois seria um custo muito alto e muito tempo para estabelecê-las. Contudo, diante das necessidades e cobranças da população em geral, viu-se a resolução das questões de maior carência e provavelmente serão institucionalizadas. Se o governo se recusar ou mesmo negligenciar as propostas prioritárias, se colocará em "xeque" e haverá retaliações contraditórias de caráter revolucionário institucionalizado, pois o mesmo governo colocou "sua cara a tapa" ao colocar o povo para propor (2646721, 05/01/2008).

Entre os entrevistados, 21% esperam que a descentralização dos recursos e ações seja um dos resultados da Conferência.

Que as políticas de cultura possam estar cada vez mais descentralizadas e menos burocráticas para que se tornem acessíveis às diversas camadas sociais da Bahia (2645113, 04/01/2008).

Espero que sejam tomadas as medidas necessárias para que no decorrer do tempo a Bahia ganhe uma "CARA NOVA" em relação à cultura, que sejam reconhecidas e valorizadas igualmente, tanto a cultura da Capital quanto a do interior e que os anseios dos artistas e grupos culturais sejam atendidos (2646531, 05/01/2008).

Papel aceita tudo. Minha expectativa é que as ações saiam do papel e cheguem ao interior do Estado (2656236, 09/01/2008).

10,5% dos entrevistados citaram ainda a democratização do acesso aos bens e serviços culturais como expectativa.

Nossa expectativa é que o Governo estabeleça canais que tornem mais fáceis os acessos dos atores culturais (dirigentes, mobilizadores e mestres) na aplicação de recursos e das políticas sugeridas e aprovadas no encontro (2648367, 06/01/2008).

Eu acredito que a realização da II Conferência vai contribuir muito no processo de democratização dos investimentos e na construção de cultura no nosso Estado (2677945, 18/01/2008).

Bem próximo ao percentual anterior, 9,5% das respostas apontaram como expectativa dos participantes a efetivação da parceria entre as três esferas do poder público e a sociedade civil, com a manutenção dos canais de diálogo.

Que haja uma parceria entre governos estadual e municipal no sentido de criar fomento (267810, 18/01/2008).

Que se criem espaços, fóruns permanentes de discussão e acompanhamento das mesmas e que se crie alguma forma de devolução mais direta à população, não apenas através de propaganda, mas de encontros com a presença de representantes da SECULT, manutenção de mobilizadores, entre outros (2658032, 10/01/2008).

Um retorno freqüente da Secretaria de Cultura sobre o andamento da execução das propostas. A realização do maior número de propostas possíveis em cada área e a justificativa da não realização de algumas delas. Para as propostas de difícil execução, a apresentação de soluções que sejam equivalentes às propostas; que promova a viabilidade (2671544, 16/01/2008).

Por fim, três respondentes afirmaram que não acreditam que a realização da conferência gere resultados positivos em âmbito municipal, territorial ou estadual.

Acho que muito pouca coisa será levada a sério. A Conferência serve apenas para dar ares de democracia ao governo (2657276, 09/01/2008).

Honestamente, já estou me questionando se tudo aquilo já não foi engavetado (2703252, 29/01/2008).

Não acredito em mundo mágico (2733005, 10/02/2008).

As principais expectativas dos participantes quanto aos resultados práticos da II Conferência Estadual de Cultura são: a efetivação das propostas, completamente ou em parte; a descentralização dos recursos e ações; a democratização do acesso aos bens e serviços culturais; e a parceria entre o poder público e a sociedade para manutenção dos canais de diálogo. Podemos notar que as expectativas dos participantes coincidem de forma geral com as linhas de ação propostas pela Secretaria, das quais falamos no capítulo anterior: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização, diálogo e transparência.

Ainda assim, as respostas dos entrevistados revelam o grande desafio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Permeia todas as respostas uma preocupação quanto à aplicabilidade das propostas, e o potencial e interesse do Governo do Estado em efetivá-las. A II CEC-BA provocou uma mobilização dos agentes culturais sem precedentes na história da gestão pública da cultura na Bahia. Entretanto, esta participação também gerou grandes expectativas. Portanto, o Governo do Estado precisará analisar cuidadosamente como vai responder às novas (e velhas) demandas registradas na Conferência. Pelas respostas, é

possível inferir que boa parte dos participantes estão conscientes quanto às limitações financeiras, burocráticas e de tempo que o órgão estadual de cultura enfrenta. Entretanto, eles esperam que ações sejam efetivadas de forma a incentivar mudanças na gestão local da cultura e, principalmente, esperam que o canal de interlocução seja mantido. Neste caso, não estamos falando de programas de governo, mas de comunicação.

3.4.10 Cultura é o quê? – as respostas de quem faz cultura

A campanha publicitária da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia convocava a população para refletir a questão “Cultura é o quê?” e discutir conjuntamente a cultura dos municípios, dos territórios e do Estado. Este intuito de construção coletiva está presente já no pronunciamento do secretário Estadual de Cultura, Márcio Meirelles:

Cultura é o quê? Essa é uma pergunta com muitas respostas, mas a gente precisa construir, juntos, essas respostas. E estamos aqui para isso, para perguntar principalmente qual o papel do Estado em relação à cultura. Para perguntar como é que o ele pode avançar junto com a população na construção de políticas públicas para que a cultura numa comunidade, numa cidade, nele como um todo, tenha de fato o seu papel assegurado, papel de promotora e propulsora do desenvolvimento humano. Não é possível desenvolvimento econômico sem desenvolvimento humano e é assim que essa nova administração do Estado entende o papel da cultura⁴².

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, existem distintos conceitos e usos da palavra cultura em voga na contemporaneidade. A cultura possui caráter transversal, pois perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, o termo é utilizado em áreas multidisciplinares de conhecimento, o que amplia o leque de possibilidades de compreensão da cultura. A provocação feita de forma intrigante pela Secretaria Estadual de Cultura colocou a questão em um lugar central nas discussões durante o processo de realização da conferência e estimulou a reflexão sobre o significado da palavra cultura.

Durante os eventos municipais, territoriais e na etapa estadual foi possível perceber os participantes questionando ou respondendo à referida pergunta. Muitas compunham músicas, poesias, versos e trovas buscando responder o que é cultura, como no texto abaixo:

⁴²Trecho extraído do pronunciamento do Secretário Estadual de Cultura, Márcio Meirelles, no vídeo de apresentação da II Conferência Estadual de Cultura.

Cultura é o quê?

Cultura são mãos empoeiradas, pés rachados, no chão, árido, seco, mas com uma esperança de que tudo vai melhorar.

Cultura são mãos calejadas da roça, sofrida, da criança brincando de esconde-esconde, de bolinhas de gude, de pião, arrastando a bunda no chão, das roupas rasgadas, mas feliz com apenas um pedaço de pão.

Cultura é mulher rendeira, oleira, tecendo tricô, crochê, costurando cobertor de tacos de panos. É valorizar a vida das pessoas conforme seus princípios, sua criação... mais o amor valendo em tudo para superar os mal tratos as dores... e você se vê valorizado pelo que é, faz, e projeta.

Cultura é tudo que você imagina, realiza, sonha, projeta e ajuda a transformar realidades.

Joeldo Santana
São José do Jacuípe-BA, 22/01/2008⁴³.

Na pesquisa de participação na II Conferência Estadual de Cultura, repetimos a pergunta “Cultura é o quê?” com o objetivo de registrar as respostas e identificar qual a percepção que os participantes tinham sobre a cultura. Para analisar as respostas, buscamos primeiramente reunir os termos que aparecem de forma freqüente. Depois, classificamos as respostas de acordo com as três compreensões de cultura que apresentamos no primeiro capítulo: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; 3) fator de desenvolvimento humano.

As expressões que mais aparecem nas respostas são: “tudo”, “vida” e “povo”. Fala-se quase sempre de cultura como “expressão de um povo”, “tradição de um povo”, “manifestação popular espontânea e legítima” e “saber popular”. Também são constantes nas respostas as seguintes palavras: herança, tradição, costumes, hábitos e valores.

[Cultura] são todas as manifestações artísticas e expressões coletivas, hábitos e costumes de um povo. Tudo aquilo que identifica "uma gente" com podo de uma terra, o que é peculiar a determinado grupo (2646531, 05/01/2008).

Cultura e o que se vive a cada dia é a historia de um povo e o que este deixa para posteridade (2671058, 16/01/2008).

É toda e qualquer manifestação expressa pelo povo, independente dos recursos despendidos para que ela aconteça (2646364, 05/01/2008).

⁴³ Texto enviado pelo autor à pesquisadora, por e-mail, durante a pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura.

Na maioria das respostas, podemos notar a presença forte de uma concepção que identifica cultura com os modos de vida que caracterizam uma coletividade, numa aproximação à dimensão antropológica da cultura.

Cultura está ligada com tudo o que o homem produz, faz e pensa. Ações, hábitos, crenças, valores, pensamentos e as relações que temos com tudo e todos que nos cerca (2657353, 09/01/2008).

Toda produção material e simbólica que possui significados para uma comunidade, um grupo social ou um povo é cultura, a meu ver (2671009, 16/01/2008).

A Cultura é a nossa vida. Todos os nossos movimentos, costumes, gestos e modo de viver serão também a nossa cultura. Cultura é o povo, é uma mistura de raça (2671020, 16/01/2008).

Uma colcha de "fuxico" ilustra bem o que penso sobre cultura: a união de diversos aspectos, a princípio distintos entre si, constituintes da alma de um povo, ou de um grupo, que servem como um reforço à afirmação de sua identidade (2647825, 06/01/2008).

É interessante notar que mesmo nas respostas que identificam cultura como obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento, há sempre uma ressalva que associa “arte” com “povo”.

São todas as manifestações artísticas, que caracterizam um povo, sua língua, sua música, sua poesia, sua dança, seus ritmos, sua escrita, suas esculturas, suas pinturas, que não são efêmeras e sim atemporais, que resistem ao longo dos tempos e ao padrão de cultura descartável e passageiro da Grande Mídia (2698841, 28/01/2008).

Cultura é a dança, a música, o terno de reis, os bumbeiros enfim é a demonstração de tudo de bom e belo que temos na Bahia (2671544, 16/01/2007).

É arte popular (2702352, 29/01/2008).

Dos 151 entrevistados que responderam a esta questão aberta, foram poucas as respostas que identificaram cultura com erudição ou conhecimento.

Cultura é estar bem informado acerca das questões sócio-políticas da cidade, estado, etc... isto é cultural, cultura é informação (2671017, 16/01/2008).

Cultura é conhecimento, é saber (2671154, 16/01/2008).

O que podemos inferir das respostas é que a definição mais aceita pelos respondentes da pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura é aquela que identifica cultura com os modos de vida que caracterizam uma coletividade, onde todos os sujeitos são produtores da cultura. Poucos entrevistados fizeram menção a um conceito restrito ligado às práticas e atividades artísticas que compõem o sistema de produção da indústria cultural. Também foram poucas as respostas que apresentavam uma compreensão da cultura como

conhecimento intelectual adquirido, conceito que teve suas origens na teoria evolucionista de civilização dos teóricos franceses. Ao contrário, observamos uma repetição de palavras e expressões que relacionam “cultura” e “povo”.

Tendo em vista o que vimos neste trabalho sobre a evolução do conceito de cultura e sobre a história das políticas culturais brasileiras, estas respostas podem significar algo? A compreensão dos entrevistados sobre o que é cultura pode representar que a mudança no conceito de cultura que está em voga na contemporaneidade pode ter extrapolado os meios acadêmico, intelectual e artístico. Os participantes da II CEC-BA estão convictos de que fazem cultura através de seus costumes e tradições. Esta compreensão pode também ser resultado da campanha “Cultura é o quê?”, que estimulou os participantes da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia a refletir sobre os muitos significados da palavra cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Este é o momento zero de um novo ciclo
e a única força que pode destruir isso é a nossa força.
Não dá mais para voltar".*

Márcio Meirelles, no encerramento da II Conferência Estadual de Cultura.

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que a participação da população nos processos de elaboração de políticas públicas de cultura tem resultados práticos. O envolvimento dos cidadãos contribui para que os serviços prestados sejam mais eficazes na medida em que correspondem à percepção que os beneficiários têm de suas próprias necessidades. Ademais, ao invés de aguardar passivamente por benfeitorias governamentais, a comunidade intervém ativamente, buscando o atendimento de suas demandas. Os setores marginalizados se incorporam à vida social por “direito próprio e não como convidados de pedra”, como citado por Bordenave (2002, p.20).

Todavia, resguardada a importância dos resultados efetivos do envolvimento popular na esfera de decisão, é mister ressaltar os resultados subjetivos deste processo. Em primeiro lugar, ao perceber que a participação nas discussões provoca modificações diretas no meio em que vive, o cidadão passa a fazê-lo constantemente. Como resultado, esta participação objetiva pode levar a um maior envolvimento nas questões políticas e sociais. Este é um processo de aprendizagem, um mecanismo que pode contribuir para a emancipação individual, para o empoderamento do cidadão que passa a provocar modificações tanto no nível micros social, na família, no grupo de amigos, na vizinhança ou em associações e cooperativas; quanto no nível da macroparticipação, quando a pessoa toma parte nas lutas sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Em segundo lugar, a participação amplia a esfera de decisão, que no sistema representativo ficou restrita aos políticos profissionais. Na medida em que este processo se

torna contínuo, as pessoas passam a cobrar dos poderes públicos a efetivação de canais de diálogo. Assim, a participação pode se tornar um caminho para o fortalecimento da democracia, incluindo a universalização da cidadania, composta pelos deveres e pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O objeto de investigação desta dissertação, a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, é capaz de fornecer subsídios para pesquisas acadêmicas com inúmeros recortes. O processo foi dividido em três etapas subsequentes: Encontros Municipais de Cultura, Encontros Territoriais de Cultura e Conferência Estadual. Foram realizados 390 encontros municipais, o que representa 94% do total de 417 municípios da Bahia. Estiveram presentes nestes eventos 36.554 pessoas. Por sua vez, os encontros nos 26 Territórios de Identidade contaram com a presença de 3.833 pessoas de 387 municípios, o que representa 84% do total. Em seis territórios, registrou-se a participação de 100% dos municípios integrantes: Bacia do Paramirim, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Recôncavo, Médio Rio de Contas e Região Metropolitana de Salvador. Na Conferência Estadual, foi registrada a participação de 2.042 pessoas, sendo 1.465 participantes inscritos e 577 artistas de grupos que se apresentaram nas celebrações culturais. Ou seja, 42.429 pessoas responderam à convocação pública para a elaboração de políticas culturais para o Estado.

Ao finalizar este longo percurso de pesquisa, podemos afirmar, categoricamente, que o processo deflagrado pela II CEC-BA para a elaboração de políticas com a participação da população representa um marco para a gestão pública da cultura na Bahia. Entretanto, quando decidimos realizar esta investigação, focamos a atenção para os possíveis resultados subjetivos que este processo poderia alavancar. Estávamos movidos por um profundo interesse em perceber qual é a opinião das pessoas que participaram do processo. A II CEC-BA contribuiu para o fortalecimento da gestão cultural na Bahia? Foi um processo de aprendizagem e crescimento para os participantes? Motivou posteriormente a atuação autônoma dos agentes culturais?

Para obter as informações que nos permitiram analisar a participação social na II CEC-BA, realizamos um *survey online*. A pesquisa foi realizada entre os dias 04 de janeiro e 17 de fevereiro de 2008. Enviamos convites com o link do questionário, por e-mail, para 692 pessoas nos dias 04/01, 14/01, 21/01, 28/01 e 10/02. Destas, 430 pessoas responderam ao questionário, o que representa 29% dos inscritos na etapa estadual e 62% dos possíveis respondentes, o total de participantes que forneceram endereço eletrônico no ato da inscrição. Excluindo-se os questionários inválidos, a pesquisa foi respondida completamente por 153

peçoas, o que representa 10% do total de inscritos na Conferência Estadual e 22% dos participantes que forneceram e-mail. A amostra de 10% contempla participantes de 89 diferentes municípios baianos, que representam os 26 Territórios de Identidade.

A análise das questões fechadas foi efetuada através do percentual de respostas de cada item: muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim. Nas questões abertas, optamos por um procedimento analítico de identificação da ocorrência de palavras e termos significativos nos comentários dos entrevistados. Classificamos as respostas de acordo com a frequência de termos que a identificavam com determinadas questões ou pontos de vista. Assim, foi possível agrupar as opiniões que revelavam diferentes posicionamentos.

Com base nos resultados da pesquisa, foi possível constatar que as pessoas que responderam à convocação governamental e se dedicaram durante alguns dias à discussão da temática da cultura na etapa estadual possuem entre 18 e 68 anos, com média de idade de 33 anos. Observou-se uma presença maior do sexo masculino (60%). Quanto à cor/raça, houve um equilíbrio entre os participantes que se declararam pardos (39%) e negros (35%). No que se refere ao grau de escolaridade, 21% têm nível médio concluído e 69% dos entrevistados já cursaram ou estão cursando o nível superior, sendo que deste total 16% já concluiu uma pós-graduação. A renda média de 33% dos participantes varia entre um e dois salários mínimos (entre R\$ 350,00 e R\$ 700,00; na época).

Em relação à ocupação profissional, a maioria dos participantes são professores (32%), funcionários públicos (15%) ou atuam na área cultural (22%). Quando perguntamos em qual grupo de representantes que participaram da II CEC-BA os respondentes se enquadravam, 40% declararam ser profissionais da cultura (produtores culturais, gestores e artistas); 20% são representantes dos poderes executivo, legislativo ou judiciário municipal; 19% fazem parte de movimentos sociais (instituições, ONG`s, OSIP`s, etc); e 16% são representantes da sociedade civil que não são profissionais da cultura e não representam movimentos sociais. A partir deste dado, constatamos que a maioria dos participantes atuam na área da cultura. Os percentuais de participação de professores e funcionários públicos em contraste com o fato de que a maioria se identificou como profissional da cultura na segunda questão indica que boa parte destes profissionais não atuam exclusivamente na área artística, mantendo outra profissão. Para muitos, como é difícil conseguir se sustentar financeiramente com recursos advindos da prática artística profissional, é preciso manter outros empregos formais como fontes de renda.

Os entrevistados afirmaram que os principais motivos para a participação nos encontros foram: 1. vontade de participar na elaboração de políticas públicas de cultura; 2. preocupação com o desenvolvimento da cultura nos municípios onde residem e nos territórios; 3. interesses pessoais ou profissionais, incluindo a busca de informações e a articulação com outros agentes culturais do município, do território e do estado. As respostas revelam que os participantes conhecem as possibilidades de obter resultados diretos e subjetivos através da participação popular.

A maioria dos respondentes expressou desejo pessoal de compartilhar das decisões sobre as políticas públicas de cultura. Eles estavam dispostos a tomar decisões sobre a vida de todos no tempo em que poderiam estar tratando de assuntos pessoais. Estavam conscientes de que o papel do cidadão vai além da obrigação de votar e do direito de ver votado e não estavam considerando que a elaboração de propostas para a melhoria das condições de vida é apenas papel dos representantes políticos eleitos pelo voto. Os outros dois motivos citados – o desenvolvimento dos locais onde vivem e a construção de redes de relacionamento – demonstram o reconhecimento de que a participação deles é fundamental para que as ações públicas sejam mais eficazes e condizentes com a realidade local, e que este processo pode fortalecê-los enquanto cidadãos e profissionais.

Perguntamos aos entrevistados se eles consideravam a participação da população na elaboração de políticas públicas importante e pedimos que justificassem. Todos os entrevistados responderam que sim. As justificativas declaradas coincidem com as respostas sobre a motivação para participar da II CEC-BA. Foram apontadas duas razões principais. Primeiro, por que a população vivencia as dificuldades da produção cultural, principalmente no interior do Estado. Por isso, seus conhecimentos e experiências devem ser aproveitados para garantir que as políticas sejam eficientes. Segundo, por que a participação é um dos princípios da democracia, que prevê uma relação horizontal dos cidadãos com os poderes públicos.

Vimos no primeiro capítulo que a mera execução de instrumentos de participação social pode não resultar na ampliação do acesso popular à esfera de decisão pública. Isto pode acontecer se estes mecanismos: 1. contarem apenas com o envolvimento de membros de grupos que já se organizam politicamente e que tenham a pré-disposição de se envolverem em iniciativas de participação; 2. se a metodologia utilizada nestes encontros não for acessível aos participantes ou se os indivíduos não estiverem preparados para contribuir na elaboração de políticas públicas, tendo em vista fatores como baixo grau de escolaridade, desinteresse

pelas questões políticas e falta de informações sobre o funcionamento do aparato estatal; 3. se não houver participação dos poderes públicos e real vontade política de colocar as contribuições dos participantes em prática. Utilizamos as respostas concedidas pelos entrevistados para analisar a relação da II CEC-BA com estes três critérios.

Para começar, analisamos se o público da conferência foi restrito a pessoas com atuação na cultura ou em áreas afins. Os mobilizadores culturais, representantes da Secretaria Estadual de Cultura que atuaram na organização e na divulgação dos encontros nos Territórios de Identidade, foram responsáveis pela divulgação direta para 39% dos participantes. Apenas 12% das pessoas ficaram sabendo através da publicidade. A grande maioria obteve informações no meio cultural através de: grupos ou instituições culturais (27%), do boca à boca (13%), do informativo online da SECULT (6%) e de eventos anteriores realizados pela Secretaria (3%). Podemos constatar que as informações sobre os eventos circularam de forma ampla nos meios culturais. Como já mencionado acima, 16% dos entrevistados declararam não possuir vínculos com as áreas social ou cultural.

Tendo em vista o princípio de que os mecanismos de escuta devem contribuir para alterar o nível e o grau de participação política de parte da população que sempre se manteve afastada da esfera de decisão, podemos concluir que a II CEC-BA cumpriu este papel. Vale ressaltar, no entanto, que o número reduzido de entrevistados que declararam que ficaram sabendo da Conferência através da publicidade pode significar que maiores investimentos nos meios de comunicação de massa poderiam ter resultado na atração de parcela mais expressiva da população em geral. Os entrevistados avaliaram como boa e regular a mobilização e a participação da população e afirmaram que esta poderia ter sido melhor se o evento tivesse sido programado com maior antecedência e se a divulgação fosse mais ampla.

O segundo ponto questiona as metodologias utilizadas pelos mecanismos de participação, um importante fator a ser avaliado tendo em vista que o processo de realização de uma conferência pode se constituir em um desafio para a participação efetiva caso a metodologia não seja clara e o evento bem organizado. Como ressaltamos anteriormente, para que os mecanismos de escuta pública sejam eficientes e promovam a efetiva democratização da esfera de decisão, é preciso que eles sejam organizados de modo a permitir a participação de pessoas comuns, da população em geral, e não apenas daqueles que já estão acostumados a participar de iniciativas similares.

No caso da II CEC-BA, a metodologia foi considerada pelos entrevistados como muito boa e boa em relação a: divisão dos temas, organização dos trabalhos em grupo, mediação, programação e infra-estrutura (etapa estadual). O único fator que foi considerado regular pela maioria dos entrevistados, nas três etapas, foi o tempo para discussão das propostas. Este é um dos fatores mais importantes para a qualidade da participação social na elaboração das políticas públicas. É preciso que as pessoas tenham tranquilidade para discutirem as propostas e cheguem a consensos e esta tarefa se torna difícil quando os participantes estão sendo pressionadas em relação ao tempo. Portanto, a II Conferência Estadual de Cultura foi eficiente nos aspectos da divisão dos temas, organização dos trabalhos em grupo, mediação, programação e infra-estrutura; porém deixou a desejar com relação ao tempo para discussão das propostas.

Por fim, no terceiro critério vimos que é fundamental que haja envolvimento dos poderes públicos e real vontade política para colocar as contribuições dos participantes em prática. A iniciativa do Governo do Estado de realizar a II CEC-BA foi considerada muito boa por 86% dos participantes e boa por 12,5%. Apenas 1,5% dos entrevistados respondeu que a iniciativa foi regular. Não foram registradas respostas nos itens ruim ou muito ruim. As opiniões dos entrevistados em relação à participação dos poderes públicos municipais no processo se dividem. Na etapa municipal, a maioria considerou a participação regular (29%). Nos encontros territoriais e na etapa estadual, todavia, os entrevistados avaliaram que a participação dos poderes públicos ficou entre boa e regular. É interessante notar que, para os entrevistados, o nível de envolvimento dos poderes públicos municipais cresceu na medida em que os eventos foram acontecendo. Esse crescimento pode estar relacionado à consolidação da conferência como um trabalho encarado com seriedade pelo Governo do Estado. No primeiro momento, muitos prefeitos e secretários de cultura mantinham certa desconfiança na realização dos encontros para a discussão de propostas, iniciativa nova na gestão pública da cultura na Bahia. A partir do trabalho efetuado nos Encontros Municipais, a confiança e o desejo de participar aumentaram. O apoio financeiro das prefeituras foi fundamental para o deslocamento da maioria dos participantes para as etapas territorial (57%) e estadual (55%).

No segundo capítulo desta dissertação traçamos o panorama do contexto político que precedeu à realização da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, nos âmbitos nacional e estadual. Esta contextualização histórica foi necessária para que pudéssemos compreender as vicissitudes da relação entre política cultural e participação social no Brasil e na Bahia, bem

como as alterações ocorridas no quadro político do país a partir da eleição do governo Lula, em 2002.

Ao realizarmos um retrospecto das políticas culturais vimos que o envolvimento popular na esfera de decisão foi pouco incentivado. Em âmbito federal, no Estado Novo (1930-1945), que inaugurou a ação governamental na área da cultura, os investimentos tinham como foco unir o país em torno do poder central e construir um sentimento de “brasilidade”. Na Ditadura Militar (1964-1985), a cultura popular era vista como elemento central na garantia da integração nacional, de acordo com o interesse do grupo no poder. Já no período neoliberal (1985-2002), a cultura foi submetida à lógica de mercado através das leis de incentivo fiscal, privilegiando projetos com potencial de obter visibilidade midiática e excluindo as iniciativas amadoras, experimentais ou de cunho social.

Apenas no governo do presidente petista Luis Inácio da Silva, iniciado em 2003, observamos sinais de uma política voltada para a cidadania cultural. Entre as mudanças propagadas e instaladas pela gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, vale destacar: 1) o alargamento do conceito de cultura, que passou a ser compreendida a partir de uma concepção mais próxima da visão antropológica; sendo assim, 2) o público alvo das ações governamentais foi deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retomou o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade para a gestão das ações.

A participação social foi desenvolvida neste governo através de escutas públicas realizadas pelo Ministério da Cultura e das Câmaras Setoriais, instâncias de diálogo entre entidades governamentais e representantes dos segmentos artísticos. O destaque ficou por conta da 1ª Conferência Nacional de Cultura, que reuniu um total de 60 mil pessoas das diversas áreas culturais de todas as regiões brasileiras para a discussão de propostas que deverão compor o Plano Nacional de Cultura.

Na Bahia, em alguns momentos, a forma como o governo administrou o setor cultural foi reflexo da política implantada no Governo Federal. No período da ditadura militar, além da repressão aos artistas baianos que não foram cooptados pelo regime, a ação do poder público na área da cultura passou a ter por objetivo destacar uma identidade cultural baiana para exportação. Já a política neoliberal aplicada a partir do Governo Collor, foi repercutida

nas terras baianas durante os 16 anos de governos carlistas, com ações como a extinção da Secretaria de Cultura, a adoção de lei de incentivo fiscal como política pública e a submissão da cultura à lógica mercantil. Tendo por objetivo o desenvolvimento do turismo, o Governo Estadual investiu na exploração de uma marca da identidade baiana, limitada aos recursos culturais da região do Recôncavo, em detrimento da diversidade cultural que caracteriza um Estado com 417 municípios.

Com a eleição do candidato de esquerda Jaques Wagner, em 2006, para governador da Bahia, a Secretaria Estadual de Cultura foi recriada e passou a trabalhar tendo como linhas de ação os seguintes princípios: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização, diálogo e transparência. Já no primeiro ano de atuação, foi executado um processo de ruptura com a política que estava sendo aplicada pelas gestões anteriores. Nesta nova gestão, diversas iniciativas foram desenvolvidas para garantir maior abertura para a participação da população nos processos de elaboração de políticas públicas. O Conselho Estadual de Cultura foi reformulado visando a uma nova relação da instituição com o Estado e a sociedade. Também foi criado o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, instância para o diálogo entre os governos dos municípios e do Estado.

Em 2005, a 1ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia e a participação da Bahia na Conferência Nacional de Cultura tiveram resultados pífios, pois não contaram com o efetivo apoio do governo Paulo Souto tanto para a mobilização da população e das prefeituras para a realização das Conferências Municipais, quanto para o posterior encaminhamento das propostas. Com a participação ínfima de 5% dos municípios baianos e um número reduzido de pessoas, não foi possível considerar os resultados deste processo como reflexo das necessidades culturais de toda a Bahia. Portanto, a realização da II CEC-BA foi um grande passo no compromisso firmado pelo Governo da Bahia de implantar uma política cultural democrática capaz de reconhecer e valorizar a diversidade das culturas e do patrimônio histórico da Bahia e de iniciar o processo de implantação do Sistema Estadual de Cultura. Verificamos na pesquisa que a grande maioria dos entrevistados (94%) acredita que a II Conferência Estadual de Cultura foi um processo democrático.

Após confrontar as respostas dos entrevistados com os três critérios escolhidos para avaliação da eficácia do mecanismo de participação, concluímos que a II Conferência Estadual de Cultura: 1. atraiu novos participantes para a discussão das políticas culturais; 2. teve uma metodologia acessível aos participantes; e 3. contou com o envolvimento dos poderes públicos.

Quanto aos resultados práticos da II CEC-BA, as principais expectativas dos participantes são: a efetivação das propostas, completamente ou em parte; a descentralização dos recursos e ações; a democratização do acesso aos bens e serviços culturais; e a parceria entre o poder público e a sociedade para manutenção dos canais de diálogo. Podemos notar que as expectativas dos participantes coincidem de forma geral com as linhas de ação propostas pela Secretaria, das quais falamos no capítulo anterior: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização, diálogo e transparência.

A mobilização dos agentes culturais sem precedentes na história da gestão pública da cultura na Bahia gerou expectativas de igual porte. O novo desafio do Governo do Estado e da Secretaria de Cultura é analisar cuidadosamente como vai responder às novas (e velhas) demandas registradas na Conferência. Pelas respostas, é possível inferir que boa parte dos participantes estão conscientes quanto às limitações financeiras, burocráticas e de tempo que o órgão estadual de cultura enfrenta. Entretanto, eles esperam que determinadas ações sejam efetivadas de forma a incentivar mudanças na gestão local da cultura e, principalmente, esperam que o canal de interlocução seja mantido.

Já em relação aos resultados subjetivos da II CEC-BA, 76% dos entrevistados acreditam que este processo provocou uma mobilização das pessoas para participarem de forma mais ativa na gestão cultural no local onde vivem. Os entrevistados ficaram satisfeitos com os resultados do processo. O índice de satisfação foi de 80% na etapa municipal, 96% na etapa territorial e 78% na conferência estadual. Como principais motivos para a satisfação, foram citados: as propostas refletiram as discussões nos grupos e as reais necessidades da área cultural; os participantes estavam conscientes e interessados na discussão; o evento contou com a participação dos diversos grupos e instituições culturais, proporcionando uma interação entre os mesmos; as discussões motivaram um interesse pelas manifestações da cultura local; a metodologia do evento permitiu a participação e o envolvimento de todos os presentes. Alguns entrevistados mencionaram em suas respostas que consideram a II CEC-BA um marco para as políticas culturais na Bahia.

Os entrevistados que não se declararam satisfeitos (20% nas municipais, 4% nas territoriais e 22% na estadual), justificaram: receio quanto à aplicabilidade das propostas; que a participação da população poderia ter sido maior se o evento fosse melhor divulgado; que o tempo para a discussão nos grupos de trabalho foi insuficiente; e que, em alguns casos, o interesse individual era maior que o interesse territorial. Ou seja, que os participantes priorizavam demandas locais e pessoais ao invés de pensar o desenvolvimento cultural de

forma ampla. É interessante notar que o tempo de discussão nos GT's e a pouca divulgação dos encontros já haviam sido sinalizadas anteriormente como deficiências da II CEC-BA.

Levando em consideração a articulação territorial proposta pela Secretaria Estadual de Cultura, questionamos aos participantes se eles acreditam que a parceria entre os municípios do território para a gestão conjunta de um plano territorial para o desenvolvimento da cultura é possível. A resposta sim de 95,5% dos entrevistados demonstra que eles acreditam que a gestão cultural compartilhada entre os municípios de um território é possível.

Sabemos que a distinção entre representação e participação, que esteve na base das teorias políticas dos séculos XVII e XVIII, ainda é o cerne da discussão contemporânea sobre a democracia. Até que ponto a população deve participar da esfera de decisão pública? Os instrumentos previstos na Carta Magna deveriam servir para a implantação de uma democracia participativa, aliando os canais de representação a mecanismos de intervenção da população na arena pública, de modo a imprimir legitimidade às decisões do governo.

A análise da participação social na II Conferência Estadual de Cultura foi importante para refletirmos sobre a importância de fortalecimento dos canais de diálogo entre o governo e a sociedade, principalmente em relação à política cultural. A cultura ocupa um papel central na sociedade contemporânea, exigindo uma atuação efetiva dos poderes públicos através da implantação de órgãos específicos para a gestão do setor nas esferas municipal, estadual e federal, e da elaboração e execução de políticas públicas de cultura.

E qual deve ser o objetivo das ações governamentais para a área? Como vimos, existem três compreensões fundamentais da cultura que devem ser levadas em consideração: os modos de vida que caracterizam uma coletividade; o conjunto das obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento vistas, sobretudo, como atividade econômica; e o potencial da cultura como fator de desenvolvimento humano. Em todos os casos, a população deve ser o foco das ações, de modo que os investimentos no setor cultural sejam revertidos para o conjunto da sociedade. Esta forma de concepção de gestão das ações para a área é chamada de democracia cultural e pressupõe o envolvimento dos poderes públicos, das instituições civis e dos grupos comunitários para a elaboração de ações que tenham por objetivo satisfazer as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de transformação social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Júlia. Por uma política cultural que garanta diversidade e acesso socioespacial. In BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. A Participação Cidadã no Brasil Hoje. **Pólis Papers número 2**. 1998. Disponível em: http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=169. Acesso em 10/12/2007

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI - Desafio da Cultura: política cultural da Bahia 2003-2020**. Salvador, A Secretaria, 2005.

BAHIA. Secretaria Estadual de Cultura. **Descentralização da Secretaria da Cultura e democratização do processo de formulação de políticas para o desenvolvimento da cultura no Estado da Bahia - Um processo em construção**. 2007. Disponível em: www.cultura.ba.gov.br. Acesso em 20/12/2007.

BAHIA. Secretaria Estadual de Cultura. **Relatórios Fazcultura**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/apoioprojetos/fazcultura/relatorios>. Acesso em 21/12/2007.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Cartilha do PPA participativo**. Disponível em: http://www.pparticipativo.ba.gov.br/downloads/pdf/cartilha_ppa.pdf. Acesso em 21/12/2007

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Regimento do PPA participativo**. Disponível em: <http://www.pparticipativo.ba.gov.br/downloads/pdf/regimento.pdf> . Acesso em 02/12/2007

BAHIA. Secretaria Estadual de Cultura. **Regulamento do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/encontrodirigentesmunicipais/documentos/regulamento-forum.pdf>. Acesso em 23/01/2008

BAHIA. Secretaria Estadual de Cultura. **Protocolo de Intenções para implantação do Sistema Estadual de Cultura (modelo)**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/encontrodirigentesmunicipais/documentos/> Acesso em 10/11/2007

BALANCO, Jan. **Gestão Paulo Souto / César Borges (1995-1998)**. Disponível em www.cult.ufba.br . Acesso em 20/08/2006.

BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 33-53

_____. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.

BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A; 2002.

BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02/04/2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11 a ed., 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. São Paulo: Malheiros, 2ª ed., 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. 4ª reimpr. da 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 2007.

BRANT, Leonardo. Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Comissão Européia. **Textos de referência em participação da sociedade nos processos de tomada de decisão governamental: (participação social nos planos e orçamentos do governo)** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. – Brasília : MPOG/SEGES, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Gestão pública para um Brasil de todos : um plano de gestão para o Governo Lula** / Secretaria de Gestão. – Brasília: MP, SEGES, 2003.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2007. Disponível em: www.cultura.gov.br/pnc. Acesso em 10/02/2008

BRASIL, Ministério da Cultura. **Relatório da 1ª Conferência Nacional de Cultura**. 2006. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/. Acesso em 07/01/2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.

_____. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia(org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, p. 13-59. 1987.

_____. (org.). **Políticas culturais para o desenvolvimento**. Brasília, Unesco, 2003.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.

_____. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo, Edusp, 1998. DUARTE, José Carlos Silveira.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um Breve Histórico. In **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Lia Calabre (org.). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.) **A Era FHC: um balanço**. São Paulo, Cultura, 2002, p. 627-656.

CESNIK, Fábio de Sá. Incentivo público à cultura. In BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

CELIBERTÍ, Lílian. **Os Sentidos da Democracia e da Participação. Participação e democracia: atores, práticas e discursos**. Conferência apresentada no Seminário “Os Sentidos da Democracia e da Participação”. Instituto Pólis, São Paulo: 1 e 3 de Julho de 2004. Disponível em: http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/Lilian_portugues.pdf. Acesso em 22/12/2007.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. São Paulo: **Estudos Avançados 9** (23), 1995, P.71-84.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

_____. **O que é Ação Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 216).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

CUCHE, Denys. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DORIA, Carlos Alberto. **Os Federais da Cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.

DUARTE, Rosália. Qualitative research: reflections on field work. **Cad. Pesquisa.**, São Paulo, n. 115, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/12/ 2007.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo: **Perspectiva**, abr./jun. 2001, vol.15, no.2, p.66-72.

_____. Profissionalizar a administração da cultura. São Paulo: **ERA – Revista de Administração de Empresas**. v. 36, n 2, p. 6-11. abr/maio/jun. 1996.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

FEIJÓ, Martin César. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

_____. **O que é política cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

FILHO, Antonio Gracias Vieira. Usos e costumes da pesquisa em Ciências Sociais e as Tecnologias da Informação e Comunicação [on-line] In: **OS URBANITAS - Revista de Antropologia Urbana** Ano 2, vol.2, n.1. Disponível via WWW no URL <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas2/nomedoarquivo.html>. Internet, 2005. Capturado em 10/12/2007.

FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. **Participação Popular: um sonho possível**. Fórum de Participação Popular nas Administrações Democráticas e Populares. Disponível em: <http://www.participacaopopular.org.br/textos.htm>. Acesso em 25/11/2007

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

GUNTHER, Harmut. **Como Elaborar um Questionário**. SÉRIE: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, N 01. Brasília, DF:UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2003.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13/12/ 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

IPC. **Índice de Percepción de la Corrupción 2007**. Disponível em: http://www.transparency.org/regional_pages/americas/corrupcion_en_america_latina/americas_cpi. Acesso em: 03/01/2008.

INFORME LATINOBARÓMETRO 2007. **Banco de Datos en Línea**. Responsable: Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/> Acesso em 08/01/2008.

KAUARK, Giuliana. **Política cultural no estado da Bahia Gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006)**. Disponível em www.cult.ufba.br. Acesso em 20/08/2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEITÃO, Cláudia. A gestão estratégica e os novos significados da cultura do novo século. In: LEITÃO, Cláudia (org). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. 270 p.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. **Sobre cultura e desenvolvimento**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

LYRA, Rubens Pinto. **A Democracia Participativa na Esfera Pública Brasileira: reconstrução do conceito e características**. Trabalho apresentado no 3ª Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 28 a 31 de julho de 2002.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jan 2008.

MACIEL, Bruno Bastos. **Políticas Culturais no Estado da Bahia 1945/1964**. Salvador, 2006. Disponível em: www.cult.ufba.br. Acesso em 11/11/07

Machado, Mario Brockmann. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília, Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAMBERTI, Sérgio. Por uma cultura democrática. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui., May/Aug. 2004, vol.30, no.2, p.289-300. ISSN 1517-9702.

MARTINS DOS SANTOS, Marcos Roberto. **Políticas culturais na Bahia. Gestões Waldir Pires e Nilo Coelho. 1987-1991**. Faculdade de Comunicação – UFBA, 2006.

MEIRA, Márcio. Uma política republicana. In: **Teoria e Debate**. SP, (58): 60-65, maio/junho 2004.

MICELI, Sérgio (org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro, Funarte, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. **Os efeitos das leis de incentivo**. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/olhar/efeitosleis.htm>. Acesso em 03/04/2006.

NETO, Paulo Fábio Dantas. Carlismo e Oposição na Bahia Pós-carlista. In: **Observa Nordeste, Análises de Conjuntura**, 3ª edição. Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & Políticas da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **O Capital contra a Democracia. Do liberalismo à social-democracia: a desprivatização da democracia**. Conferência apresentada no Seminário “Os Sentidos da Democracia e da Participação”. Instituto Pólis, São Paulo: 1 e 3 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/>. Acesso em 22/12/2007.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal: leis de incentivo como políticas públicas de cultura**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo, PT, 2003.

PONTES, Ipojuca. **Cultura e modernidade**. Brasília, Secretaria de Cultura, 1991.

PORTELLA, Sérgio Luiz Dias. Patrimônio antropofágico: AM reflete MA. In **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Lia Calabre (org.). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **A democracia na América Latina. Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs.** 2ª ed. Tradução: Mônica Hirtis. Santana do Parnaíba, São Paulo: LM&X, 2004. Disponível em: <http://democracia.undp.org/Informe/Default.asp?Menu=15&Idioma=1>. Acesso em 20/12/07.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura.** Barueri, SP: Manole, 2007.

Relatório do Seminário Nacional Novas Estratégias para Ampliar a Democracia e a Participação. Realizado em Recife, 30, 01 e 02/12/ 2005. Elaborado por Alexandre Ciconello em fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.participacaopopular.org.br/textos.htm>. Acesso em 07/11/2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: **Teorias e Políticas da Cultura.** Gisele Marchiori Nussbaumer (org). Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade. In: LEITÃO, Cláudia (org). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. p.89-104.

_____. **Políticas públicas de cultura no Brasil e na Bahia.** Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/artigos>. Acesso em 10/09/2007.

_____; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. **Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito iberoamericano.** In: CONVENIO ANDRÈS BELLO. Siete cátedras para la integración. Bogotá, CAB, 2005, p.129-170.

_____. **O lugar da política na sociabilidade contemporânea.** 2001. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-politica-contemporanea.html>

_____. (org.). **Cultura e Atualidade.** Salvador, Edufba, 2005.

_____; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

Rojas, Eduardo. **Evaluación del presupuesto participativo en Brasil.** Estudios. Banco Interamericano de Desarrollo. Abril de 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. In: **Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos.** Boaventura Sousa Santos (org). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/01/01introducao.php>. Acesso em 05/11/2007.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth e outros. **Cultura e desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

SILVA, Glauco Peres da; CARVALHO, Carlos Eduardo. Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. **Nova econ.** , Belo Horizonte, v. 16, n. 3, 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21/01/2008

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura. A comunicação e seus produtos.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SOJO, Carlos. Diálogo social y consolidación democrática en América Latina: los consejos ambientales en Brasil. In **Diálogo social en América Latina: un camino hacia la democracia ciudadana**. BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO. / Ada Piazzze y Nicolás Flaño. Calderón, editores. 2005. Disponível em: www.iadb.org/pub. Acesso em 20/12/2008.

SCHICK, Allen. **La modernización del estado: reflexiones sobre las reformas de la próxima generación para fortalecer la capacidad para gobernar**. Estudios. Novembro de 2003. Banco Interamericano de Desarrollo. Disponível em: <http://www.iadb.org/publications/Papers.cfm?language=Sp&parid=3>. Acesso em 15/11/2007.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)**. Salvador, 2006. Disponível em: www.cult.ufba.br. Acesso em 02/01/2008.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Websites:

<http://www.cultura.ba.gov.br/>
<http://www.cultura.gov.br/>
<http://www.sigbahia.ba.gov.br/>
<http://www.pparticipativo.ba.gov.br/>
<http://www.questionpro.com>
<http://www.transparency.org>
<http://www.latinobarometro.org>
<http://www.participacaopopular.org.br>
<http://www.cult.ufba.br>

ANEXOS

ANEXO A Territórios de Identidade, Estado da Bahia, 2007

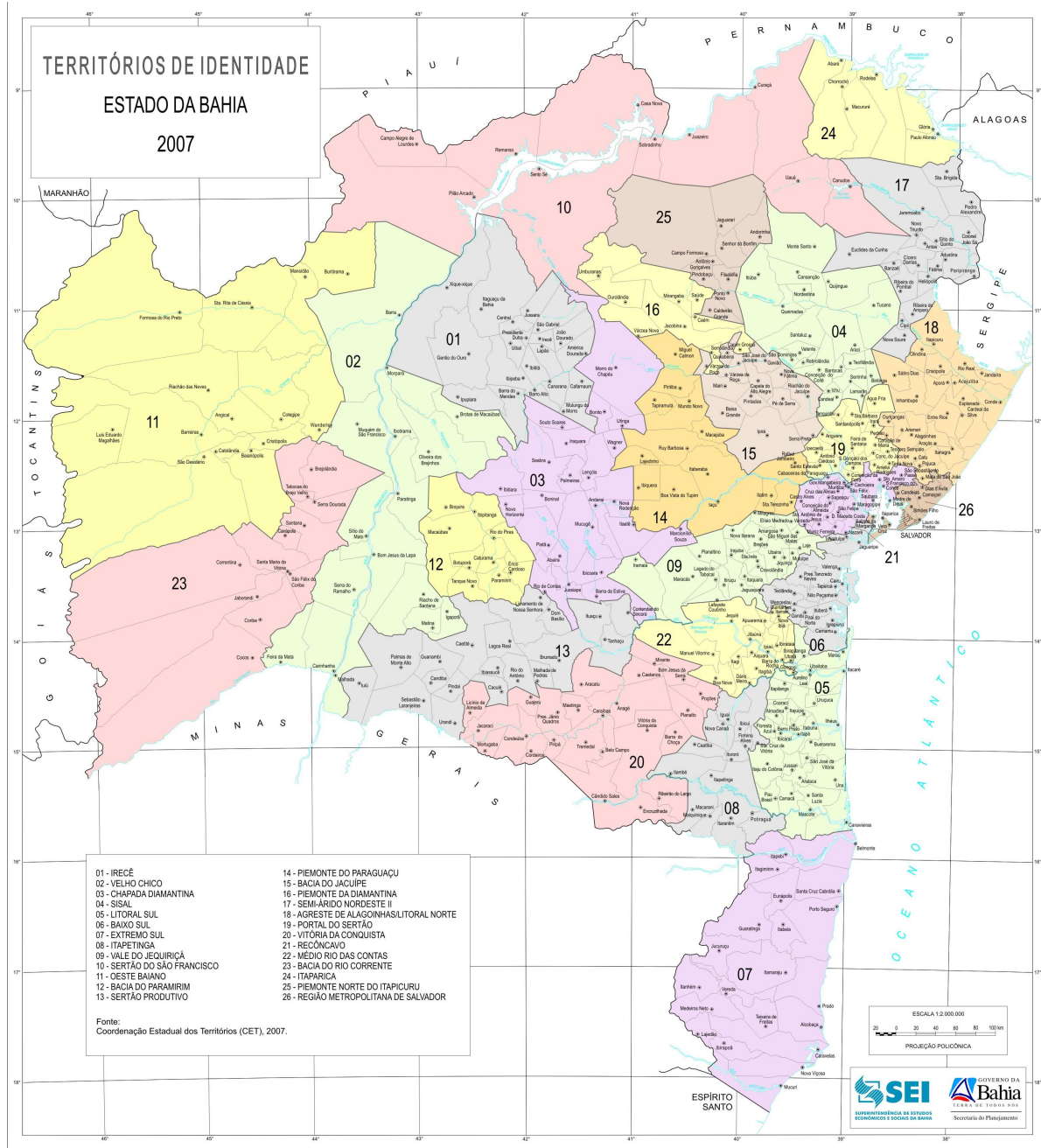
ANEXO B Modelo da ficha de propostas – II CEC-BA

ANEXO C Modelo da ficha de priorização – II CEC-BA

ANEXO D Carta de Feira de Santana – II CEC-BA

ANEXO E Grupos que participaram da celebração cultural na Conferência Estadual

ANEXO A – Territórios de Identidade, Estado da Bahia, 2007.



ANEXO B – Modelo da ficha de propostas



II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

Código do Participante

FICHA DE PROPOSTAS

Tipo de Proposta

Individual

Grupo

Anônima

Identificação

Nome

Município

Proposta

Tema

Sub-tema

Descrição

Não preencher estes campos.

Programático

Pontual

ANEXO C – Modelo da ficha de priorização



II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

Território: _____ Data: ____/____/____

Principais Necessidades por Território

1. Museus
2. Bens Culturais
3. Educação Patrimonial
4. Culturas Populares
5. Culturas Indígenas
6. Afro-descendentes
7. Festas e Ritos
8. Livro
9. Leitura
10. Bibliotecas
11. Arquivos
12. Culturas Digitais
13. Audiovisual
14. Cinema
15. TV Pública / Comunitárias
16. Rádio Pública / Comunitárias
17. Teatro
18. Dança
19. Música
20. Circo
21. Artes Visuais
22. Literatura
23. Gestão de Sistemas de Cultura
24. Planos de Cultura
25. Formação Cultural
26. Redes Culturais
27. Cooperação e Intercâmbio Cultural
28. Outro: _____

Com base nas temáticas acima, indique aqui o **número** dos segmentos onde serão mais necessárias políticas públicas no seu Território.

1º Lugar

2º Lugar

3º Lugar

ANEXO D - Carta de Feira de Santana

Data: 01/11/2007

Fonte: Plenária II Conferência Estadual de Cultura

Nós, representantes dos 26 Territórios de Identidade da Bahia, reunidos na II Conferência Estadual de Cultura, entre 25 e 28 de outubro de 2007, na Universidade Estadual de Feira de Santana, declaramos que:

A II Conferência Estadual de Cultura inaugura um diálogo necessário entre os poderes públicos, municipais, estadual e federal, e a sociedade baiana, visando ao desenvolvimento cultural da Bahia.

A ampla participação implicou no respeito aos conhecimentos e papéis de cada sujeito social, bem como em compartilhamento e divisão de responsabilidades. Governo e sociedade aprendendo a formular propostas, debater projetos e negociar sem perder a autonomia e a capacidade de crítica.

Só é possível formular e executar políticas públicas à altura da riqueza cultural da Bahia e de suas enormes necessidades através de uma relação cooperativa, transparente e sincera entre os poderes públicos e sociedade.

Para qualificar e intensificar esta participação e diálogo, devem ser consolidadas as estruturas propostas, a saber: reformulação do Conselho Estadual de Cultura, fortalecimento do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, realização periódica de encontros territoriais de cultura e realização bienal da Conferência Estadual de Cultura.

Tais instâncias de participação – e outras que poderão vir a ser criadas – devem contemplar a diversidade cultural da Bahia, nosso maior patrimônio. Uma diversidade territorial, mas também de expressões culturais, étnicas, de credo, gênero, geração dentre tantas outras diferenças que constituem nossas múltiplas identidades. Atenção especial deve ser dada às comunidades indígenas e quilombolas, historicamente marginalizadas pelas políticas públicas, que se fizeram presentes nesta conferência e cuja resistência nos motiva e inspira.

A presença de delegados de todos os territórios e grupos artísticos das diversas regiões do Estado reafirmaram a sua capacidade de resistência e a diversidade que enriquece a Bahia e deve ser valorizada, evidenciada e difundida, promovendo processos de troca tão valiosos à dinâmica cultural.

A Bahia, na sua totalidade, dá um passo histórico para a maturidade do ver-se e reconstruir-se, baseada em conceitos mais abrangentes para a cultura.

Estão lançadas as condições para a Bahia assumir o desafio de trabalhar a cultura de forma transversal. Para tanto, todos devem assumir o compromisso de propagar esta nova idéia. Todas as áreas – educação, cidades, campo, meio ambiente, tecnologia, turismo, juventude, gênero, desenvolvimento territorial, economia solidária, entre outras - precisam valorizar a qualificação que a dimensão cultural imprime em suas vertentes. Precisam perceber-se na resposta à pergunta “cultura é o quê?”. Uma compreensão abrangente da cultura só será efetiva quando povoar o imaginário de toda a sociedade.

A percepção da transversalidade da cultura, aliada à mobilização social, busca a ampliação expressiva e a garantia de percentuais orçamentários mínimos para a cultura. Nesse sentido, a plenária da II Conferência Estadual de Cultura declara o seu apoio à aprovação da PEC 150, que estabelece a destinação dos percentuais mínimos de 2%, 1,5% e 1% dos orçamentos federal, estadual e municipal para as respectivas pastas da cultura.

Tão importante quanto a ampliação dos recursos é a estruturação institucional da cultura. Os municípios, a exemplo do que já foi feito nas instâncias federal e estadual, devem criar órgãos e orçamentos específicos para a cultura; mecanismos próprios de fomento e conselhos municipais, além de planos municipais de cultura.

Também foi assumido o compromisso de criar planos e outros mecanismos de incentivo à cultura para os territórios. A própria concepção de territórios de identidade é fortemente ancorada na cultura e a mobilização de seus integrantes por objetivos comuns tem alto potencial transformador.

Por fim, com vistas a consolidar as demandas culturais e nortear as políticas públicas de cultura do Estado da Bahia, esta conferência formulou propostas transversais e setoriais. Legitimam essas propostas os 1295 participantes de 269 municípios que estiveram presentes, além de 700 artistas. O processo que culminou na conferência durou 3 meses e se consistiu num esforço coletivo inédito de realização de encontros municipais e territoriais de cultura, percorrendo todos os 26 Territórios de Identidade da Bahia e mobilizando mais de 39 mil pessoas, em 381 municípios (92% do total dos municípios baianos).

A diversidade cultural baiana fez da II Conferência Estadual de Cultura um palco vivo da colaboração e da cultura de redes, um jogo de montar políticas de cultura democráticas e inclusivas, enchendo de esperança a Bahia para uma relação mais igualitária de acesso aos bens culturais do Estado.

28 de outubro, Feira de Santana, Bahia.

ANEXO E - Grupos que participaram da celebração cultural na Conferência Estadual.

Data	Grupo Artístico	Cidade
25/10 quinta-feira	Sociedade Filarmônica Euterpe Feirense	Feira de Santana
	Filarmônica 25 de Dezembro	Irará
	Sociedade Terpsicore Popular	Maragogipe
	Sociedade Recreativa e Cultural 30 de Junho	Serrinha
	Sociedade Orpheica Lyra Ceciliana	Cachoeira
	Sociedade Filarmônica Lira Morrense	Morro de Chapéu
	Coral da Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS
	Coral do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	IRDEB
26/10 sexta-feira	Ganga Zumba	Feira de Santana
	Grupo Cultural Lata Mirim de Tijuáçu	Senhor do Bonfim
	Rodas de brinquedos	todos
	Rodas de cantos e danças indígenas	Todos
	Rodas Griôs	Todos
	A Dança dos Caboclos	Carinhanha
27/10 Sábado	Chocalho de cabra	Feira de Santana
	Malhada Nova	Santa Bárbara
	Mulheres de Valente – Cantigas de Rodas	Valente
	Pilão de Lafayette Coutinho	Lafayette Coutinho
	Zabiapunga Adulto	Nilo Peçanha
	Zabumba de Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa
	Repentistas João Ramos e Caboclinho	Feira de Santana
	Repentistas Gutemberg e Sérgio	Salvador
	Ceará Violeiro	Feira de Santana
	Banda de Pífanos do Bendegó	
	Banda de Pífanos de Seabra	Seabra
	Banda de Pífanos de Andorinha	Andorinha
	Terno de Reis	Lençóis
	Companhia de Danças e Folguedos	Salvador
28/10 Domingo	Aboios	Riachão do Jacuípe
	Nego Fugido	Santo Amaro
	Lindro Amor	São Francisco do Conde
	Barravento	Salvador
	Samba Raízes de Sto Amaro	Sto Amaro
	Sambadores de Mutá	Salinas das Margaridas
	Samba de Roda Suerdick	Cachoeira
	Samba de Roda de Mestre Avelino	Muritiba
	Barquinha de Bom Jesus dos Pobres	Saubara
	Bumba-meu-boi	Taperoá
	Bumba-meu-boi	Araci
	Burrinha	Irará
	Burrinha Mirim das Pedreiras	Ituberá

FONTE: SECULT/ SISCULT

APÊNDICE

APÊNDICE A Modelo do questionário – Pesquisa de avaliação da II CEC-BA

APÊNDICE A – Modelo do questionário – Pesquisa de avaliação da II CEC-BA



Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

1. Encontros Municipais de Cultura

1.1 Você participou do Encontro Municipal de Cultura realizado na sua cidade? *

Sim

Não

Se a resposta a questão anterior for positiva, favor responder às questões abaixo. Caso você não tenha participado do Encontro Municipal de Cultura, favor passar para o próximo item: 2. Encontro Territorial de Cultura.

1.2 Como você ficou sabendo sobre a realização do Encontro Municipal de Cultura na sua cidade?

Propaganda (rádio, televisão, outdoor, cartaz na cidade)

Através do Mobilizador Cultural

Através do grupo ou instituição cultural da qual faço parte

Ouvi informações boca-a-boca

Através do informativo on line da Secretaria Estadual de Cultura

Através de evento realizado anteriormente na cidade pela Secretaria Estadual de Cultura

1.3 O que o motivou a participar do Encontro Municipal de Cultura? (Questão aberta)

1.4 Como você avalia a metodologia do Encontro Municipal de Cultura em relação a:

	Muito boa	Boa	Regular	Ruim	Muito ruim
Divisão dos temas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho em grupo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo para discussão das propostas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mediação (condução dos trabalhos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.5 Como você avalia a divulgação do encontro municipal na sua cidade?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

1.6 Como você avalia a atuação do Mobilizador Cultural na sua cidade?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

1.7 Como você avalia a participação dos poderes públicos municipais no Encontro Municipal de Cultura?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

1.8 Como você avalia a mobilização e a participação da população local no Encontro Municipal de Cultura?

- Muito boa
- Boa
- Regular

Ruim

Muito ruim

1.9 Qual a sua opinião sobre o resultado do Encontro? As propostas refletem as necessidades culturais do município? (Questão aberta)

2. Encontros Territoriais de Cultura

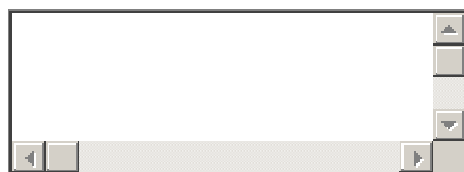
2.1 Você participou do Encontro Territorial de Cultura? *

Sim

Não

Se a resposta a questão anterior for positiva, favor responder às questões abaixo. Caso você não tenha participado do Encontro Territorial de Cultura, favor passar para o próximo item: 3. Conferência Estadual.

2.2 O que o motivou a participar do Encontro Territorial de Cultura? (Questão aberta)



2.3 Como você avalia a divulgação do encontro no seu território?

Muito boa

Boa

- Regular
- Ruim
- Muito ruim

2.4 De qual grupo temático você participou?

- Políticas e Gestão Cultural
- Expressões Artísticas
- Patrimônio Imaterial
- Pensamento e Memória
- Patrimônio Material
- Audiovisual e Radiodifusão
- Cultura Digital

2.5 Como você avalia a metodologia do Encontro Territorial de Cultura em relação a:

	Muito boa	Boa	Regular	Ruim	Muito Ruim
Divisão dos temas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho em grupo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo para discussão das propostas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mediação (condução dos trabalhos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programação geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Programação artística



2.6 Como você avalia a participação da população no Encontro Territorial de Cultura?

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

2.7 Como você avalia a atuação do Mobilizador Cultural no território?

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

2.8 Como você avalia a participação dos poderes públicos municipais no Encontro Territorial de Cultura?

Muito boa

Boa

- Regular
- Ruim
- Muito ruim

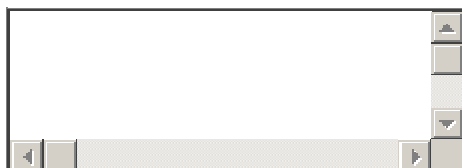
2.9 Com que meios financeiros você se transportou até a cidade do Encontro Territorial de Cultura?

- Com recursos próprios
- Com recursos advindos do apoio da prefeitura
- Com recursos advindos da instituição ou grupo cultural do qual faço parte
- Não se aplica. O evento ocorreu na cidade onde resido.

2.10 Você acredita que a parceria entre os municípios do seu território para a gestão conjunta de um plano de desenvolvimento da cultura é possível?

- Sim
- Não

2.11 Qual a sua opinião sobre o resultado do Encontro? As propostas refletem as necessidades culturais do território? (Questão aberta)

Um formulário de texto para a questão 2.11. O formulário é uma caixa retangular com uma borda cinza. No canto superior direito, há um ícone de upload. No canto inferior esquerdo, há um ícone de seta para a esquerda. No canto inferior direito, há um ícone de seta para a direita.

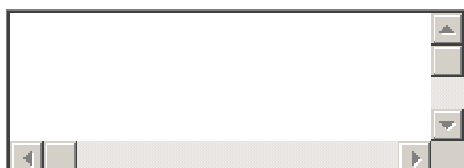
3. Conferência Estadual de Cultura

3.1 Você participou da Conferência Estadual, realizada em Feira de Santana? *

- Sim
- Não

Se a resposta a questão anterior for positiva, favor responder às questões abaixo. Caso você não tenha participado da Conferência Estadual de Cultura, favor responder a partir da questão 3.10 .

3.2 O que o motivou a participar da Conferência Estadual de Cultura? (Questão aberta)



3.3 De que grupo temático você participou?

- Políticas e Gestão Cultural
- Expressões Artísticas
- Patrimônio Imaterial
- Pensamento e Memória
- Patrimônio Material
- Audiovisual e Radiodifusão
- Cultura Digital

3.4 De que discussão transversal você participou?

- Cultura e Campo
- Cultura e Cidade
- Cultura e Economia

- Cultura e Educação
- Cultura e Gênero
- Cultura e Juventude
- Cultura e Meio Ambiente
- Cultura e Política
- Cultura e Tecnologia
- Cultura e Turismo

3.5 Como você avalia a metodologia da Conferência Estadual em relação a:

	Muito boa	Boa	Regular	Ruim	Muito ruim
Trabalho nos grupos temáticos (26/10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divisão dos temas transversais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho nos grupos transversais (27/10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo para discussão das propostas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mediação (condução dos trabalhos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programação geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programação artística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infra-estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.6 Como você avalia a programação das mesas transversais?

- Muito boa

- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

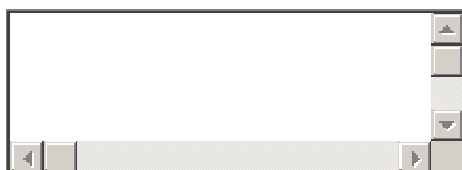
3.7 Como você avalia a participação dos poderes públicos do seu município na II Conferência Estadual de Cultura?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

3.8 Com que meios financeiros você se transportou para Feira de Santana para participar da II Conferência Estadual de Cultura?

- Com recursos próprios
- Com recursos advindos do apoio da prefeitura
- Com recursos advindos da instituição ou grupo cultural do qual faço parte
- Não se aplica. Eu resido em Feira de Santana

3.9 Qual a sua opinião sobre o resultado do Encontro? As propostas refletem as necessidades culturais da Bahia? (Questão aberta)

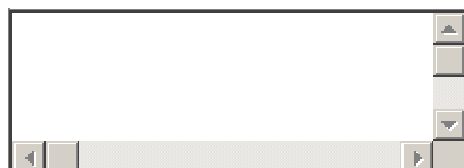
An empty text input field with a light gray background and a thin border. It has a small cursor icon at the bottom right corner.

3.10 Você considera importante a participação da população na elaboração de políticas públicas de cultura? *

Sim

Não

3.11 Por quê? Justifique a sua resposta à questão anterior. (Questão aberta)

A rectangular text input field with a light gray border and a vertical scrollbar on the right side. The field is currently empty.

3.12 Levando em consideração as três etapas da II Conferência Estadual de Cultura, qual a sua opinião sobre a participação da população? *

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

3.13 Como você avalia a iniciativa do Estado de ter convocado a população para discutir políticas públicas de cultura? *

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

3.14 Na sua cidade ou território, você acredita que o processo de realização da II Conferência Estadual de Cultura provocou uma mobilização das pessoas para participar de forma mais ativa na gestão da cultura local? *

Sim

Não

3.15. Você considera que a II Conferência Estadual de Cultura foi um processo democrático? *

Sim

Não

3.16 Qual a sua expectativa quanto ao que será feito com os resultados da II Conferência Estadual de Cultura? (Questão aberta)

3.17 Para você, cultura é o quê? (Questão aberta)
















3.18 Este espaço está aberto para que você possa relatar algo que considere necessário. Se desejar, cite aspectos que considere positivos ou negativos no processo de realização da II Conferência Estadual de Cultura.

4. Perfil

Para concluir, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar os respondentes desta pesquisa. Asseguramos que todas as suas declarações serão tratadas de maneira confidencial. Os resultados do item Perfil serão apresentados de maneira a não permitir a identificação de participantes individuais.

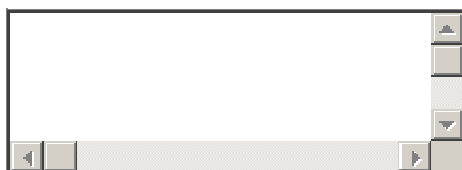
Em qual Território de Identidade você reside?

- 01 – Irecê
- 02 - Velho Chico
- 03 - Chapada Diamantina
- 04 – Sisal
- 05 - Litoral Sul
- 06 - Baixo Sul
- 07 - Extremo Sul
- 08 – Itapetinga
- 09 - Vale do Jiquiriçá
- 10 - Sertão do São Francisco
- 11 - Oeste Baiano

-  12 - Bacia do Paramirim
-  13 - Sertão Produtivo
-  14 - Piemonte do Paraguaçu
-  15 - Bacia do Jacuípe
-  16 - Piemonte da Diamantina
-  17 - Semi-Árido Nordeste II
-  18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte
-  19 - Portal do Sertão
-  20 - Vitória da Conquista
-  21 – Recôncavo
-  22 - Médio Rio de Contas
-  23 - Bacia do Rio Corrente
-  24 - Itaparica (BA/PE)
-  25 - Piemonte Norte do Itapicuru
-  26 - Metropolitana de Salvador

4.1 Cidade onde reside: *

4.2 Idade: *



4.3 Sexo: *

- Feminino
- Masculino

4.4 De que raça/cor você se considera: *

- Preta/negra
- Parda
- Indígena
- Branca
- Amarela/oriental

4.5 Renda individual: *

- até 1 salário mínimo/ R\$350
- mais de 1 a 2 / R\$350 a 700
- mais de 2 a 4 / R\$700 a 1.400

- mais de 4 a 6 / R\$ 1.400 a 2.100
- mais de 6 a 10 / R\$ 2.100 a 3.500
- mais de 10 / R\$ 3.500
- Prefiro não responder

4.6 Escolaridade: *

- alfabetizado
- fundamental em andamento
- fundamental concluído
- médio em andamento
- médio concluído
- superior em andamento
- superior concluído
- pós-graduação em andamento
- pós-graduação concluída
- Prefiro não responder

4.7 Profissão: *

4.8 De acordo com a classificação abaixo, em qual dos grupos de representantes que participaram da II Conferência você se considera: *

- Representantes que são profissionais da cultura (produtores culturais, gestores, artistas, etc).
- Representantes que fazem parte de movimentos sociais (instituições, ONG`s, OSIP`s, etc.) e que não são profissionais da cultura
- Representantes da sociedade civil que não são profissionais da cultura e que não representam movimentos sociais
- Representantes dos poderes executivo, legislativo ou judiciário municipal.
- Nenhuma das alternativas anteriores

Se desejar, informe seu nome e endereço eletrônico (e-mail):

Muito obrigada pela sua participação

Agradecemos sua atenção e participação nesta pesquisa. Em alguns meses, você receberá os resultados da pesquisa em seu endereço eletrônico.

Para quaisquer informações, dúvidas ou sugestões, favor entrar em contato através de um dos seguintes endereços eletrônicos: dpcanedo@ufba.br , dpcanedo@hotmail.com.

Powered By:
QuestionPro  [Privacy](#) | [Security](#)

[Surveys](#) | [Email Marketing](#) | [Web Polls](#)